



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GIOVANA MARQUES SOBRINHO

**DISTORÇÕES COMUNICATIVAS NOS RELATÓRIOS DE
SUSTENTABILIDADE DE UMA MINERADORA BRASILEIRA: UMA
APRECIÇÃO PAUTADA NO PENSAMENTO HABERMASIANO**

Londrina-PR
2024

GIOVANA MARQUES SOBRINHO

**DISTORÇÕES COMUNICATIVAS NOS RELATÓRIOS DE
SUSTENTABILIDADE DE UMA MINERADORA BRASILEIRA: UMA
APRECIÇÃO PAUTADA NO PENSAMENTO HABERMASIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lebbos Favoreto

Londrina-PR
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

SOBRINHO, GIOVANA MARQUES .

DISTORÇÕES COMUNICATIVAS NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DE UMA MINERADORA BRASILEIRA: UMA APRECIÇÃO PAUTADA NO PENSAMENTO HABERMASIANO / GIOVANA MARQUES SOBRINHO. - Londrina, 2024.

119 f.

Orientador: RICARDO LEBBOS FAVORETO.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Distorção Comunicativa; Agir Comunicativo; Relatório de sustentabilidade; Sustentabilidade; Estudos Organizacionais - Tese. I. FAVORETO, RICARDO LEBBOS. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 658

GIOVANA MARQUES SOBRINHO

**DISTORÇÕES COMUNICATIVAS NOS RELATÓRIOS DE
SUSTENTABILIDADE DE UMA MINERADORA BRASILEIRA: UMA
APRECIÇÃO PAUTADA NO PENSAMENTO HABERMASIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Administração da Universidade Estadual de Londrina-UEL, como requisito para a obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Lebbos Favoreto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Elve Miguel Cenci
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Paulo M. Ferrarese Pegino
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 11 de abril de 2024

SOBRINHO, Giovana Marques. **Distorções comunicativas nos relatórios de sustentabilidade de uma mineradora brasileira**: Uma apreciação pautada no pensamento habermasiano. 2023. 119 f. Dissertação. (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

RESUMO

A presente pesquisa, tem por objetivo fazer uma apreciação das distorções comunicativas pautadas no pensamento habermasiano nos relatórios de sustentabilidade da mineradora Vale S.A. Delimitou-se os anos de 2018, 2019 e 2020, um ano antes do rompimento da barragem em Brumadinho (MG), o ano do ocorrido e um ano após para a seleção de tais documentos. Compreende-se como distorção comunicativa a comunicação entre atores que não atende aos pressupostos pragmáticos de inteligibilidade, verdade, legitimidade e veracidade, sendo utilizado para a manipulação e não o entendimento mútuo. Em relação a metodologia, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva e exploratória. As informações para verificação, foram coletadas por meio de pesquisa documental e posteriormente analisadas mediante a técnica de análise de conteúdo. Os três relatórios selecionados, apresentaram inadequações referente aos quatro pressupostos pragmáticos. Em relação às distorções de verdade, notou-se a falta de evidências que comprovem as declarações da mineradora, tais declarações contrariadas também por notícias de jornais relevantes no cenário nacional, bem como uma exacerbação dos impactos positivos e uma carência de descrição dos impactos negativos. Quanto à distorção de sinceridade, percebeu-se o uso de metáforas que ofuscam o desempenho real da mineradora em relação à sustentabilidade, resultando em uma imagem otimista da organização. No que diz respeito, às distorções de inteligibilidade foram detectados jargões, excesso de imagens, quadros, tabelas que dificultam uma leitura fluída e diversos materiais externos aos relatórios que não estão mais disponíveis para consulta, dificultando o entendimento de uma linguagem comum entre a mineradora e seus leitores. Por fim, nas distorções de legitimidade, notou-se a inobservância dos “Princípios de Relato GRI” e irregularidades ao relatar informações obrigatórias, rompendo com o contexto normativo em que esses relatórios estão inseridos. A apreciação dos relatórios mediante as distorções comunicativas baseadas no pensamento habermasiano, revelaram prejuízos ao entendimento sobre a sustentabilidade que a mineradora comunica.

Palavras-chave: Distorção Comunicativa; Agir Comunicativo; Relatório de sustentabilidade; Sustentabilidade; Estudos Organizacionais.

SOBRINHO, Giovana Marques. **Communicative distortions in the sustainability reports of a brazilian mining company: An assessment based on Habermasian thought.** 2023. 119 f. Dissertation (Master's degree in Business Administration) - State University of Londrina, Londrina, 2023.

ABSTRACT

The present research aims to assess the communicative distortions based on Habermasian thinking in the sustainability reports of the mining company Vale S.A. The years 2018, 2019 and 2020 were defined, one year before the dam collapse in Brumadinho (MG), the year of the incident and one year later for the selection of such documents. Communication distortion is understood as communication between actors that does not meet the pragmatic assumptions of intelligibility, truth, legitimacy and veracity, being used for manipulation and not mutual understanding. Regarding methodology, the research is characterized as qualitative, descriptive and exploratory. The information for verification was collected through documentary research and subsequently analyzed using the content analysis technique. The three selected reports presented inadequacies regarding the four pragmatic assumptions. In relation to distortions of truth, there was a lack of evidence to prove the mining company's statements, such statements also contradicted by relevant newspaper reports on the national scene, as well as an exacerbation of positive impacts and a lack of description of negative impacts. Regarding the distortion of sincerity, the use of metaphors was noticed that obfuscated the real performance of the mining company in relation to sustainability, resulting in an optimistic image of the organization. Regarding intelligibility distortions, jargon, excessive images, tables, tables that make fluid reading difficult and various materials external to the reports that are no longer available for consultation were detected, making it difficult to understand a common language between the mining company and your readers. Finally, in the distortions of legitimacy, non-compliance with the "GRI Reporting Principles" and irregularities in reporting mandatory information were noted, breaking with the normative context in which these reports are inserted. The assessment of the reports through communicative distortions based on Habermasian thinking revealed harm to the understanding of sustainability that the mining company communicates.

Key words: Communicative Distortion; Act Communicative; Sustainability Report; Sustainability; Organizational Studies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exemplos de segmentos com coocorrências de metáforas.....	82
Tabela 2 - Metáforas presentes nos relatórios.....	83
Tabela 3 - Exemplos de segmentos com as metáforas “reparação” e “recuperação” e a temática que estão associadas.....	86
Tabela 4 - Exemplos de segmentos com a metáfora “controle”	88
Tabela 5 - Exemplos de segmentos com a metáfora “transparência”.....	90
Tabela 6 - Principais jargões identificados nos relatórios da mineradora.....	92
Tabela 7 - Exemplo de segmentos com o jargão “melhores práticas”.....	96
Tabela 8 - Princípios essenciais do GRI.....	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definições Constitutivas e Operacionais da Pesquisa.....	59
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TAC	Teoria do Agir Comunicativo
ONU	Organização das Nações Unidas
WCED	Commission on Environment and Development
GRI	Global Reporting Initiative
ESG	Environment, Social and Governance
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ANM	Agência Nacional de Mineração
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Declaração de adoção da GRI <i>Standards</i> “abrangente” (2018)....	63
Figura 2 - Declaração de adoção da GRI <i>Standards</i> “abrangente” (2019).....	63
Figura 3 - Declaração de adoção da GRI <i>Standards</i> “abrangente” (2020)....	64
Figura 4 - Dispêndios Socioambientais da Vale em 2018.....	71
Figura 5 - Nuvem de palavras das metáforas encontradas.....	81
Figura 6 - Diagrama de Sankey de coocorrência de metáforas.....	82
Figura 7 - Palavras mais presentes nas frases sobre reparação.....	85
Figura 8 - Palavras mais presentes nas frases sobre controle.....	87
Figura 9 - Palavras mais presentes nas frases sobre transparência.....	89
Figura 10 - Exemplo Índice de Conteúdo GRI 2018.....	104
Figura 11 - Exemplo Índice de Conteúdo GRI 2019.....	104
Figura 12 - Exemplo Sumário de Conteúdo GRI 2020.....	105

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivos.....	18
1.1.1 OBJETIVO GERAL	18
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
1.2 Justificativa	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1 PENSAMENTO HABERMASIANO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS	25
2.1.1 O CARÁTER CRÍTICO DO PENSAMENTO HABERMASIANO	25
2.1.2 O AGIR COMUNICATIVO E A DISTORÇÃO COMUNICATIVA.....	29
2.1.3 CONTRIBUIÇÕES HABERMASIANAS PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS.....	33
2.2 ORGANIZAÇÕES E SUSTENTABILIDADE	37
2.2.1 Crise Ambiental e as Organizações	37
2.2.2 EVENTOS HISTÓRICOS SOBRE SUSTENTABILIDADE.....	38
2.2.3 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	41
2.2.4 SUSTENTABILIDADE E SUAS VERTENTES TEÓRICAS	46
2.2.5 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....	51
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
3.1 CARACTERIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA.....	55
3.2 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA.....	56
3.3 COLETA DE DADOS.....	57
3.3.1 UNIDADE DE ANÁLISE	57
3.3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	58
3.3.3 DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS	58
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	59
4 ANÁLISE DOS DADOS	62
4.1 SOBRE OS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DA VALE S/A.....	62
4.2 DISTORÇÕES DE VERDADE.....	66
4.3 DISTORÇÕES DE SINCERIDADE	80
4.4 DISTORÇÕES DE INTELIGIBILIDADE	91
4.5 DISTORÇÕES DE LEGITIMIDADE	98
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107

REFERÊNCIAS.....	111
-------------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

A forma como a sociedade moderna desenvolveu-se, por exemplo em termos de estruturação e organização econômica, desencadeou fenômenos como a industrialização e a globalização, com efeitos locais e globais que impactaram a capacidade de carga¹ do planeta de sustentá-los (Foladori, 2001; Borim-de-Souza *et al.*, 2015). Nesse cenário, colocaram-se em pauta os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável como respostas mitigatórias às disfunções sistêmicas instaladas.

O texto *The Ecologist's A Blueprint for Survival*, de 1972, exemplifica o tom da ideia, que se coloca como qualidade de um processo ou sistema que permite sua continuidade por determinado prazo, confrontando-se com o agir antropocênico então instalado (Oliveira; Santos, 2021). Na concepção da comissão *World Commission on Environment and Development*, de 1987, colhe-se a derivação talvez mais disseminada do desenvolvimento sustentável: atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.

Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável adentraram a agenda de eventos e discussões globais, como o Relatório do Clube de Roma (1972), Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1983), Relatório Brundtland (1987), Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) e Rio+20 (2012). Atualmente, diferentes áreas do conhecimento têm abordado o tema, a exemplo da biologia, da economia, da sociologia, do planejamento urbano, entre outras (Oliveira; Santos, 2021). Na Administração, também se faz presente o interesse pela sustentabilidade. Todavia, sempre ao lado, remanesce o perigo real de o termo sustentabilidade tornar-se um clichê sem sentido, diante de tantos movimentos em torno da tratativa do tema (Lélé, 1991).

As organizações começam a compreender que a implementação de uma gestão sustentável gera valor à cadeia produtiva e cria um diferencial competitivo, logo elas passam a fazer uso da 'sustentabilidade' para legitimação e manutenção das suas atividades no ambiente em que estão inseridas e diante de todos os grupos de

¹ Esse termo da ecologia, diz que para cada população existe um volume e qualidade necessários de recursos. Assim, se a produção de tais recursos ultrapassa a capacidade natural de sustentá-los, os capitais naturais entram em crise (Foladori, 2001).

interesse da organização (Maia; Pires, 2011; Munck, 2015; Boiral, 2013; Silva; Reis; Amâncio, 2014). Esse movimento de busca pela legitimação e manutenção das atividades empresariais é objeto de crítica pela tentativa de se construir uma pragmática universal com pretensões de validade universal a partir de uma distorção comunicativa presente nas diversas formas de comunicação das empresas.

Uma das formas em que as empresas comunicam as partes interessadas sobre a sustentabilidade em seus negócios, é por meio do relatório de sustentabilidade. Nos últimos tempos, percebe-se uma demanda crescente por esse tipo de relatório, além dos relatórios financeiros que as corporações já divulgavam. Esse empenho, transparece o interesse por um novo tipo de informação na promoção das atividades empresariais, em volta da atuação em uma perspectiva tripla: ambiental, econômica e social (Régio *et al.*, 2022; Gómez; Laburu, 2008). Assim, a realização e divulgação desses relatórios pode ser vista como uma justificação das práticas das empresas para os seus grupos de interesse ou *stakeholders*, que podem ser afetados pelos resultados ou objetivos das empresas, esses indivíduos ou grupos interessados são os consumidores finais, governo, fornecedores, funcionários, entre outros (Freeman, 2010; Boiral, 2013).

Dentro da seara dos estudos organizacionais, diversos autores fazem uso dos relatórios para como material para investigação de suas pesquisas, entretanto, de acordo com Boiral (2013), grande parte dessas pesquisas são feitas com base no *mainstream* funcionalista, contemplando estes relatos de forma otimista e explicativa, sem realizar uma análise crítica do material enquanto meio de comunicação da empresa para com as partes interessadas. Por mais que os relatórios de sustentabilidade apresentaram com o passar dos anos, melhorias e padronizações relevantes para um exercício organizacional sustentável, percebe-se que por vezes esta comunicação não é totalmente transparente como exigem as Normas GRI.

Esse processo de comunicação dos diversos temas sobre as organizações, constituem objeto de estudo, com o objetivo de demonstrar sua relevância na manutenção ou aprimoramento da imagem organizacional. Nesses informes, observa-se as práticas executadas durante um certo período de tempo, com o intuito de verificar se elas influenciam ou influenciaram a performance empresarial (Faria, 2017). Pagliarussi *et al.* (2011), enfatizam que os relatórios corporativos de divulgação anual, podem ser compostos por inúmeras páginas com informações contábeis e aspectos como: estratégia da empresa, responsabilidade social, ações realizadas dentro de um

período e as ações programadas para o futuro.

Ainda, segundo os autores os números refletem o desempenho financeiro da empresa, respeitando os princípios contábeis, enquanto a narrativa deveria justificar o passado e projetar o futuro, dentro dos limites que esses números permitem. A insuficiência de desempenho, ao impactar negativamente a legitimidade da atuação das empresas, seria o elemento responsável no processo de construção de sentido nos relatórios anuais corporativos, cuja prática está ligada aos interesses dos grupos de *stakeholders* (Pagliarussi *et al.*, 2011; Faria, 2015). A comunicação da responsabilidade social pode ser feita em dois níveis: interno e externo da empresa. Em nível interno, segundo Faria (2015) é demonstrado informação no nível dos recursos humanos, como higiene, segurança no trabalho e os impactos ambientais do exercício da atividade. Em nível externo, acomete as ações sobre as comunidades locais, nos relacionamentos com os parceiros comerciais e consumidores, e as preocupações ambientais globais (Faria, 2015).

Como visto até aqui, os relatórios de sustentabilidade constituem uma das principais maneiras das empresas comunicarem como lidam com a sustentabilidade em suas operações, pois nestes relatórios são divulgadas informações relevantes para o público interno e externo norteando-se pelo tripé da sustentabilidade, por meio de dados quantitativos e qualitativos (Milani Filho, 2008; Mazzioni; Tinoco; Oliveira, 2007). Por isso, nesta pesquisa foram escolhidos como fonte de informações estes relatórios de uma mineradora relevante no cenário nacional. Logo, com o objetivo de fazer uma apreciação de como a mineradora Vale S.A. se comunicou no que se refere a sustentabilidade, esta pesquisa examina relatórios de sustentabilidade publicados no site da própria organização. Os anos selecionados foram 2018, 2019 e 2020.

Utilizando de uma perspectiva crítica, a noção habermasiana de distorção comunicativa, nesta pesquisa é valorosa para a análise dos relatórios da mineradora, visto que será possível identificar desvios que resultam nos relatórios uma comunicação distorcida sobre como a organização operacionaliza e conceitua a sustentabilidade. Tal investigação será realizada por meio da utilização dos pressupostos da pragmática universal, que permitirão analisar se os relatórios da mineradora se adequam ou não aos critérios de clareza, verdade, legitimidade e sinceridade (Habermas, 2012a; Habermas, 2012b).

As organizações podem ser vistas como estruturas de comunicação distorcida, ou como infraestruturas sociais comunicativas que permeiam as relações e ações

estruturais em diferentes contextos econômicos. Dessa forma, as organizações podem ser analisadas de acordo com a comunicação que realizam, se está mais próximo de uma comunicação aberta (diálogo), ou mais próxima de uma comunicação fechada (dogma) (Alvesson; Deetz, 1996). Porém, vale ressaltar que o tipo de racionalidade que predomina nelas, é a instrumental, a qual gera um ambiente organizacional favorável à manipulação, à dominação, frustração e ao conformismo (Freddo, 1991).

Na percepção de Vizeu e Matitz (2013) a distorção comunicativa presente nas organizações contemporâneas está ligada à crise de legitimidade que elas enfrentam, como pertencentes ao capitalismo moderno. Nesta circunstância, estas organizações se utilizam estrategicamente dos artifícios de distorção comunicativa a fim de ganhar apoio para seus interesses, resultados e para persuadir indivíduos ou grupos sociais. Conseqüentemente, a investigação das distorções comunicativas presentes nos relatórios de sustentabilidade, contribuem para o aperfeiçoamento destes, proporcionando que essas narrativas evitem desvios informativos e contribuam para o entendimento, objetivo desejado pela razão comunicativa.

A Vale S.A. é uma das maiores empresas de mineração do mundo e também a maior produtora de minério de ferro de pelotas e níquel. Foi a responsável pela maior tragédia do ramo da mineração no país. No dia 25 de janeiro de 2019, por volta da hora do almoço em Brumadinho, Minas Gerais, no refeitório da mineradora dezenas de trabalhadores almoçavam quando a barragem de rejeitos de Córrego do Feijão se rompeu, soterrando com 13 milhões de metros cúbicos de lama tóxica tudo o que encontrava no caminho. O ocorrido causou a morte de 272 pessoas e variados danos ao meio ambiente (Greenpeace, 2019; Rodrigues, 2019). Como escopo para análise desses relatórios de sustentabilidade da mineradora, no terreno dos estudos organizacionais opta-se pela abordagem habermasiana, principalmente a noção de distorção comunicativa.

Esta investigação visa identificar distorções comunicativas, norteadas pelas questões: **quais são e como ocorrem as distorções comunicativas habermasianas, nos relatórios de sustentabilidade da mineradora Vale S.A. dos anos de 2018, 2019 e 2020?** Para contestar as indagações, a pesquisa encontra-se organizada em cinco capítulos.

A seção inicial está constituída pela seção de introdução, composta pelos objetivos e justificativa da pesquisa. A seguir, o segundo capítulo aborda a filosofia

habermasiana e os estudos organizacionais, apresentando a base teórica de Habermas, sua obra principal a Teoria do Agir Comunicativo e os aportes deste teórico para os estudos organizacionais, por meio da aplicação do conceito de distorção comunicativa. Trata também da temática da sustentabilidade e organizações, e em como elas contribuem para a formação do conceito por meio da divulgação dos seus relatórios, especialmente o Relatório de Sustentabilidade, o qual constitui uma fonte para investigação das distorções.

O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos propostos para cumprimento do objetivo proposto pela pesquisa. O quarto capítulo, apresenta as informações coletadas e a análise com base na noção habermasiana de distorção comunicativa, por meio da exibição dos quatro pressupostos e as inadequações encontradas em cada um. Por último, o quinto capítulo expõe as considerações finais da pesquisa, como algumas das limitações e sugestões para pesquisas futuras.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Apreciar, sob uma perspectiva habermasiana, como ocorrem as distorções comunicativas nos relatórios de sustentabilidade da mineradora Vale S.A. dos anos de 2018, 2019 e 2020

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar as distorções comunicativas nos relatórios de sustentabilidade da Vale S.A., a partir dos pressupostos pragmáticos de verdade, legitimidade, sinceridade e inteligibilidade;
- Descrever as distorções comunicativas presentes nesses relatórios;
- Evidenciar a partir dessas distorções encontradas, implicações para o significado de sustentabilidade para a Vale S.A.;

- Pesquisar elementos nos principais jornais do país, que auxiliem a apreciação dos pressupostos pragmáticos encontrados nos relatórios de sustentabilidade.

1.2 JUSTIFICATIVA

A pesquisa aborda as distorções comunicativas pautadas no pensamento habermasiano juntamente com a temática da sustentabilidade, podendo se considerar, em certo grau algo novo na área dos estudos organizacionais. O que embasa tal sentença são pesquisas bibliográficas realizadas. Em outubro de 2022, foi realizado um levantamento bibliométrico nas plataformas, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, *Scientific Periodicals Electronic Library (Spell)* e *Web of Science*, bancos de dados reconhecidos e validados na área de pesquisa. Na primeira base de dados, buscou-se o termo “Distorção Comunicativa”. Foram encontrados um total de 10 resultados, sendo 03 Teses de Doutorado e 07 Dissertações de Mestrado. Na plataforma Spell, foi pesquisado primeiro somente o termo: “Distorção Comunicativa”, encontrando um total de 03 artigos. Acrescentou-se os termos: “Agir Comunicativo”, “Ação Comunicativa”, “Distorções Comunicativas” e “Habermas”. Aplicando os filtros: Tipos de Documento: Artigos e Área do Conhecimento: Administração. Obtiveram-se 33 resultados.

Por fim, na base de dados, *Web of Science*, foi realizada a primeira busca com o termo em português: “Distorção Comunicativa” e não foi encontrado nenhum resultado. Repetiu-se a busca com o termo em inglês: “*Communicative Distortion*” e refinou-se a busca pela categoria da *Web of Science: Management*, resultando em um total de 04 artigos. Em ambas as plataformas, notou-se um crescente interesse pela temática na área da Administração a partir do ano de 2019, contudo em nenhum desses resultados encontrou-se como objeto de pesquisa os relatórios da Vale.

Outros dois levantamentos, a fim de verificar as contribuições habermasianas para os estudos organizacionais, realizados por Inocêncio e Favoreto, no ano de 2019, corroboram tal justificativa de ineditismo. Para o levantamento no campo nacional foram selecionados os periódicos da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo classificados entre o extrato A1 e B1 pela CAPES no quadriênio (2013-2016). A delimitação aos periódicos que tinham por escopo a área de Administração e que

tivessem artigos com a palavra “Habermas” em títulos, resumos ou palavras-chave resultou em 46 publicações em 10 periódicos (Inocêncio; Favoreto, 2020).

Em relação aos internacionais, foram escolhidos aqueles que pertenciam a categoria “*Management*” da base *Web of Science*, e cujo fator de impacto fosse maior que 3. Neste conjunto, a delimitação dos artigos se deu pela busca de termo “Habermas” nos resumos dos artigos, resultando 31 publicações em 18 periódicos. Nos resultados internacionais obtidos, quando se trata de questões ambientais o tema central não foi a sustentabilidade e não foi encontrado relações entre distorção comunicativa e sustentabilidade (Inocêncio; Favoreto, 2021). Logo, a presente pesquisa visa preencher essa lacuna teórica nos estudos organizacionais.

Os estudos organizacionais podem ser assimilados como um campo contestado, onde coexistem múltiplas vozes engajadas por reconhecimento, aceitação e domínio (Westwood; Clegg, 2003). Como um terreno historicamente contestado no qual abordagens lutam por reconhecimento e aceitação (Reed, 1997). As abordagens críticas manifestaram-se nos estudos organizacionais, por volta da década de 1970, pelo desapontamento dos pressupostos modernistas dos teóricos. Todavia não há um abandono completo do entendimento modernistas sobre organização, pois existe a crença do aperfeiçoamento por meio da racionalidade (Alvesson; Deetz, 1996; Cooper; Burrell, 1988). Nota-se a necessidade de reconsiderar a racionalidade que orienta as organizações, para alcançar uma emancipação ante à lógica instrumental que rege as organizações, assim, um dos teóricos críticos com essa capacidade de contribuição é o filósofo e sociólogo Jürgen Habermas.

No campo dos estudos organizacionais, as contribuições teóricas de Jürgen Habermas mostram-se com um potencial inerente, desde 1983 no cenário mundial e desde 1991 no cenário brasileiro (Inocêncio; Favoreto, 2021). Visando colaborar com estudos que utilizam o referencial habermasiano, a presente pesquisa, privilegia especialmente o conceito de distorção comunicativa, constitutivo da Teoria do Agir Comunicativo. O emprego do conceito, forma parte de uma tentativa para compreender deformidades na comunicação da mineradora em seus relatórios de sustentabilidade, a fim de verificar como a mineradora se comunicou sobre a sustentabilidade. Sendo assim, os principais temas alcançados nesta pesquisa são: sustentabilidade e distorções comunicativas.

Entende-se como comunicação distorcida na concepção habermasiana, aquela

que não leva em conta os pressupostos de verdade, legitimidade, compreensibilidade e veracidade. A contemplação destes desígnios permite que os atores sejam guiados por uma racionalidade comunicativa, que procura por meio da argumentação alcançar um entendimento consensual de uma pretensão de validade. A inobservância dos pressupostos ocasiona uma comunicação distorcida, na qual os atores guiados por uma racionalidade estratégica, estimam meios para obtenção de fins egocêntricos (Habermas, 2012a, 2012b).

Sob o prisma habermasiano, o entendimento mútuo vai além da compreensão da expressão gramatical, Habermas ressalta que existe uma diferença entre compreender uma expressão linguística e entender-se com alguém sobre algo por meio de enunciados válidos (Segatto, 2021). Portanto, o entendimento do conteúdo é uma condição para a compreensão e a validade do ato de fala também, porém não é a única condição. O entendimento deve acontecer especialmente, quanto à consideração da força ilocucionária do ato de fala, a qual garante os vínculos relevantes para a interação subsequente e estabelece as diferenças entre as pretensões de validade. O ouvinte, por outro lado, deve tomar uma posição afirmativa ou negativa perante a tal pretensão, também fundamentada (Segatto, 2021).

Nessa conjuntura, um ator com a intenção de efetivar uma comunicação não distorcida, sob as normas do agir comunicativo, deve considerar quatro pressupostos pragmáticos: comunicar-se de modo inteligível; produzir um ato de fala verídico, segundo o contexto normativo posto, para estabelecimento de uma relação interpessoal; elaborar um enunciado verdadeiro, considerando que o ouvinte tenha conhecimento do que está sendo enunciado e expor de modo honesto opiniões, intenções com o objetivo de que o ouvinte acredite no que é dito (Habermas, 2012a).

Na seara dos estudos organizacionais, Alvesson e Deetz (1996) argumentam que conhecer as comunicações distorcidas são de grande importância, dado que as organizações podem ser compreendidas como estruturas de comunicação ou infraestruturas sociais que permeiam as relações e ações sociais no contexto profissional e econômico. Na visão de Vizeu e Matitz (2013), a presença das distorções comunicativas se deve a crise de legitimidade que as instituições presentes no capitalismo moderno enfrentam. Por isso elas fazem uso propositalmente e estrategicamente dos artifícios de distorção comunicativa para lograr apoio a suas ações ou convencer indivíduos e grupos sociais de interesse. Consequentemente, a observação dos relatórios de sustentabilidade da Vale S.A. contribui para a

identificação das distorções, favorecendo para o melhoramento a fim de evitar incongruências e se fortalecer como uma prática orientada ao entendimento, telos da razão comunicativa.

Posto isso, considera-se que a noção habermasiana de distorção comunicativa pode ser esmiuçada de modo mais específico, atrelada à questão da sustentabilidade, pois não foram encontrados artigos que fizessem essa associação. As investigações que tiveram como objetivo temas ambientais, foram encontrados somente na amostra dos artigos internacionais, mas nenhum com o tema central da sustentabilidade (Inocêncio; Favoreto, 2021). Tal associação entre a teoria habermasiana e a temática da sustentabilidade, para além da dimensão ambiental, pode evidenciar uma seara de pesquisa pouco explorada. Logo, a presente pesquisa visa contribuir teoricamente para suprir essa lacuna nos estudos organizacionais de corrente habermasiana.

A opção do referencial habermasiano como pilar para esta pesquisa se dá pela grande influência de Jürgen Habermas no que se refere a abordagens críticas dos estudos organizacionais. No livro *“Sociological Paradigms and Organization Analysis”* de Gibson Burrell e Gareth Morgan, publicado em 1979, em alternativa a corrente funcionalista predominante, Habermas era mencionado no viés crítico. Já em 1996, Alvesson e Deetz, no livro *“Handbook of Organizational Studies”*, corroboram este parecer, ao apresentarem Habermas como um dos principais autores da abordagem crítica nos estudos organizacionais, dado sua capacidade de ofertar um panorama realista mais congruente com o estudo do fenômeno organizacional do que a teoria filosófica tradicional. Fato é que pesquisas habermasianas têm apresentado, um potencial de aplicação empírica, além de teóricas (Inocêncio; Favoreto, 2021). Ainda mais recentemente, identificou-se trabalhos de relevância nacional com este referencial, como o livro de Ana Paula Paes de Paula (2015) *“Repensando os Estudos Organizacionais: Por uma Nova Teoria do Conhecimento”*

Além disso, vale recordar que as organizações exercem grande influência sobre a concepção daquilo que se entende por sustentabilidade (Tregidga; Milne; Kearins, 2015). As organizações tendem a defender suas ações perante à sociedade utilizando diferentes estratégias de comunicação, e o relatório de sustentabilidade constitui uma das principais formas (Silva; Reis; Amâncio, 2014). Nota-se o relato de sustentabilidade como uma prática cada vez mais comum, como parte da prestação de contas em relação ao seu desempenho. Apesar de muitos estudos defenderem os progressos alcançados neste sentido, principalmente os que fazem uso de

epistemologias de viés positivista, alguns autores têm procurado demonstrar que tais relatos constituem uma representação artificial e idealizada que se desconecta da realidade. Deste modo, os relatórios têm sido utilizados mais para promover os interesses organizacionais e manter as atividades das organizações do que fornecer informações satisfatórias para avaliação de seus desempenhos, de caráter profuso ao que tange a sustentabilidade (Boiral, 2013; Silva; Reis; Amâncio, 2014; Tregidga; Milne; Kearins, 2015).

Perante o exposto, o emprego dos pressupostos pragmáticos habermasianos para encontrar dispositivos de distorção comunicativa nos relatórios de sustentabilidade da mineradora Vale S.A., podem fornecer um cenário de normatividade considerável para esta prática. Colocar em conformidade os relatórios aos pressupostos de inteligibilidade, verdade, legitimidade e sinceridade, levaria a resultados de entendimento mais amplo, a todos os *stakeholders*, dos impactos sustentáveis gerados pelas organizações. Segundo Forester (2003), esta proposta de pesquisa nos leva a investigar situações mensuráveis de comunicação, fluxos reais de ação que remodelam nossas crenças e confiança no quesito da noção de sustentabilidade. Cabe ressaltar que, na opinião de Tregidga, Milne e Kearins (2015), pesquisas reflexivas e de vieses críticos sobre relatórios corporativos são indispensáveis para impedir a oclusão de discussões sobre desenvolvimento sustentável/sustentabilidade em uma concepção hegemônica, grandemente instigada pelas organizações que muitas vezes manipulam os resultados em favor próprio, sendo necessário, para estes autores, introduzir a normativa de volta na análise.

Por fim, esta pesquisa foi incentivada pelos debates decorrentes do projeto de pesquisa conduzido pelo professor Ricardo Lebbos Favoreto, “Teorização Crítica da Empresa a partir do Pensamento Habermasiano”, que tem por objetivo exercitar, à luz do pensamento habermasiano, a crítica a ocorrências ligadas ao campo da administração. A dissertação do aluno, Ewerton Roberto Inocêncio, intitulada Distorções Comunicativas nos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas listadas na Carteira ISE 2020: Uma análise pautada no pensamento habermasiano, defendida em 2021, serviu de inspiração para o desenvolvimento da presente pesquisa. Também, está em alinhamento com a Linha Organizações, Poder e Sociedade do presente Programa de Mestrado, a qual valoriza as contribuições teóricas que discutem os diferentes campos da administração por meio de investigações crítico-reflexivas, com uma perspectiva transdisciplinar e multiparadigmática.

Logo, a presente pesquisa propõe contribuir para a Administração, enquanto ciência, por percorrer novos caminhos de análise, novas associações sociológicas com potencial de acarear teorias dominantes no campo, também assessorar organizações que não fazem uso dos Relatórios de Sustentabilidade, a fazerem documentos compreensíveis, verídicos, legítimos e sinceros. A pertinência do estudo está, na proposta de identificar, descrever e desenvolver relações teóricas sobre as inadequações comunicativas na construção do que a principal mineradora do país relata sobre sustentabilidade.

Os resultados desta averiguação poderão interessar: à todas as empresas que já fazem uso dos relatórios para abordar a sustentabilidade, para que o façam por meio de relatos verídicos, legítimos, sinceros e compreensíveis a todas as partes interessadas, e não para angariação de seus objetivos corporativos; à sociedade, enquanto moradores afetados pelas operações da mineradora por apontar inadequações comunicativas ou sentenças que não estão de claro entendimento; à administração, enquanto ciência, por reforçar este campo de estudo com reflexões pouco exploradas, baseadas em compreensões sociológicas capazes de confrontar e desafiar o *mainstream*, ao perscrutar novos caminhos centrados na busca por emancipação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo foi desenvolvido com o propósito de apresentar os constructos teóricos que serviram de base para a presente pesquisa. Discute a sociologia habermasiana e o seu emprego nos estudos organizacionais, substancialmente à ideia de distorção comunicativa. Em segundo momento, trata do conceito de sustentabilidade e a utilização dos relatórios de sustentabilidade da mineradora Vale S.A.

2.1 PENSAMENTO HABERMASIANO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Nesta seção estão apresentadas as informações referentes à vida e principais obras do filósofo e sociólogo Jürgen Habermas e a Teoria Crítica. Seguido com uma descrição dos principais conceitos que fundamentam a Teoria do Agir Comunicativo, dentre os quais a noção de distorção comunicativa faz parte e constitui o principal foco deste estudo. Na sequência a apropriação das teorias habermasianas pelos estudos organizacionais.

2.1.1 O caráter Crítico do Pensamento Habermasiano

Jürgen Habermas, nascido em 18 de junho de 1929, em Düsseldorf, na Alemanha, é filósofo e sociólogo inscrito na segunda geração da Escola de Frankfurt. Realizou estudos de filosofia, história e psicologia nas universidades de Göttingen, Zürich e Bonn. Defendeu sua tese de livre docência “Mudança Estrutural da Esfera Pública” na Universidade de Marburg, em 1961. Em seu sistema teórico aborda diversos temas, como: democracia, racionalidade, esfera pública, epistemologia, tecnologia, ciência, entre outros, sempre interposto pela abordagem crítica. Suas produções foram reconhecidas com algumas premiações mundiais como Prêmio Gottfried Wilhelm Leibniz (1986), Medalha Helmholtz (2000) e Prêmio Kyoto (2004).

O autor, segundo os responsáveis pela Coleção Habermas, da editora Unesp, faz parte do restrito grupo de pensadores capazes não só de “criar passagens entre as áreas mais especializadas das ciências humanas e da filosofia”, algo incomum,

mas também de “reconstruir a fundo as contribuições de cada uma delas, rearticulá-las com um propósito sistemático e, ao mesmo tempo, fazer jus à suas especificidades” (Unesp, 2017). Na seara da Teoria Crítica, Habermas é indicado como o responsável por lhe trazer novos ares. Para seus antecessores, no capitalismo, somente a razão instrumental poderia existir como racionalidade, então qualquer forma de emancipação estava obstruída, justamente uma das pretensões da Teoria Crítica, que aparentemente perdia sua essência. Habermas com seu modelo comunicativo propõe uma nova concepção de racionalidade (Freitag, 2004; Nobre, 2008, Lara; Vizeu, 2019). O arcabouço teórico habermasiano é composto por uma vasta produção literária, dado sua longevidade, atualmente com 94 anos de idade. A seguir estão especificados brevemente algumas de suas principais obras.

A primeira obra organizada e publicada é “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, publicada em 1962, resultado da sua tese de pós-doutorado. Um dos significativos aportes da obra está na análise habermasiana sobre as tensões e transformações culturais geradas pelo capitalismo, pela qual são demonstradas algumas condições sociais que delinearão a estruturação da categoria “esfera pública burguesa” (Oliveira, 2010). Em 2023, Jürgen Habermas publicou uma releitura desta obra, intitulada “Uma nova mudança estrutural da esfera pública e da política deliberativa”, publicada pela editora Unesp e traduzida por Denilson Luís Werle. O tema central, “é a questão de como a digitalização mudou o sistema de mídia que orienta a comunicação de massa” (Habermas, 2023, p.55). A revolução tecnológica na comunicação digital trouxe mudanças significativas à esfera pública, afetando a qualidade dos debates políticos. Em mundo onde a disseminação de *fake news* é uma realidade é crucial garantir que a nossa estrutura midiática continue a promover a inclusão na esfera pública e a facilitar debates construtivos na formação de opinião pública, cumprindo um papel fundamental na democracia, são esses os aspectos centrais tratados na mais recente publicação do filósofo e sociólogo Jürgen Habermas (Habermas, 2023).

Em 1968, publicou “Técnica e Ciência como Ideologia”, na qual Habermas contrapõe a tese de Marcuse, de que a dominação pela racionalidade ocorria pela técnica e não pela razão em si, assim a técnica e a ciência se incorporaram à dominação. Habermas debate tal sentença, alegando que a dominação pela ciência e pela técnica se dá devido ao emprego da razão instrumental própria do capitalismo. Por isso, aponta que ambas sejam orientadas por outro tipo de razão, a comunicativa

(Habermas, 2014c).

Na obra “Conhecimento e Interesse” (1968), Habermas critica a estrutura das ciências objetivistas que negligenciam a auto-reflexão, tendo em vista que todo conhecimento se constitui numa objetividade a partir de interesses. Dessa forma, a questão central se torna elucidar quais conexões estabelecem esses interesses no processo de construção do conhecimento. Habermas associa então o interesse prático às ciências hermenêuticas, o interesse técnico às ciências analíticas e o interesse emancipatório às ciências críticas (Medeiros; Marques, 2003; Habermas, 2014a).

A obra magna do autor, é a “Teoria do Agir Comunicativo” (1981). Habermas traz uma leitura contemporânea de questões relacionadas à política, economia e ética do ocidente contemporâneo do século XX e XXI. Ele faz uma releitura da sociedade utilizando elementos filosóficos de filósofos do tempo passado, mas fazendo uma releitura atual. Foi impulsionado pela intuição de que a linguagem é o meio privilegiado para levar ao êxito uma teoria da sociedade que seja auto reflexiva e emancipatória. Habermas, faz uma leitura dualista da sociedade, para ele existe o “mundo do trabalho” ou “sistema” e o “mundo da vida” nos quais dominam racionalidades distintas. Dessa forma, ele tem a pretensão de clarificar que as patologias sociais do seu tempo, são frutos da dominação do sistema sob o mundo da vida, os campos do mundo da vida que deveriam ser dominados pela linguagem, estão cada vez mais subordinados ao dinheiro e ao poder. A emancipação seria realidade, neste cenário, restaurando a dominação da razão comunicativa no mundo da vida e a sua disseminação para o sistema (Habermas, 2012a, 2012b).

Para Thomas McCarthy (1986), a obra Teoria do Agir Comunicativo, está organizada em torno de três propósitos relacionados entre si. Primeiro, desenvolver um conceito de racionalidade que não fique atado ou limitado às premissas subjetivistas da filosofia e da teoria social moderna. Segundo construir um conceito de sociedade em dois níveis, que integrem os paradigmas sistema e mundo da vida, e terceiro, fazer um esboço de uma teoria crítica que analise as patologias da modernidade.

A abordagem da Teoria Crítica, a qual Jürgen Habermas, se circunscreve, organiza-se em duas vertentes:

Em termos sintéticos: i) a efetuação de um diagnóstico por meio do qual se

identifiquem os elementos atravancadores da emancipação social e ii) a efetuação de um prognóstico por meio do qual se projete aquilo que poderia ser (Favoreto; Nogueira; Bannwart, 2019, p.08).

Refere-se a uma crítica que detecta na realidade a capacidade de uma sociedade melhor. Deste modo, buscam delatar esses elementos atravancadores para que as potencialidades se realizem, sendo possível alcançar a emancipação (Nobre, 2008; Lara; Vizeu, 2019). Teoria estabelecida pelos intelectuais da Escola de Frankfurt.

Segundo alguns autores, o termo “Escola de Frankfurt” traz a ideia de homogeneização de pensamento devido a palavra escola, não se sustenta na realidade. Alguns aspectos, como: uma personalidade intelectual carismática, inicialmente Max e Horkheimer; um conjunto de diretrizes apontadas no discurso de Horkheimer em 1931; revistas e outros meios de publicação para os trabalhos de seus membros, a identificam como escola. Todavia, não se pode proclamar a palavra escola em termos de uniformidade de pensamento entre os membros dela, porque ao decorrer dos anos ficou evidente a não existência de um modelo entre eles. Adorno e Horkheimer, os principais autores da “Escola de Frankfurt” trataram de temas comuns de posições diferentes (Freitag, 2004; Nobre, 2008; Lara; Vizeu, 2009).

A Teoria Crítica, possui quatro princípios que segundo Lara e Vizeu (2019) representam uma síntese teórica do projeto proposto por Horkheimer. A Teoria Crítica é emancipatória por estimular a consciência das contradições da sociedade burguesa; é eclética e interdisciplinar porque busca em outras disciplinas como a fenomenologia e a psicanálise respostas às questões do marxismo ortodoxo; por fim, não oferta um diagnóstico acabado visto que requer uma renovação constante das suas investigações por meio de autorreflexão, segundo as (re) configurações do capitalismo.

Dito isso, o emprego da terminologia “Escola de Frankfurt” deve nos acometer a um conjunto de teóricos heterogêneos com postura interdisciplinar acerca de uma proposta acadêmica comum, e não uma heterogeneidade de pensamento. Na relação dos teóricos, Jürgen Habermas sobressai como representante da segunda geração da “Escola de Frankfurt” (Freitag, 2004; Nobre, 2008; Lara; Vizeu, 2019).

Após abordar a trajetória de Habermas, dispondo informações acerca da carreira acadêmica e uma breve exposição das suas principais obras, e a sua associação com a Teoria Crítica advinda da Escola de Frankfurt, no tópico a seguir

serão descritos principais conceitos que fundamentam a Teoria do Agir Comunicativo (TAC), sobretudo a noção de distorção comunicativa foco da presente pesquisa.

2.1.2 O Agir Comunicativo e a Distorção Comunicativa

O diagnóstico daquele tempo corrente, anunciado por Adorno e Horkheimer em 1947, no livro “Dialética do Esclarecimento”, estava fundamentado em análises econômicas que atravancavam a emancipação. O sistema econômico passou a ser controlado politicamente, por meio da burocracia norteada pela racionalidade instrumental. Dessa forma a razão foi reduzida à questão de adaptação, dominando todas as esferas da vida social, além da econômica e política (Nobre, 2008).

Para Habermas (1999) o capitalismo estatal refere-se ao estágio avançado de acumulação, relaciona-se com o aparecimento de instituições multinacionais e nacionais e da intervenção do Estado. Ele entende que no capitalismo contemporâneo a sociedade é composta por três áreas: econômico, sociocultural e administrativo, assim o capitalismo não sofre uma crise apenas de caráter econômico, e sim em outros aspectos o que poderia acarretar em uma desautorização do sistema político. Nesta conjuntura, apresentam-se possíveis crises, como a econômica, devido a produção fundada em interesses particulares; a política, gerando uma crise de racionalidade e legitimação e a crise sociocultural, devido a incapacidade do Estado em criar legitimação segundo a maneira capitalista de produção (Habermas, 1999).

Partindo do diagnóstico de que a política não é mais um fenômeno superestrutural do capitalismo avançado, Habermas tenta compreender “o capitalismo não, apenas como um “modo de produção”, mas como uma formação social complexa, passível de outros tipos de crises” (Pereira, 2013, p.64). A junção do sistema econômico ao sistema político de certa maneira, gera uma nova forma de fazer política pois carece de legitimação (Habermas, 1999).

No capitalismo tardio, foi colocado em risco a forma como as civilizações legitimavam a dominação, por meio de cosmovisões de mundo, requerendo uma nova legitimação que não poderia mais ser derivada de uma ordem apolítica (Habermas, 2014c). Para Pereira (2013) a repolitização das relações de produção requer legitimação, derivada de uma opção democrática, não de uma luta de classes. Nobre (2008) corrobora com tal afirmação, a emancipação proposta por Habermas se

encontra na atuação do indivíduo nos mecanismos do Estado democrático.

Habermas deslumbrava na participação democrática da sociedade, uma possível capacitação das contradições do capitalismo tardio, a participação do cidadão na democracia material daria conta da contradição de uma produção administrativamente socializada (Habermas, 1999). Entretanto, o teórico admite que essa participação não ocorre de forma aprazível, pois no capitalismo tardio os procedimentos foram estruturados de maneira que o Estado possa tomar suas decisões, sem considerar os cidadãos (Habermas, 1999). A política ganha um cunho negativo, devido às atividades do Estado norteadas a estabilidade e crescimento econômico (Habermas, 2014c).

Jürgen Habermas, em sua obra “Teoria do Agir Comunicativo” confronta a ideologia tecnocrata capitalista, por argumentar uma razão complementar à razão instrumental. Com a racionalidade comunicativa, Habermas ultrapassa a dificuldade dos seus antecessores do bloqueio à emancipação social, os quais defendiam somente a razão instrumental como racionalidade possível. Essa nova racionalidade que Habermas acabara de identificar, não seria excludente, mas sim complementar a racionalidade, defendida por Adorno e Horkheimer (Nobre, 2008).

O frankfurtiano mergulha na sociologia weberiana para fundamentar a racionalidade proposta. Para Habermas a teoria de Weber, é próspera para o esclarecimento das patologias da modernidade, porém precisam ter seus conceitos reformulados (Habermas, 2012a; 2012b). Para Habermas, a teoria weberiana propõe uma racionalidade complexa e restrita a uma racionalidade teleológica, onde o importante é a atuação individual do sujeito orientado para uma ação propositada e não ao entendimento linguístico entre sujeitos, como proposto pela teoria do agir comunicativo (Habermas, 2012a). Propõe-se a mudança do agir teleológico para o agir comunicativo.

A resposta de Habermas a decadência do paradigma da consciência é um giro explícito até o paradigma da linguagem (em seu uso) não como sistema sintático-semântico. É daqui que se desenvolve o marco e as bases normativas, segundo Thomas McCarthy (1987), da sua teoria social em forma de uma teoria geral da ação comunicativa. Se partimos do pressuposto que a espécie humana mantém a si mesma através de atividades socialmente coordenadas por seus membros e que essa coordenação se estabelece mediante comunicação, então a reprodução da espécie humana requer também o cumprimento das condições de uma racionalidade imanente

à ação comunicativa.

Por defender uma racionalidade comunicativa concomitante com a instrumental, Habermas reprovava o entendimento da modernidade resultante da institucionalização da razão instrumental:

Racionalização social dessa forma, não significa difusão de um agir racional teleológico, nem transformação de campos do agir comunicativo em subsistemas do agir racional-teleológico. O ponto de referência é constituído muito mais pelo potencial de racionalidade que se volta à base da validade da fala. Esse potencial jamais se tornou de todo inativo e pode ser reativado em diversos níveis, que dependem do grau de racionalização do saber sobre a imagem de mundo. (Habermas, 2012a, p. 587)

Objetiva-se a transposição da unidimensionalidade das teorias sociológicas anteriores, para uma dualidade da razão e da sociedade. Para Habermas, a sociedade está constituída pelas dimensões sistema e mundo da vida. O sistema é uma dimensão normativa em que o Estado e o mercado (subsistemas) buscam sua maximização, outorgando menos poder de ação aos sujeitos, devido a sua organização burocrática (Alcântara; Pereira, 2017). Enquanto, o mundo da vida refere-se a vida cotidiana, cuja estrutura é natural, são valores, normas e processos de entendimento (Alcântara, Pereira, 2017).

Cada dimensão opera com um tipo de racionalidade e de ação. No “mundo da vida” a razão que orienta é a comunicativa formando as ações comunicativas. No “sistema”, as ações são guiadas pela razão instrumental gerando as ações estratégicas (Vizeu, 2005; Habermas, 2012). Entretanto, mesmo com as delimitações definidas um sobrepõe ao outro. Ocorre a colonização do mundo da vida pelo sistema, os subsistemas (dinheiro e poder) invadem a reprodução do mundo da vida, gerando as patologias sociais (Repa, 2017). A razão instrumental e a ação estratégica passaram a ocupar cada vez mais espaços do mundo da vida, ocasionando as disfunções sociais modernas (Habermas, 2012b).

A racionalidade instrumental, segundo Habermas (2010), está calcada na maximização das vantagens, em cálculos utilitaristas, sem levar em conta as normas, essa razão foi o motivo de entrave da emancipação proposta pelo iluminismo. O resultado do emprego dessa racionalidade, é a ação estratégica, “o ator escolhe e calcula os meios e fins sob aspectos da maximização de benefícios ou expectativas conexas” (Habermas, 2010, p. 142). Essa ação é sempre considerada por meio dos seus resultados gerados, após seus efeitos no mundo (Favoreto; Bannwart; Nogueira,

2020).

A razão comunicativa procura no diálogo o entendimento para a ação, não se baseia em cálculos utilitaristas. O uso dessa racionalidade, ocorre quando há interação entre dois sujeitos com capacidade de falar e agir, coordenando suas ações (Habermas, 2012a). Na perspectiva habermasiana a prática comunicativa, possui um sentido para o falante, uma intenção e para o ouvinte uma interpretação. As intenções variam em buscar o entendimento entre os sujeitos e intervir ou modificar algo na sua realidade (Vizeu, 2005).

Enfatiza-se que os dois tipos de ações guiados pelas suas próprias racionalidades, almejam fins diferentes. A racionalidade instrumental e a ação estratégica almejam o êxito, ao passo que a racionalidade e a ação comunicativa buscam o entendimento. A procura por consenso na comunicação, Habermas chama de situação ideal de fala, que assume como premissa: Inclusão; todos devem participar, Igualdade; mesma oportunidade de fala para todos; Verdade; a fala deve ser livre de enganos e deve ser Livre; ausência de coerção (Habermas, 2010).

Para Habermas, o entendimento objetivo da situação ideal de fala ocorre no processo de argumentação. Quando os interlocutores abordam pretensões de validade controversas, e buscam resolvê-las. Do ponto de vista habermasiano, o entendimento é “um procedimento cooperativo de interpretação, voltado a alcançar definições situacionais intersubjetivamente reconhecidas” (Habermas, 2012a, p.138). Então, o entendimento é alcançado quando os participantes reconhecem as pretensões de validade, o que Habermas designa como pragmática universal. A incompatibilidade com os pressupostos da pragmática universal define a distorção comunicativa (Vizeu, 2005; Habermas, 2012a; Vizeu; Matitz, 2013). Pode-se considerar que a pragmática e distorção, possuem relações dialéticas, influenciadas por relações de poder.

Quais são as pretensões de validade previstas na pragmática habermasiana? O filósofo e sociólogo, aponta as quatro pretensões (Habermas, 2012):

- Clareza: a declaração deve ser compreensível ao ouvinte;
- Verdade: a declaração deve ser fundamentada em uma verdade legítima;
- Legitimidade: a declaração deve obedecer, o contexto normativo em que está inserida;
- Sinceridade: a declaração deve ser o que o indivíduo que está falando

de fato pensa.

Sendo assim, para uma comunicação efetiva se faz necessário ir além do entendimento do conteúdo, segundo a racionalidade e a ação comunicativa. O entendimento, apresentado por Habermas, permite estimar se este é enganoso ou eficaz à medida que se apropria ou não das pretensões de validade (Segatto, 2008). A distorção comunicativa é uma dificuldade do reconhecimento do outro indivíduo e a manutenção da dominação dos interesses hegemônicos (Vizeu, 2005).

A distorção comunicativa no processo de comunicação, é visto como uma anomalia, Habermas propõe sua análise relacionado ao método psicanalítico, como metodologia da Teoria Crítica. A procura por uma comunicação livre de distorções é o caminho que Habermas enxerga para a emancipação. Forester (1982) aborda o estudo das distorções comunicativas como uma prática emancipatória, politicamente informada. Também, segundo Cukier *et al.* (2009), a configuração pragmática proposta por Habermas mediante as pretensões de validade possibilita a aplicação de sua teoria, e pode servir como um modelo para análise de distorções comunicativas em uma variedade de situações.

Apresentados os principais conceitos explorados na TAC e que embasaram esta pesquisa, na próxima subseção serão elencados, as contribuições de Jürgen Habermas para os estudos organizacionais.

2.1.3 Contribuições Habermasianas para os Estudos Organizacionais

Alguns autores investigaram a ideia de distorção comunicativa em diferentes contextos organizacionais, Inocêncio (2022) fez uso de alguns autores, como: Cukier, Middleton e Bauer (2003), Forester (2003) e Cukier *et al.* (2016), e a presente pesquisa utiliza os mesmos autores para embasamento teórico sobre a apropriação da noção de distorção comunicativa. Cukier, Middleton e Bauer (2003) empregaram a percepção de distorção comunicativa para verificar a inserção de *laptops* no processo de aprendizagem dos alunos de uma Universidade. Algumas das distorções identificadas foram o uso de jargões (inteligibilidade), menções moderadas ou insuficientes acerca dos custos da implementação (verdade), a relação desordeira entre fornecedores e universidades não foram explicitadas (legitimidade) e o uso de linguagem metafórica para reforçar a implementação da tecnologia e isolar as críticas

(sinceridade).

Forester (2003) recorreu à pragmática universal habermasiana para constatar as distorções em uma reunião do planejamento urbano de uma cidade. Fazendo uso de fluxos reais de comunicação, ele verificou como as interações sociais modelam crenças e confiança de forma sutil. O teórico alega que analisar as relações sob a ótica da distorção comunicativa propicia examinar a prática das relações de poder, podendo identificar deslocamentos sutis que modelam as relações sociais e políticas.

Cukier *et al.* (2016) investigaram as construções discursivas de equidade e diversidade nos discursos produzidos na esfera pública no Canadá. Os principais resultados foram o uso de evidências para distorcer as premissas da lei, modificações no uso das metáforas ao longo do tempo, uso de hipérboles, prevalência dos políticos, acadêmicos e organizações particulares para validar o discurso acerca da exclusão das minorias e o uso de jargões que obscurecem o entendimento.

À vista disso, as teorias tradicionais ante ao hermetismo das organizações, eram incapazes para o entendimento do fenômeno organizacional. Por isso, as abordagens críticas de origens frankfurtianas, se mostraram promissoras nos estudos organizacionais, a qual Habermas é um dos seus representantes (Alvesson; Deetz, 2010). Para os conceituados autores Burrell e Morgan, Habermas é um dos principais autores da Teoria Crítica, pertencente ao quadrante do paradigma humanista radical para análise organizacional. A questão da racionalidade trabalhada por Habermas, é um dos fundamentos mais importantes da abordagem crítica modernista, que considera as organizações como manifestações de racionalidade humana (Burrell; Morgan, 1979).

Para Alvesson e Deetz (2010), Habermas não deixa de lado a essência iluminista, da emancipação pela razão. Para eles, a abordagem crítica influenciada pelas teorias habermasianas, é uma tentativa de apreciação da razão de forma mais ampla e a superação de uma comunicação distorcida. A utilização de tais abordagens nos estudos organizacionais, servem para a compreensão das aporias sociais e históricas delas. Ainda, essa corrente teórica visa a emancipação do indivíduo, mesmo que pela lente da organização esteja fadado a reprodução (Lara; Vizeu, 2019).

Discorrer sobre estudos organizacionais pela lente habermasiana, de acordo com Favoreto, Nogueira e Bannwart (2019), requer um certo grau de prudência, dado a complexidade de associação do pensador à uma área que não é a sua original, como a Administração e sua extensão, sendo necessários fazer alguns recortes. No

entanto, os autores destacam a próspera associação do pensamento habermasiano no campo teórico e prático da Administração enquanto ciência. Visualizam na insistência habermasiana em resgatar o projeto inacabado da modernidade, um pilar para abordagens que cogitem as organizações como possíveis atores na promoção da emancipação social. Como autor da Teoria Crítica, suas obras permitem a problematização das organizações no sentido do que elas são e do que deveriam ser.

Em um levantamento recente, foram identificadas as contribuições habermasianas para os estudos organizacionais nas principais publicações nacionais da Administração. Inocêncio e Favoreto (2020) verificaram que o interesse nacional pelo referencial habermasiano surgiu no início da década de 1990 tendo seu ápice em 2014, com a publicação de 5 artigos devido a uma chamada especial do periódico *Cadernos EBAPE. BR*, com o objetivo de divulgar artigos com abordagens críticas, utilizando um dos principais teóricos da atualidade, Jürgen Habermas. Nos demais anos, até 2019, ano da realização deste levantamento, continuaram se fazendo presentes publicações com este referencial.

As principais temáticas abordadas associadas ao referencial habermasiano foram, Educação” e “Teoria das Organizações”, principalmente debatendo conceitos, como ação e racionalidade, e instigando aproximações teóricas a abordagens da “Gestão Social” e da “Razão Substantiva”. Esses temas são abordados majoritariamente a partir de reflexões teóricas e, quando atrelados à pesquisa empírica, por abordagem qualitativa. Por meio das análises realizadas, os autores assinalam que o referencial habermasiano é frutífero em reflexões teóricas, mas também para pesquisas empíricas (Inocêncio; Favoreto, 2020). No panorama nacional, a obra mais utilizada pelos estudiosos organizacionais tem sido a TAC. Os conceitos abordados na obra são empregados na análise de variados fenômenos organizacionais, como práticas de gestão, atuação de órgãos públicos e privados, discursos, discute-se também aspectos como racionalidade, ação e epistemologias que servem de base para os estudos organizacionais (Inocêncio; Favoreto, 2020).

Já no cenário internacional, Inocêncio e Favoreto (2021), verificaram que o interesse pelo pensamento habermasiano se inicia na década de 80 e intensifica-se após os anos 2000. Também, que as publicações que se utilizam do referencial habermasiano geralmente empregam metodologias qualitativas que levem a reflexão ou compreensão de significado, próprio da Teoria Crítica. Confirmou-se que a obra magna do autor, a TAC de igual forma no cenário nacional, é a mais referenciada. A

teoria habermasiana foi associada a diversos temas de pesquisa, como “Tecnologia da Informação/Sistemas de Informação”; “Questões Ambientais e Responsabilidade Social” e “Modernismo e Pós-Modernismo nos Estudos Organizacionais”.

Fábio Vizeu (2005), menciona que a TAC tem sido manuseada por pesquisas que revelem como a prática gerencial e o modelo tradicional de organização se revestem de pressupostos contrários para os contextos sociais os quais são adotados. Dessa maneira, a burocratização da organização baseada na racionalidade instrumental constitui uma medida inibidora da competência comunicativa, criando relações unilaterais e impessoais na organização. Perante esse cenário o autor recomenda que os estudos organizacionais baseados na TAC busquem demonstrar empiricamente a possibilidade de emancipação das distorções comunicativas, por meio da interação e intenta desvelar o resultado psicológico inibidor que a hierarquia organizacional provoca.

Na opinião de Favoreto, Nogueira e Bannwart (2019) a TAC, é um aparato valioso para se pensar em como a organização poderia ampliar as dimensões de emancipação. Possibilita entender as organizações em geral e como resultado de diálogos de diferentes partes envolvidas. Em 2020, em um artigo com abordagem multidisciplinar entre Administração, Direito e Filosofia, os autores discutiram a Responsabilidade Social Empresarial, com enfoque no pensamento habermasiano. Partindo dos conceitos de ação comunicativa e estratégica, compreendem que a Responsabilidade Social Empresarial vem sendo utilizada como ação estratégica em benefício das próprias organizações. Porém, apontam que ela pode ser orientada pela ação comunicativa por meio da redefinição do conceito de organização (Favoreto; Bannwart; Nogueira, 2020).

Ainda, para os autores citados acima, a teoria habermasiana proporciona perspectivas de abordagens organizacionais que ampliam as perspectivas de emancipação. Os autores Alvesson e Deetz (1996) mencionam que a TAC dá esperança de como reformar as instituições através do discurso orientado em situações que se aproximam da situação ideal de fala. Para eles, a TAC é uma das obras centrais para as pesquisas da linha crítica nos estudos organizacionais.

Discutido as principais contribuições habermasianas para os estudos organizacionais, especialmente as possibilidades da Teoria do Agir Comunicativo, na próxima seção será tratado a temática da Sustentabilidade.

2.2 ORGANIZAÇÕES E SUSTENTABILIDADE

Este capítulo tem como objetivo apresentar o caminho epistemológico dos conceitos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade e sua relação com as organizações. Os principais temas abordados nesta seção são: as organizações e a crise ambiental; discussões sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade em eventos, bem como as proximidades e divergências entre os dois conceitos; a sustentabilidade além das perspectivas social, econômica e ambiental e por fim sobre os relatórios de sustentabilidade como forma de comunicação das organizações e fonte para apreciação de distorções comunicativas.

2.2.1 Crise Ambiental e as Organizações

Para Foladori (2001) a organização econômica de uma sociedade é resultado de um longo processo histórico, por meio do qual são impostas determinadas modalidades de produção, distribuição, troca e consumo de produtos. Além disso, a organização, considerada como forma de poder, legitimada por Saint Simon, é vista como o “grande instrumento” para a transformação das irracionalidades humanas em comportamentos racionais. No início do século XX, grandes unidades organizacionais proliferaram em grande escala comandando as esferas econômica, social e política (Reed, 1997).

Os primeiros modelos de organizações tecnocêntricas, tinham por objetivo a maximização da produtividade e do lucro e separavam o meio ambiente do ser humano, provocando uma conduta organizacional que degradou os sistemas de suporte à vida (Shrivastava, 1995a). Tais impactos negativos, como a degradação da natureza, a concentração de riqueza e o aumento das disfunções sociais, passaram a ser sentidas em níveis local e global. A globalização por meio da expansão das multinacionais, favorece o desgaste ambiental e a desigualdade social e econômica, aponta Borim-de-Souza, *et al.*, 2015.

Levando em conta que a amplificação das organizações ocorreu simultaneamente ao crescimento do capitalismo, constatou-se que as organizações assumiram parte substancial das discussões acerca do agravamento da crise ambiental. A percepção da dimensão da crise ambiental que se instalava, deu início

a discussões sobre o assunto em âmbito político e global. Sendo assim, a atenção voltou-se para eventos e conferências, que discutiam sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Nas décadas de 60 e 70, embora alguns teóricos declarassem a inconformidade entre aspectos econômicos e do meio ambiente, a crise econômica foi calcada sobre diversas discussões mundiais que conciliaram o desenvolvimento sadio do planeta e da sociedade ao crescimento econômico. Esse desenvolvimento foi designado como sustentável. No subtópico a seguir, serão elencados alguns eventos mundiais, mais relevantes no debate acerca da temática.

2.2.2 Eventos Históricos sobre Sustentabilidade

Com a percepção da crise ambiental instalada, deu-se início a questionamentos aos paradigmas teóricos que legitimaram o crescimento econômico em detrimento à natureza (Leff, 2005). Uma série de discussões globais colocaram em foco possíveis respostas mitigatórias à crise. A fim de entender a discussão e o contexto histórico que essas discussões ocorreram, Mebratu (1998) propõe a seguinte organização cronológica: sociedade pré Estocolmo, de Estocolmo ao World Commission on Environment and Development (WCED), e pós WCED.

A primeira fase, sociedade pré Estocolmo refere-se ao período em que a Igreja demonstrava seu apoio à ideia de que a natureza deveria servir ao homem. Tais orientações religiosas contribuíram para a degradação ambiental quando associadas à satisfação das necessidades do ser humano, quanto à necessidade de esse viver em harmonia com a natureza. Esta fase também é representada por cientistas e economistas como Thomas Robert Malthus, que alertava sobre os perigos do crescimento econômico desenfreado e pioneiro do conceito de desenvolvimento sustentável (Mebratu, 1998).

Iniciou-se a segunda fase, denominada de Estocolmo. A Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorreu em 1972, em Estocolmo, na Suécia, e reuniu 113 países e organizações não governamentais que reconheceram a necessidade de alterações no desenvolvimento econômico. Neste evento ficou evidente a desigualdade entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento (Mebratu, 1998; Pierri, 2001). Ainda, em 1972 o Clube de Roma, uma comissão coordenada por Dennis Meadows, publicou o relatório “Os Limites do

Crescimento”. No relatório ressaltaram que se a sociedade industrial continuasse a crescer no ritmo das décadas de 1960 e 1970, ultrapassaria todos os limites ecológicos aceitáveis (Souza, 1993; Pierri, 2001).

Na conferência de Estocolmo, com a comparação dos países, foi possível classificar em três níveis os problemas ambientais. No nível macro, os problemas afetam, ainda que de diferentes maneiras, a todos os indivíduos da sociedade, por exemplo, o aquecimento global, demandando uma resposta da população global. Em nível meso, são problemas compartilhados entre países diferentes, mas de região próxima, como exemplo menciona-se a chuva ácida. Já o terceiro nível, problema de ordem micro, são diferentes de um país para outro, e requerem mudanças de acordo com a estrutura econômica, social e cultural de cada um. Com base nesta definição e discussões entendeu-se que com a redução da desigualdade econômica os riscos ambientais seriam reduzidos (Mebratu, 1998).

O encontro da “*World Commission on Environment and Development*” (WCED) em 1987, publicou o relatório “*Our Common Future*”, também chamado de “Relatório de Brundtland”, foi o primeiro documento de fato a buscar uma definição para desenvolvimento sustentável. A definição para o termo ficou constituída, como atender as necessidades da população presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas necessidades (Mebratu, 1998). Segundo Pierri (2001) neste relatório o meio ambiente e o desenvolvimento não poderiam ser considerados separadamente. Como características interligadas, colocou informações sobre desenvolvimento sustentável no contexto político e econômico e elencou na agenda internacional aspectos ambientais (Pierri, 2001).

Culmina-se por fim, na terceira fase pós WCED. Neste momento, o conceito de desenvolvimento sustentável foi dissipado mundialmente. Com a Conferência Rio 92, líderes de Estado e gestores organizacionais precisaram elaborar um relatório com a apresentação de propostas sobre o desenvolvimento sustentável em nível nacional (Mebratu, 1998; Balbinot; Borim-de-Souza, 2012). Nesta conferência, líderes mundiais endossaram a discussão, propondo uma agenda (Agenda 21). O documento oferecia soluções para a crise ambiental, por parte da economia e das empresas. A economia deveria fornecer um clima internacional favorável ao livre comércio. Enquanto as empresas fariam uso de instrumentos econômicos, em que os preços dos bens e serviços ofertados deveriam refletir os custos ambientais dos insumos utilizados e descarte de acordo com a legislação de cada país (Castro, 2004).

Porém essa solução por parte da economia e das empresas, mostrava-se frágil. Alcançar o desenvolvimento sustentável ao mesmo tempo em que se defende o livre comércio eram afirmações antagônicas das Nações Unidas. De acordo com os dados, o livre comércio não promove o crescimento econômico. Pois durante o período neoliberal, ou seja, período de livre comércio, o PIB da América Latina cresceu apenas 1,6% (1990 a 2000) frente a um crescimento de 3,1% (1945 a 1980) durante um período de crescimento estadual. Portanto a ideia que o crescimento econômico é alcançado pelo livre comércio e este por sua vez reduz a pobreza, impactando na redução da degradação ambiental, tende não se cumprir na prática (Maddison, 2001).

Além de apontar abordagens para o crescimento do mercado com o desenvolvimento sustentável, a Agenda 21 também incentivava os países em desenvolvimento, ou países do sul, a buscarem maior entendimento do funcionamento da economia e o chamado desenvolvimento sustentável. Assim, um dos problemas apontados pela comissão é a falta de instrução e treinamento nestes locais, dessa maneira, acreditava-se que esses países poderiam exigir assistência para tais mudanças (Castro, 2004).

Por volta dos anos 1990, o consultor britânico John Elkington, sugeriu que a prática empresarial guiada pelo desenvolvimento sustentável é ao mesmo tempo: socialmente justa, correta do ponto de vista ambiental e gera lucros, esse modelo ficou conhecido como o tripé do desenvolvimento sustentável ou *Triple Bottom Line* (3 P's: *Profits, People, Planet*) (Vizeu; Meneghetti; Seifert, 2012). Organizações como a *Global Reporting Initiative* e a *AccountAbility* são as principais responsáveis pela propagação desse conceito, visto que as principais organizações mundiais aderem a seus relatórios de desenvolvimento que levam em conta essas três dimensões.

Após a Conferência Rio 92, ocorreram eventos mundiais com o intuito de discutir objetivos antigos não alcançados, ou propor novas demandas. Nenhum evento teve como propósito alterar a definição do conceito de desenvolvimento sustentável. Por exemplo, o Protocolo de Quioto, Conferência de Copenhagen e a Rio+20. O Protocolo de Quioto, firmado no Japão em 1997, passou a vigorar em 2005, foi um evento das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas. Sinalizou-se que os países desenvolvidos são responsáveis pela maior parte da emissão dos gases, recaindo sobre eles a responsabilidade de mudança (Kyoto Protocol, 2008).

Em 2009, na Dinamarca, aconteceu a conferência de Copenhagen. O encontro mundial, também tratava da temática do clima. As medidas de redução de carbono

que resultaram da convenção foram consideradas mais rigorosas, porém sem informações de como deveria ser feito na prática (Copenhagen Accord, 2009). Na Conferência Rio+20, discutiu-se três áreas centrais: aspecto econômico, ao abordar a pobreza, produção e consumo; o social, ao discutir a fome, direitos de igualdade e o ambiental, para a transparência na divulgação das informações com o auxílio da tecnologia (Relatório Rio + 20, 2012).

Percebe-se que as discussões sobre desenvolvimento sustentável em eventos e relatórios, globais ou locais requerem recomendações que considerem além dos aspectos econômicos, também os ambientais e sociais colocados lado a lado e não sobrepostos. Sendo assim, o tópico a seguir tratará das diferenças e proximidades entre os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

2.2.3 Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

Os diversos eventos que ocorreram ao longo dos anos, preconizavam discussões sobre a crise ambiental instalada, fornecendo orientações de um desenvolvimento sustentável para a sociedade. Porém, ainda que o termo desenvolvimento sustentável tenha sido amplamente discutido e empregado, foi pouco explicado seu significado (Lélé, 1991). Várias definições são divulgadas nos relatórios, eventos, artigos, todavia ao longo do tempo algumas pequenas alterações foram promovidas. Uma conceituação preliminar dada ao desenvolvimento sustentável foi a associação do termo a processo ou como caminho para atingir a sustentabilidade (Feil; Schreiber, 2017; Pierri, 2001).

Embora os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável tenham algumas similitudes, eles não significam a mesma coisa. Para Munck e Borim-de-Souza (2011) o desenvolvimento sustentável, pode ser definido como a somatória dos termos sustentar (conservar) e desenvolver (transformar o uso de algo) resultam na expressão “desenvolvimento sustentável” (manter os resultados passados ou transformar o uso dos recursos). A afirmação dos autores, possibilita o entendimento do desenvolvimento sustentável, a partir do *status quo*, como um processo que tem por objetivo o desenvolvimento; e a partir de modificações na maneira como os recursos são utilizados, para prover não apenas as necessidades básicas (Munck; Borim-de-Souza, 2009).

O desenvolvimento sustentável é caracterizado como um conjunto de processos integrativos com a proposta de harmonia do sistema à longo prazo (Munck; Borim-de-Souza, 2009). Corroborando com a proposição da definição de desenvolvimento sustentável como processo, Feil e Schreiber (2017, p.676) afirmam que “para alcançar a sustentabilidade de um determinado sistema global – elevar o nível de qualidade de sustentabilidade - necessita-se da utilização do processo de desenvolvimento sustentável”. Ainda segundo os autores, “o desenvolvimento sustentável aproxima dois ideais antagônicos - o capitalismo e a ecologia - em um objetivo comum para melhorar o nível da qualidade do sistema (sustentabilidade)” (Feil; Schreiber, 2017, p.677). Assim, o propósito do desenvolvimento sustentável é considerado uma tentativa de solução para a incompatibilidade entre desenvolvimento econômico e o ambiental (Munck; Borim-de-Souza, 2009; Feil; Schreiber, 2017).

A sustentabilidade representa um conjunto de ações objetivas que proporcionam o alcance do desenvolvimento sustentável (Munck; Borim-de-Souza, 2009). Ela pode ser considerada também, como um termo pertinente aos aspectos ambientais, o qual, os “os critérios econômicos, sociais e culturais passaram a ser considerados gradualmente” (Balbinot; Borim-de-Souza, 2012 p. 162). Ademais, Meadows e Randers (1992) definem sustentabilidade, como estratégias de desenvolvimento com resultados na melhoria da qualidade de vida dos seres humanos e conjuntamente minimização dos impactos que prejudiquem o ambiente. Reforçando assim, a gestão de forma holística e integrada, considerando os aspectos de desenvolvimento social, econômico sem desconsiderar o ambiental.

Osório, Lobato e Castilho (2005) defendem que, discussões em torno de um debate conceitual não podem ser aceitas como algo óbvio, advindas de proposições simplistas e sem detalhes. Justamente o que ocorre com as definições de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, que se tornaram meras expressões inseridas em um processo de uniformização em nível global. Mediante a investigação mais profunda do termo sustentabilidade, os autores o dividem em duas vertentes: positiva e normativa. A vertente positiva demonstra a realidade e trabalha com análises científicas sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, embasadas nos choques entre economia e ecologia (Osório *et al.*, 2005). Enquanto a sustentabilidade normativa, está atrelada a uma postura conceitual institucional pois se preocupa com as propostas institucionais envolvidas com o conceito de desenvolvimento sustentável (Mebratu, 1998).

Portanto, no ambiente organizacional, o desenvolvimento sustentável é definido como um objetivo maior e ao mesmo tempo um processo. É uma meta maior formada por metas menores, com prazo determinado para serem alcançadas. A sustentabilidade, por sua vez, é a junção de ações objetivas que proporcionam o desenvolvimento sustentável. Supondo que cada meta tenha o objetivo de um equilíbrio entre os sistemas, logo cada meta estará atrelada à sustentabilidade. Então, a união de tais metas, deságua no desenvolvimento sustentável, dessa forma, a sustentabilidade persegue o equilíbrio de qualquer sistema. O desenvolvimento sustentável, objetiva a soma desses equilíbrios o equilíbrio maior, formado pelas interações desses sistemas (Munck; Borim-de-Souza, 2009).

Logo, a discrepância entre a fundamentação teórica dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável foi confirmada por Munck e Borim-de-Souza (2009, p.193) quando estes afirmam que “a sustentabilidade refere-se à capacidade de manter algo em um estado contínuo, o desenvolvimento sustentável envolve processos integrativos que buscam manter o balanço dinâmico de um sistema complexo à longo prazo.”

Quando os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são analisados no contexto organizacional, observa-se que estão relacionados a questões econômicas. Borim-de-Souza *et al.*, (2015, p.203) reforçam esta ideia quando dizem que o desenvolvimento sustentável:

Representa e resume a necessidade de mudanças críticas que ainda são promovidas e defendidas por uma lógica econômica que privilegia os desejos do mercado e que se estende através da ideia equivocada de equacionar a expressão em discussão a um crescimento econômico global e ininterrupto.

Então, uma reflexão crítica sobre os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, se faz necessária. Para esse fim, Vizeu; Meneghetti; Seifert, (2012) apresentam alguns aspectos que sugerem as contradições não resolvidas acerca do suposto equilíbrio entre as três esferas, sugeridas no modelo *Triple Bottom Line*. As pressuposições do desenvolvimento sustentável não impõem limite para o crescimento econômico e não indicam qual o estágio de maturidade no processo de desenvolvimento. Ao que tange a justiça social, ela ignora o fato de as organizações capitalistas estarem calcadas em princípios de desigualdade, tampouco discute até que ponto a lógica de produção para o mercado é coerente com a

manutenção da vida no planeta. Por fim, os autores apontam que o conceito de desenvolvimento sustentável está baseado em necessidades da perspectiva ocidental que ignora as diferenças culturais entre as nacionalidades.

Sob a ótica da Teoria Crítica, o discurso do desenvolvimento sustentável manifesta-se paradoxal em si mesmo. Os estudos sobre a temática estão baseados na ciência tradicional, propagando-se como uma ideia a ser difundida e instrumentalizada, sem profundas reflexões (Vizeu; Meneghetti; Seifert, 2012). Apresenta-se como um discurso necessário e útil para a legitimação das práticas empresariais.

Ainda, para Milne, Kearins e Walton (2006) as inúmeras formas de interpretação sobre a sustentabilidade, podem ser resumidas em dois prismas teóricos: a perspectiva incrementalista e a perspectiva crítica. A perspectiva incrementalista defende uma visão gerencial do conceito de sustentabilidade, através de melhorias incrementais ao *status quo*. Aponta a tecnologia como fundamental para para o avanço econômico e científico e como a solução para os impactos ambientais. Os estudiosos deste prisma estão preocupados em operacionalizar os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável para o mercado, atribuindo às organizações o papel central na divulgação da sustentabilidade, que pode ser acrescentada de forma incremental.

Enquanto, a perspectiva crítica compreende que a sustentabilidade acarreta em uma reestruturação e uma reorganização da sociedade de acordo com os princípios ecológicos. Recomenda-se que para alcançar o objetivo sustentável, são necessárias modificações nos modelos atuais de organização. Em seu núcleo, está a queixa das crises existentes de recursos e da injustiça do acesso aos recursos pelos excessos de consumo e população. Essa perspectiva admite a existência de limites para o crescimento, os quais supostamente já foram ultrapassados (Milne; Kearins; Walton, 2006).

Cabe lembrar que sequer, no ambiente organizacional existe um acordo sobre o conceito de sustentabilidade. No entanto, a definição adotada pelas organizações via de regra estão de acordo com a ideia de desenvolvimento sustentável apresentada em Brundtland (1987), englobando a noção conhecida como *triple bottom line* (ambiental, social e econômica).

Montiel e Delgado-Ceballos (2014) constataram que a sustentabilidade corporativa vem sendo debatida principalmente em revistas profissionais e de temas

especializados, e bem menos em revistas acadêmicas de administração. Por isso a sustentabilidade empresarial tem sido guiada por profissionais e orientada aos negócios, e pouco a pouco influenciando as revistas acadêmicas. Os autores apontam que a pesquisa científica não tem conseguido publicar verdadeiramente sobre o desenvolvimento sustentável. É urgente que a academia pondere sobre os aportes que ela pode fornecer aos negócios.

Pode-se considerar neste contexto a pesquisa de Favoreto, Bannwart e Nogueira (2020), deixar nas mãos das empresas a definição de um conceito pode suceder a busca por uma concepção de sustentabilidade instrumentalmente útil às corporações. Logo, o entendimento compartilhado acerca de um conceito se torna um fator competitivo que leva a obtenção de vantagem competitiva de uma organização sobre a outra, dominando aquelas tidas como sustentáveis. Deste modo, se a sustentabilidade tiver potencial para emancipação, este potencial rende-se perante seu também potencial de dominação.

Boiral (2013) analisou os relatórios de várias empresas, classificadas pela Global Reporting Initiative (GRI) como de maior rigor e constatou a projeção de uma noção idealizada sobre o comprometimento dessas empresas com a sustentabilidade. As reproduções encontradas servem para representar as empresas como defensoras dos ecossistemas; divulgar os esforços para proteger o meio ambiente; manifestar a preocupação com as próximas gerações e ostentar as organizações como soluções inovadoras e não como problemas. Entretanto, para o autor essas imagens são retratos desconectados da realidade, que são usados para convencer sobre a legitimidade dessas e para influenciar suas imagens.

Em resumo, as pesquisas discutidas até aqui, concluem que as corporações constroem significados de sustentabilidade para legitimar-se perante seus grupos de interesse para continuarem atuando. Portanto, o conceito é frequentemente relacionado à preservação do meio ambiente, preocupação com o bem-estar social e econômico, com os interesses dos stakeholders, conformidade a diretrizes estabelecidas e apreciação da adoção de tecnologias pelas organizações para promoção de práticas sustentáveis. Porém, vale enfatizar que essas definições nem sempre representam a realidade, sendo utilizadas apenas de forma retórica para fins de manipulação. A próxima seção abordará algumas correntes teóricas da sustentabilidade na academia.

2.2.4 Sustentabilidade e suas Vertentes Teóricas

Na atualidade, existem diferentes conceituações para o termo sustentabilidade, sublinhando a ideia que a sociedade e a economia estão interligadas ao ambiente natural. Contudo, a noção de sustentabilidade foi utilizada pela primeira vez com o cunho ecológico. De acordo com Lélé (1991) o conceito de sustentabilidade oriundo no cenário de preservação dos recursos naturais gerou uma conceituação equivocada do conceito com a esfera do meio ambiente.

Passada essa primeira fase, a descrição do conceito de sustentabilidade ficou mais profusa, abarcando outras dimensões como a social e a econômica. Como apontam, Feil e Schreiber (2017, p.674) a sustentabilidade caracteriza-se pela “preocupação com a qualidade de um sistema que diz respeito à integração indissociável (ambiental e humano), e avalia suas propriedades e características abrangendo os aspectos ambientais, sociais e econômicos.” Essa avaliação é feita em um determinado ponto, imobilizado, como uma fotografia do sistema, embora a complexidade deste. A avaliação da qualidade do sistema varia ao longo do tempo, de acordo com o aspecto que se refere. Esta é colocada em prática através de indicadores, resultando em informações quantitativas, com a possibilidade de se estabelecer metas a serem alcançadas (Feil; Schreiber, 2017).

A sustentabilidade tem sido abordada por diferentes teóricos, vertentes e classificada de diferentes modos. Dentre as diversas formas possíveis de abordar o conceito de sustentabilidade, Lélé (1991) elenca três maneiras: a ecológica, a social e a literal. A sustentabilidade ecológica, é analisada a partir do contexto de recursos renováveis, segundo o autor, o termo representa a condição necessária para o bem-estar da geração presente, através das gerações futuras. Cientistas e físicos dominam as discussões, visto que a sustentabilidade ecológica ressalta a importância das restrições da natureza para o exercício das atividades humanas. Em certos momentos, o termo sustentabilidade também é usado em conexões sociais. Entende-se sustentabilidade social como a perpetuação de valores, tradições e cultura, entre outras características sociais. Por exemplo, uma guerra que destrói a sociedade humana é caracterizada como insustentabilidade social. Já no sentido literal do termo, significa “sustentar algo” ou a manutenção de alguma coisa (Lélé, 1991).

A pesquisa de O'Connor (2002), por sua vez, apresenta uma proposta mais crítica de interpretação do termo. Defende que existe uma luta global por definir os

termos “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” nos discursos. Logo a “sustentabilidade” para ele é uma questão ideológica e política além de um problema econômico, social e ambiental. Estas questões culminam em relações de dominação, exercida por meio de um discurso político e ideológico. Em uma análise do termo “sustentar” percebe-se que este se apresenta em três sentidos, são eles para O’Connor (2002, p.28): “sustentar o caminho” da acumulação capitalista mundial, “proporcionar meios de vida” e “sustentar-se sem ceder” aqueles que estão abaixo de relações salariais. Para O’Connor (2002) o homem compra, acumula, negocia e utiliza a natureza para aumentar seu capital. Assim o alcance dessas três maneiras como ele define a sustentabilidade mostra o perigo entre o propósito do capitalismo e sua relação com a natureza (O’Connor, 2002;2000).

Ao retomar os aspectos práticos, O’Connor (2002), indica que um passo necessário para o capitalismo sustentável, seria a exigência de pagamento de impostos elevados sobre matérias primas como petróleo e carvão, e sobre certos produtos finais como automóveis e produtos plásticos, juntamente com uma etiqueta verde que diminuiria esses impostos sobre os produtos genuinamente verdes. Outro passo seria o subsídio do governo sobre fontes de energias renováveis. Porém no nível do discurso da sustentabilidade existe uma lacuna entre o discurso verde e o capitalista. Uma grande parte do discurso ambientalista busca mostrar uma imagem pública ambientalmente sustentável que retrate as florestas, preservação da vida silvestre, entre outros. No entanto, nas salas de reuniões empresariais, segundo O’Connor (p.32, 2002), o problema é discutido em nível superficial, tendo como objetivo apresentar propostas de como passar para o cliente uma imagem verde com credibilidade, logo trata-se de uma preocupação essencialmente econômica. Assim O’Connor defende que não é possível um relacionamento duradouro entre o capitalismo e a sustentabilidade (O’Connor, 2002).

À vista disso, Sena (*et al*, 2017), corrobora com os três aspectos essenciais (econômico, social e ambiental) para promover as atividades legais do sistema capitalista. Consequentemente as futuras gerações seriam preservadas por terem acesso ao mínimo de capital natural. O pilar econômico, caracteriza-se pela adoção de técnicas de produção menos poluentes, na visão tradicional busca convencionar a preservação dos recursos naturais com crescimento econômico, por meio da equidade socioeconômica e ambiental priorizando o bem da humanidade. Ao que se refere ao pilar econômico, o objetivo é equilibrar oportunidades e riquezas a fim de

acabar com as desigualdades sociais. Enquanto o pilar social abrange, segundo Sena (*et al.*, 2017 p.3) “meios de equalizar oportunidades e riquezas, de modo a deter o crescimento econômico concentrador”. Ou seja, o sistema social deve progredir igualmente, só assim questões ambientais e econômicas serão tratadas.

Os problemas que afetam o pilar ambiental, por sua vez, estão relacionados ao modelo de produção capitalista. O consumo exagerado está relacionado ao modelo de produção capitalista. O consumo exagerado de recursos não renováveis, a contaminação do ar, da água, do solo, os acidentes ao longo dos anos pela busca incansável de aumentar os níveis de produção, afetam e provocam efeitos muitas vezes irreversíveis na natureza (Senna *et al.*, 2017). De acordo com Senna:

O desenvolvimento sustentável, nesse contexto, propõe a preservação dos recursos naturais, de forma que o crescimento considere a continuidade e sustentação dos ecossistemas. É necessário, assim, que os padrões de consumo e relacionamento levem em consideração a conservação do meio ambiente e a melhora na qualidade de vida, aspectos essenciais para a continuidade da vida humana em padrões aceitáveis (Senna *et al.*, 2017 p.6).

Os autores Gladwin, Kennelly e Krause (1995) apresentam em sua teoria o desenvolvimento sustentável como um paradigma, e a partir disso estabelecem as conexões entre a sustentabilidade e as organizações calcadas em três lentes: tecnocêntrico, ecocêntrico e *sustaincentric*.

O prisma tecnocêntrico defende a ideia de que o planeta é passivo e inerte, o qual deve ser precificado e objetificado. Nesse paradigma, os seres humanos constituem um foco tecnocêntrico. Por causa disso, eles conquistam a liberdade de destruir as criações naturais para seus próprios ganhos econômicos. Defendem como única herança para as gerações futuras, a inovação tecnológica e o crescimento econômico. Mostrando assim um pensamento dominante que é egoísta, linear e instrumental (Gladwin, *et al.*, 1995). Esse paradigma é complementado pela versão institucional do desenvolvimento sustentável. Versão que foi explorada em discussões e decisões propostas por várias instituições, apontando o desenvolvimento sustentável, com uma abordagem focada na promoção de uma economia limpa e igualitária. Logo as empresas devem liderar a modalidade (Mebratu, 1998).

O Ecocentrismo, visualiza o planeta como a fonte de todas as espécies, é o oposto ao primeiro paradigma. Assim os seres humanos, são parte integrante da natureza, a qual viva e sensível à ação humana. A metáfora que se aplica a esse

paradigma é a plenitude, visto que tudo está interligado. Os seres humanos não são separados da natureza, por este motivo o uso da natureza deve ser somente para a sobrevivência. Tempo e espaço, são variáveis são consideradas nas análises (Gladwin *et al.*, 1995, Boyacigiller; Adler, 1991). Este paradigma está conectado à versão ideológica, analisa o desenvolvimento sustentável através de uma ótica mais crítica. Discorre que as mudanças necessárias, são fundadas no eco-feminismo, eco-socialismo e eco-teologia (Mebratu, 1998). Esta ideologia concorda com a sustentabilidade ecológica. Que se preocupa com as gerações presentes e futuras, mediante a preservação ambiental, distribuição igualitária aos menos favorecidos e uma participação social vasta (Lélé, 1991).

Por fim, o *sustaincentrism* apoia a ideia que o planeta Terra é o lar da humanidade, devendo ser mantido limpo e saudável, para que seus moradores tenham qualidade de vida. Nesse paradigma, as partes não são analisadas separadamente, mas sim em conjuntos nos cenários em constantes mudanças, tem como finalidade agregar as demandas ambientais e sociais às econômicas em uma tônica de interdependência. Por isso ele é intuitivo, sintético e não linear, devido a sua essência dinâmica entre todas as partes (Gladwin *et al.*, 1995; Westwood, 2001, 2004). O *sustaincentrism*, compreende o desenvolvimento sustentável, a partir de uma versão acadêmica. Esta versão, desafia a polarização extremista proposta pelas versões ideológica e institucional. A acadêmica propõe uma interpretação que é simultaneamente objetiva e subjetiva, reflexiva e oportuna, natural e social. Também é interdisciplinar, pois mescla proposições econômicas, ecológicas e sociológicas para tentar superar os desafios gerados pela crise ambiental (Mebratu, 1998).

Em 2005, Hopwood, Mellor e O'Brien perceberam que as diversas interpretações para desenvolvimento sustentável, criavam mais confusão do que esclarecimento, por isso, por meio da combinação de fatores socioeconômicos e ambientais, os autores analisaram as mudanças que deveriam ocorrer nas estruturas políticas a partir de três agrupamentos distintos: *status quo*, reformistas e transformacionistas (Oliveira; Santos, 2021).

O primeiro grupo, é composto por aqueles que acreditam que a sustentabilidade deve continuar a se realizar seguindo as estruturas atuais, em conformidade a um *status quo*, ou seja, o crescimento econômico deve continuar pois só ele poderá dar condições de superar os problemas ambientais. Ademais, este grupo apoia a sustentabilidade fraca e também defendem que os empresários e

governantes devem manter o comando das decisões sobre sustentabilidade (Hopwood *et al.*, 2005; Oliveira; Santos, 2021).

O segundo grupo dos reformistas, advertem sobre a necessidade de mudanças na estrutura vigente, reconhecendo a culpa dos governos e das empresas pelos problemas ambientais. Defendem que a mudança de hábitos pode acontecer de forma gradual, pois a natureza não é limitada. Consideram que podem coexistir amigavelmente o capitalismo e a proteção aos recursos naturais, inclusive criando um novo nicho de mercado (Hopwood *et al.*, 2005; Oliveira; Santos, 2021).

Por fim, o terceiro grupo, dos transformacionistas, defende a necessidade de rompimento com o modelo econômico e político atual, debaixo do risco de não conseguir ultrapassar os malefícios estabelecidos. Este grupo acredita que o planeta seguiria um ciclo perfeito se não fosse a interferência humana, por isso, o ideal seria que o homem voltasse a ter uma vida mais simples e explorasse menos. Sendo assim, a melhor solução e de maior abrangência seria uma reforma no sistema econômico mundial, não ocorrendo mais a exploração da maioria por uma minoria (Hopwood *et al.*, 2005; Oliveira; Santos, 2021).

A fim de mapear como o conceito de sustentabilidade tem sido manejado no âmbito acadêmico nacional, Sobrinho e Favoreto (2023, submetido) verificaram em um levantamento recente que o conceito majoritariamente está associado a pesquisas empíricas, carecendo assim de pesquisas teóricas reflexivas. Os temas associados à sustentabilidade nos artigos levantados, são: “Gestão de Resíduos Sólidos”, “Agricultura”, “Planejamento Urbano”, “Mobilidade Urbana”, “Segurança Alimentar”, “Turismo”, “Direito”, “Responsabilidade Empresarial”, “Sustentabilidade Financeira”, “Água” e “Economia Solidária”. Constatou-se que os eventos mundiais influenciam sobremaneira a conceituação de sustentabilidade.

Como visto até aqui, trata-se de um conceito polissêmico. O historiador alemão Reinhart Koselleck, enxerga a polissemia como inerente a conceitos dentro da modernidade, época em que as mudanças sociais são mais intensas (Vizeu; Matitz, 2011). Perante tantos movimentos em torno da tratativa do tema, permanece o perigo de o termo sustentabilidade tornar-se um clichê sem sentido (Lélé, 1991).

Após relatadas as diferentes abordagens teóricas para as noções de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, também apresentadas algumas críticas a esses conceitos, sublinha-se que nesta pesquisa não se assume nenhuma vertente teórica específica. Seu objetivo é propriamente descobrir como uma das

mineradoras mais relevantes relata sua sustentabilidade. No próximo subtópico será analisada uma das formas como as organizações relatam sobre sustentabilidade para seus stakeholders, os Relatórios de Sustentabilidade.

2.2.5 Relatórios de Sustentabilidade

O processo de comunicação dos mais variados temas sobre as organizações, constituem objeto de estudo, com o objetivo de demonstrar sua relevância na manutenção ou aprimoramento da imagem organizacional. Nesses relatos, nota-se as práticas executadas durante um período de tempo, a fim de verificar se elas influenciam ou influenciaram a performance empresarial (Faria, 2017). Pagliarussi *et al.* (2011), enfatizam que os relatórios corporativos de divulgação anual, podem ser compostos por inúmeras páginas com informações contábeis e aspectos como: estratégia da empresa, responsabilidade social, ações realizadas dentro do período e as ações programadas para o futuro.

Segundo os autores os números refletem o desempenho financeiro da empresa, respeitando os princípios contábeis, já a narrativa deveria justificar o passado e projetar o futuro, dentro dos limites que esses números permitem. Eles realizaram uma pesquisa em uma indústria de celulose, baseado em pesquisas de outros três teóricos, as quais evidenciaram em diversos contextos como as empresas constroem seu discurso por meio de características integrativas ao caráter pragmático da linguagem, para favorecer a construção de alguns sentidos determinados (Pagliarussi *et al.*, 2011).

A insuficiência de desempenho, ao impactar negativamente a legitimidade da atuação da alta administração das empresas, seria o elemento responsável no processo de construção de sentido nos relatórios anuais corporativos, cuja prática está ligada aos interesses dos grupos de *stakeholders* (Pagliarussi *et al.*, 2011; Faria, 2015). A comunicabilidade da responsabilidade social pode ser feita em dois níveis: interno e externo da empresa. Em nível interno, segundo Faria (2015) é demonstrado informação no nível dos recursos humanos, como higiene, segurança no trabalho e os impactos ambientais do exercício da atividade. Em nível externo, acomete nas ações sobre as comunidades locais, nos relacionamentos com os parceiros

comerciais e consumidores, e nas preocupações ambientais globais (Faria, 2015).

O relato empresarial da informação de responsabilidade social (interna e externa) é feito de forma escrita e não escrita, os quais podem conter informação financeira e não financeira. Faria (2015) aponta que a informação não financeira devido à falta de padronização e de uma configuração universalmente aceita, torna mais difícil garantir comparabilidade, o que pode ocasionar interpretações contraditórias, e dificuldade em apurar retornos de ações sociais ou ambientais para a empresa. Já as vantagens, são melhorias para a imagem da empresa e respostas às exigências dos *stakeholders*.

Nos últimos anos, nota-se uma demanda crescente por relatórios sociais ou relatórios de sustentabilidade, além dos relatórios financeiros que as empresas já divulgavam. Essa diligência, transparece o interesse por um novo tipo de informação na promoção das atividades empresariais, em volta da atuação em uma perspectiva tripla: ambiental, econômica e social (Régio *et al.*, 2022; Gómez; Laburu, 2008). Assim, a realização e divulgação desses relatórios, pode ser vista como uma justificação das práticas das empresas para os seus grupos de interesse ou *stakeholders*, que podem ser afetados pelos resultados ou objetivos das empresas, esses indivíduos ou grupos interessados são os consumidores finais, governo, fornecedores, funcionários, entre outros (Freeman, 2010; Boiral, 2013).

Entretanto, alguns fatores como a não obrigatoriedade à legislação nacional, à cultura organizacional e a falta de indicadores padronizados dificultavam a ampla propagação destes relatórios. Tal cenário mudou em 1997 com o surgimento de uma organização *multistakeholder*, sem fins lucrativos, o *Global Reporting Initiative* (GRI) que criou metodologias e indicadores padronizados para a divulgação dos relatórios de sustentabilidade. Para a *Global Reporting Initiative*, as Normas GRI representam as melhores práticas globais para o relato público de diferentes impactos econômicos, ambientais e sociais. O relato de sustentabilidade com base nas Normas fornece informações sobre as contribuições positivas ou negativas de uma organização para o desenvolvimento sustentável (GRI, 2023; Mazzioni; Domenico; Zanin, 2010).

A GRI foi fundada em Boston (EUA), em setembro de 2002, completando 25 anos de existência. Foi criada por ambientalistas, ativistas sociais e representantes de fundos socialmente responsáveis, como objetivo de criar um mecanismo de prestação de contas que garantisse que as empresas adotassem aos princípios de conduta ambiental responsável, que incluísse questões sociais, econômicas e de

governança (GRI, 2023; Mazzioni; Domenico; Zanin, 2010). No site institucional da organização, encontramos a declaração da missão:

A GRI vislumbra um futuro sustentável possibilitado pela transparência e diálogo aberto sobre impactos. Este é um futuro em que relatar os impactos é uma prática comum de todas as organizações ao redor do mundo. Como fornecedores dos padrões de divulgação de sustentabilidade mais amplamente utilizados no mundo, somos um catalisador para essa mudança (GRI, 2023).

No total são 37 divulgações de GRI com diversas diretrizes que representam as práticas globais para divulgação das questões relacionadas à sustentabilidade, com o intuito de auxiliar as organizações na comunicação transparente sobre seus impactos (GRI, 2023). As normas GRI são inter-relacionadas e divididas em quatro séries, descritas brevemente a seguir (Approach, 2023):

- Série 100: composta por três normas universais:
 - GRI 101: Fundamentos, estabelece os princípios e os requisitos para elaboração do relato;
 - GRI 102: Conteúdos Gerais, indica as informações sobre a organização como perfil, estratégia, governança, entre outros;
 - GRI 103: Formas de Gestão, mostra como a organização gerencia seus impactos, deve sempre acompanhar os tópicos materiais relatados nas séries 200, 300 e 400.
- Série 200: normas relacionadas a tópicos econômicos
- Série 300: normas relacionadas a tópicos ambientais
- Série 400: normas relacionadas a tópicos sociais

Ademais, cada Norma possui um campo de requisitos os quais estão descritas as informações que devem ser relatadas para cumprir aquele tópico. A mineradora Vale S.A. adota essas diretrizes na elaboração dos seus relatórios de sustentabilidade. A mineradora optou pelo relatório abrangente, além de divulgar as informações solicitadas no essencial, ela também deve divulgar informações sobre estratégia, ética, integridade e governança. Os relatórios de sustentabilidade produzidos sob os padrões GRI, são relevantes para o entendimento de como as organizações têm lidado com as questões socioambientais em suas práticas e como estão definindo a sustentabilidade e suas ações em torno dessa noção (Silva; Reis; Amâncio, 2014). Destarte, analisar as distorções comunicativas habermasianas presentes nestes relatórios estabelece um ferramental oportuno para verificar como a

mineradora comunica para seus grupos de interesse o seu caráter sustentável.

Efetivamente, vários autores fazem uso dos relatórios como material para investigação de suas pesquisas, todavia, de acordo com Boiral (2013), grande parte dessas pesquisas são feitas com base no *mainstream* funcionalista, visualizando estes relatos de forma otimista e explicativa, sem realizar uma análise crítica do material enquanto meio de comunicação da empresa para com as partes interessadas. Ainda que os relatórios de sustentabilidade apresentaram melhorias e padronizações relevantes para um exercício organizacional sustentável, percebe-se que por vezes esta comunicação não é totalmente transparente como exigem as Normas GRI, a qual não raro é utilizada para validar a prática organizacional não sustentável.

A utilização da noção habermasiana de distorção comunicativa, nesta pesquisa é valorosa para a apreciação dos relatórios da mineradora, visto que será possível identificar desvios que resultam nos relatórios uma comunicação distorcida sobre como a organização operacionaliza e conceitua a sustentabilidade. Tal investigação será realizada por meio da utilização dos pressupostos da pragmática universal, que permitirão analisar se os relatórios da mineradora se adequam ou não aos critérios de clareza, verdade, legitimidade e sinceridade (Habermas, 2012a; Habermas, 2012b). Apresentados os constructos teóricos que darão base a esta pesquisa, o próximo capítulo abordará os procedimentos metodológicos que serão realizados a fim de alcançar o objetivo proposto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo foi desenvolvido com a intenção de apresentar as etapas que delinearão os procedimentos metodológicos desta pesquisa. Primeiramente, são apresentadas algumas considerações epistemológicas habermasianas que conduzirão a pesquisa. Após esse certame, a pesquisa desenvolvida nesta dissertação caracteriza-se como qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. As categorias são desenvolvidas com base nas pretensões de validade e das distorções comunicativas (Habermas, 2012a;2012b). Os dados serão apreciados segundo a técnica análise de conteúdo com o apoio do *software* de análise de conteúdo qualitativo *ATLAS.ti*.

3.1 CARACTERIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA

Frequentemente as pesquisas realizadas nos estudos organizacionais são categorizadas com base na matriz de paradigmas proposta por Burrell e Morgan (1979). Porém essa classificação é alvo de algumas críticas. Em 2016 uma renomada autora da área de estudos organizacionais, Ana Paula Paes de Paula, publicou um artigo intitulado: Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas, onde ela propõe um modelo alternativo ao de Burrell e Morgan (1979) para análise epistemológica dos estudos organizacionais. Depois de revisar a literatura a autora faz algumas reflexões críticas aos paradigmas sociológicos de “*Sociological Paradigms and Organization Analysis*” apontando que esse modelo de matriz epistêmica baseado na lógica kuhniana, promove um debate paradigmático. A fim de superar tais questões, a autora propõe:

O Círculo das Matrizes Epistêmicas é constituído das seguintes matrizes que se guiam pelos três interesses cognitivos discutidos por Jürgen Habermas (1968/1982) em *Conhecimento e Interesse*: a matriz empírico-analítica (interesse técnico), a matriz hermenêutica (interesse prático) e a matriz crítica (interesse emancipatório) (Paes de Paula, 2016, p.2)

No modelo das matrizes epistêmicas sugerido pela autora, não se trata de escolher apenas um paradigma como guia para as pesquisas, mas para o avanço dessas, seria a conciliação entre os interesses cognitivos (o técnico, o prático e o

emancipatório) formadores da unidade do conhecimento, que segundo Habermas são interdependentes. Sendo assim, como já abordado na fundamentação teórica, Habermas pertence a matriz crítica que é motivada pelo interesse emancipatório.

A base epistemológica e filosófica que sustentam o estudo é a Hermenêutica. Dentro do Interpretativismo, surgiram algumas correntes, uma delas Crotty (1998) considera a Hermenêutica, palavra que significa interpretar ou compreender (Esteban, 2010). Seu surgimento, deu-se Idade Média com o objetivo de interpretar os sentidos dos textos bíblicos e a necessidade de estabelecer regras para essa interpretação (Colbari, 2014; Esteban, 2010). O interesse prático que guia as ciências hermenêuticas está associado às relações permeadas pela linguagem. A finalidade dessas ciências é certificar a compreensão das formas de comunicação. Por isso, ela não tem como objetivo a explicação ou de leis gerais por meio de observação sistemática, mas se atenta em assimilar e compreender o significado de uma situação (Habermas, 2014a).

A hermenêutica não é uma metodologia para resolver problemas relacionados à ação humana, mas para desenvolver um procedimento de compreensão, ou seja, a meta é filosófica, compreender o que está no processo da compreensão (Schwandt, 2006). O discurso contemporâneo da hermenêutica é um campo complexo, segundo Esteban (2010) a valorização dos significados é o importante, como representante desta postura, se enquadram os trabalhos de Jürgen Habermas.

Em consideração ao exposto, a presente pesquisa objetiva analisar como ocorrem as distorções comunicativas nos relatórios de sustentabilidade da mineradora Vale S.A., à luz da sociologia habermasiana. Refere-se ao interesse de compreensão e entendimento em como a mineradora comunicou a sustentabilidade. A pesquisa é orientada pelo interesse emancipatório e prático.

3.2 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA

O estudo pode ser classificado como uma pesquisa de natureza qualitativa. Para González Rey (2005) a essência da pesquisa qualitativa defende o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, o que envolve compreender o conhecimento e não se apropriar de uma realidade apresentada. Também é

descritiva, tipo que se justifica como adequado para a compreensão da natureza de um fenômeno no seu contexto, inclusive porque detém maior aprofundamento de análise que as pesquisas quantitativas (Richardson, 2010). A pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 2002). Logo, a intenção da pesquisa é descrever as distorções comunicativas encontradas nos relatórios de sustentabilidade da mineradora.

Pode a pesquisa ser classificada como qualitativa e descritiva porque, como colocam Eisenhardt e Graebner (2007), evidencia como uma teoria existente funciona em exemplos específicos. Sendo assim, a presente pesquisa busca analisar o processo desenvolvido ao decorrer dos relatórios de sustentabilidade da mineradora, para apresentá-la como sustentável. Outrossim, classifica-se como exploratória, a pesquisa que visa aumentar a familiaridade do pesquisador com determinado fenômeno para realização de pesquisas futuras ou para clarificar conceitos (Marconi; Lakatos, 2003). Portanto, esta investigação empenha-se em explorar as distorções comunicativas pautadas no pensamento habermasiano associadas à sustentabilidade.

3.3 COLETA DE DADOS

A escolha dos dados e da técnica para o tratamento destes deve ser determinada pelo objetivo e problema da pesquisa, bem como a orientação teórica do pesquisador. Os dados se dividem em primários e secundários. Os primários são aqueles que o próprio pesquisador produz, por meio por exemplo de entrevistas e observações. Os secundários, já são encontrados prontos, como documentos, jornais e revistas (Merriam, 2009). Nesta pesquisa, a coleta de dados será realizada nos relatórios de sustentabilidade, disponibilizados no site institucional da mineradora Vale S.A., ou seja, serão utilizados dados de natureza secundária.

3.3.1 Unidade de Análise

Pretendendo alcançar o objetivo de apreciar as distorções comunicativas nos

relatórios de sustentabilidade da Vale S.A., a unidade de análise desta pesquisa são os relatórios de sustentabilidade da mineradora dos anos de 2018, 2019 e 2020 e as manchetes dos jornais de circulação nacional: Valor Econômico, Folha de São Paulo e Estadão. Como abordado anteriormente, os relatórios de sustentabilidade são fontes de análise de distorções, pois, por meio deles as empresas comunicam como manejam o conceito em questão. E para ampliar o discurso, inclui-se os noticiários como fonte de análise. Escolhe-se os três anos citados acima, por ser um ano antes do rompimento da barragem em Brumadinho, o ano do ocorrido e um ano após.

3.3.2 Instrumentos de Coleta de Dados

Para alcançar o objetivo proposto pela pesquisa, o instrumento de coleta de dados que melhor se enquadra é a pesquisa documental nos relatórios de sustentabilidade da Vale S.A., com o intuito de verificar as distorções presentes nos relatórios e também buscar elementos nos principais jornais do país, que auxiliem a apreciação pelos pressupostos pragmáticos, a fim de analisar como a mineradora manejou a sustentabilidade, antes, durante e após o ocorrido em Brumadinho (MG) em 2019.

A pesquisa documental, de acordo com Gil (2002), utiliza materiais que ainda não receberam um tratamento analítico. Dentre as vantagens desse tipo de pesquisa, o autor aponta a estabilidade das fontes dos dados que os documentos constituem, não sendo necessário contato com os sujeitos, bem como seu baixo custo para desenvolvimento. Estabelecido o método utilizado como a pesquisa documental, as escolhas para a realização da apreciação foram: relatórios de sustentabilidade da mineradora Vale dos anos de 2018, 2019 e 2020.

3.3.3 Definição das Categorias

Entende-se que um elemento de rigor para a pesquisa qualitativa é a definição constitutiva e operacional dos termos. Segundo Vieira (2006), a definição constitutiva refere-se a ao conceito dado pelo autor do termo, já a definição operacional refere-se a como aquele termo será identificado na realidade. Para melhor visualização, optou-

se por alocar no quadro abaixo as definições operacionais e constitutivas da presente pesquisa.

Vale lembrar que as definições operacionais sobre distorções comunicativas de Inteligibilidade, Legitimidade, Verdade e Sinceridade estão respaldadas nos estudos abordados na segunda seção deste trabalho, pesquisas estas que foram realizadas em diferentes contextos organizacionais (Cukier; Middleton; Bauer, 2003; Forester, 2003; Cukier *et al.* 2016).

Quadro 1 - Definições Constitutivas e Operacionais da Pesquisa

Definições Constitutivas (D.C)	Definições Operacionais (D.O)
<p><u>Distorção Comunicativa</u>: Compreende-se pelo não atendimento dos pressupostos pragmáticos de validade, orientada pela razão instrumental (Habermas, 2012a; 2012b).</p>	<p><u>Distorção Comunicativa</u>: As distorções serão assimiladas segundo o não atendimento aos pressupostos de validade.</p> <p><u>Distorção de Inteligibilidade</u>: a comunicação não é compreensível aos ouvintes, possui uso de jargões ou erros semânticos/sintáticos.</p> <p><u>Distorção de Legitimidade</u>: a comunicação não está de acordo com as normas em que está inserida.</p> <p><u>Distorção de Sinceridade</u>: a comunicação utiliza palavras para suprimir a compreensão e fornecer falsas garantias.</p> <p><u>Distorção de Verdade</u>: a comunicação não corresponde às evidências fornecidas.</p>
<p><u>Sustentabilidade</u>: compreende-se como um conceito que abrange a preocupação com qualidade de um sistema abrangendo além dos aspectos ambientais, econômicos e sociais, questões ideológicas e políticas (Feil; Schreiber, 2017; O'Connor, 2002). Considera-se que as organizações são agentes importantes na definição do conceito, por meio da divulgação dos relatórios (Silva; Reis; Amâncio, 2014).</p>	<p><u>Sustentabilidade</u>: visto que a pesquisa objetiva apreciar as distorções comunicativas nos relatórios da mineradora, pretende-se verificar como ela se comunicou sobre sustentabilidade.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Inocêncio (2022) e Vieira (2006).

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados refere-se ao processo de aferir sentido a eles de modo a responder o objetivo da pesquisa. Trata-se de um procedimento complexo que envolve interpretação e dedução, ou seja, é a essência da pesquisa (Merriam, 2009). Sendo assim, a estratégia metodológica a ser utilizada na presente pesquisa, que melhor acolhe o objetivo proposto, é a análise de conteúdo. Esse método atende o desejo de rigor, questionando se a leitura do pesquisador é válida e a necessidade de

descobrir além das aparências. É um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que lidam com as intenções, representações e símbolos dos sujeitos (Bardin, 2011; Colbari, 2014). Englobada aos métodos qualitativos a análise de conteúdo, infere e realiza as premissas do paradigma interpretativo, como a hermenêutica do senso comum e da ciência, conceito do mundo da vida e a passagem da observação à compreensão. Nessa atuação, a linguagem se torna uma forma de produção e reprodução do mundo social e não apenas uma forma de comunicação (Colbari, 2014).

A análise de conteúdo é constituída pelas etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos dados e interpretação. Na fase da pré-análise, devem ser selecionados os materiais, formular os objetivos, desenvolver os conceitos teóricos que orientarão a pesquisa e realizar uma leitura flutuante. A exploração do material, diz respeito à categorização e codificação utilizando o que foi estabelecido na etapa anterior. Após essas fases, o pesquisador deverá fazer a interpretação em relação a mensagem obtida (Bardin, 2011).

Como essa técnica de tratamento de dados, estuda a comunicação, ela pode ser aplicada em textos escritos (documentos oficiais, jornais), falas, depoimentos e a comunicação não verbal (gestos, postura, vestuário) analisando tanto aspectos quantitativos do conteúdo, quanto os aspectos qualitativos de forma sistemática e seguindo regras claras (Colbari, 2014). A análise do conteúdo da pesquisa, enfoca em sua maior parte, os aspectos qualitativos dos relatórios da mineradora Vale S.A., buscando compreender a presença das distorções comunicativas pautadas no pensamento habermasiano de verdade, inteligibilidade, veracidade e sinceridade.

Posto nos tópicos anteriores o instrumento de coleta de dados, a unidade de análise e a definição das categorias, a identificação das possíveis formas que ocorrem as distorções comunicativas nos relatórios, baseiam-se nas perguntas realizadas por Inocêncio (2020) fundamentadas no referencial habermasiano, descritas a seguir:

- **Inteligibilidade:** Há frases ou palavras incompreensíveis? Há detalhamento oneroso, erros sintáticos ou semânticos e/ou uso de jargões?
- **Verdade:** Os enunciados sobre os impactos positivos e negativos gerados pela atuação sustentável da empresa são suportados pelas evidências encontradas nas notícias dos principais jornais? Há omissão de informações relevantes?

- **Legitimidade:** Os relatórios atendem às normas e valores que reivindicam? Especificamente, correspondem aos princípios de relato de conteúdo e qualidade estabelecidos pelo GRI?
- **Sinceridade:** Há enunciados que empregam metáforas ou palavras conotativas para se referir à atuação sustentável da empresa? As metáforas e palavras conotativas promovem ou suprimem a compreensão?

Ao decorrer do tempo, o uso do computador marcou um novo momento na aplicação da AC. Passou a ser possível manipular e organizar uma maior quantidade de dados, que anteriormente não poderiam ser analisados manualmente. Outros benefícios foram a rapidez, o rigor graças a codificação, compartilhamento com outros pesquisadores e a liberação destes para tarefas dependentes de reflexividade e interpretação (Colbari, 2014). Nesse aspecto da pesquisa, foi escolhido o software *ATLAS.ti*. O método utilizado será a análise de conteúdo qualitativo, que será realizada com o apoio de um *CAQDAS* (*Computer Aided Qualitative Data Analysis Software*), o escolhido devido aos valores para compra e reconhecimento no campo, foi o *ATLAS.ti*. Ressalta-se que será realizado uma pesquisa científica ética acerca da temática, a qual em nenhum momento emitirá algum juízo de valor sobre a mineradora.

A utilização de um software em pesquisas qualitativas, permite ao pesquisador uma rápida recuperação dos dados, a construção de relações entre segmentos de dados, melhor gerenciamento e manipulação dos dados, tornando o trabalho mais produtivo especialmente quando o volume de dados é grande (Lage; Godoy, 2008). Claramente, sem deixar de lado a importância de o pesquisador interpretar os resultados obtidos. Embora empregue o uso de *software*, não haverá aprofundamento em termos quantitativos. Os resultados encontrados nesta etapa estão apresentados detalhadamente na próxima seção.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo, tem como objetivo apresentar a apreciação dos relatórios de sustentabilidade da mineradora Vale S.A. dos anos de 2018, 2019 e 2020. O parecer dos dados foi realizado sob uma perspectiva habermasiana, disposta em compreender como ocorrem as distorções comunicativas nestes relatórios. O presente capítulo apresenta-se organizado da seguinte forma: o primeiro tópico expõe algumas características dos relatórios analisados, como dados gerais da mineradora e o ocorrido em Brumadinho. Posteriormente, os próximos tópicos descrevem e discutem as distorções de verdade, legitimidade, sinceridade e inteligibilidade encontradas nos relatórios de sustentabilidade.

4.1 SOBRE OS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DA VALE S.A.

Em consonância com o que foi mencionado, os Relatórios da mineradora Vale S.A. dos anos de 2018, 2019 e 2020, foram elaborados segundo a opção “abrangente” dos padrões GRI, mencionados no tópico 2.2.5. Resultando que, os relatórios analisados devem acatar os requisitos de cada uma das diretrizes das séries de divulgação GRI (100, 200, 300 e 400). As imagens abaixo são das páginas dos relatórios onde a mineradora menciona a adoção dos padrões na formulação destes:

Figura 1 - Declaração de adoção da GRI Standards “abrangente” (2018)

Apresentação Para ler este relatório
GRI 102-46 | 102-48 | 102-49 | 102-50 | 102-51 | 102-52 | 102-53 | 102-54

Sumário

Para ler este relatório

Mensagens do Diretor-presidente e do Conselho de Administração

Parte 1

Barragens

Controle e gestão de barragens

Prevenção de Acidentes e Respostas a Emergências

Parte 2

Perfil Organizacional

A Vale e a Sustentabilidade

Materialidade

Verificação externa

Índice de conteúdo GRI

O Relatório de Sustentabilidade da Vale, que em 2018 alcança a sua 12ª edição, sempre foi centrado na apresentação de nossos desafios, realizações e estratégias para lidar com a nossa missão de transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável.

No entanto, o rompimento da Barragem 1 da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, no estado de Minas Gerais, no dia 25 de janeiro de 2019, tornou urgente a necessidade de prestarmos contas e refletirmos com nossos stakeholders sobre este evento.

Por isso, diferentemente do que temos feito nos últimos anos, nosso relatório foi dividido em duas partes. A primeira parte é integralmente dedicada ao relato das ações e desdobramentos relacionados ao rompimento da Barragem 1 da mina Córrego do Feijão, bem como a descrição do processo de gestão das barragens, prevenção de acidentes e resposta a emergências. Também foram relatadas as ações que estão contribuindo com a mitigação dos danos ambientais, sociais e econômicos.

Na segunda parte, apresentamos as principais informações institucionais da Vale e o reporte de nossos temas materiais, conteúdo elaborado de acordo com a opção GRI Standards: Abrangente e do seu Suplemento Setorial de Mineração e Metais. Os disclosures compreendem o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2018.

As informações apresentadas também contemplam as orientações e compromissos relacionados ao Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM, na sigla em inglês) e estão alinhadas ao Pacto Global das Nações Unidas (Global Compact¹) e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para dúvidas, comentários ou sugestões, entre em contato com o Fale Conosco em www.vale.com.

Este documento inclui declarações que apresentam expectativas da Vale sobre eventos ou resultados. Todas as estimativas e projeções envolvem riscos e incertezas. A Vale não pode garantir que tais declarações venham a ser totalmente precisas. Tais riscos e incertezas incluem, entre outros, fatores relacionados a: (a) países onde a Vale opera, especialmente Brasil e Canadá; (b) economia global; (c) mercado de capitais; (d) negócio de minérios e metais e sua dependência à produção industrial global, que é cíclica por natureza; e (e) elevado grau de competição global nos mercados onde a Vale opera. A Vale chama atenção para o fato de que os resultados atuais podem diferenciar materialmente dos planos, objetivos, expectativas, estimativas e intenções expressadas neste documento. A Vale não assume nenhuma obrigação de atualizar publicamente ou revisar nenhuma estimativa e projeção, seja como resultado de informações novas ou eventos futuros ou por qualquer outra razão. Para obter informações adicionais sobre fatores que podem originar resultados diferentes daqueles estimados pela Vale, favor consultar os relatórios arquivados pela Vale na U.S. Securities and Exchange Commission (SEC), na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na Autorité des Marchés Financiers (AMF) e, em particular, os fatores discutidos nas seções “Estimativas e Projeções” e “Fatores de Risco” no Relatório Anual – Form 20 – F da Vale.

1. As eventuais diferenças no total de dados e porcentagens nos gráficos e tabelas devem ser atribuídas ao arredondamento dos valores. Ao longo da Parte 2 do relatório, os valores em reais foram convertidos para dólares americanos pela taxa de R\$ 3,65. Em razão da complexidade das atividades, não há um critério único de reporte de unidade de negócio. Por isso, alguns itens de divulgação não são apresentados como percentual de unidade de negócio.

2. A Vale solicitou seu afastamento do Pacto Global da ONU, efetivado em 2 de maio de 2019. As causas do rompimento da Barragem 1 da mina Córrego do Feijão ainda estão sob investigação. No entanto, em função dos significativos impactos ambientais e em direitos humanos e por respeito ao Pacto Global e a seus membros, a empresa tomou a decisão de se retirar. Os esforços da empresa estão totalmente focados nas ações de reparação aos atingidos e na recuperação ambiental.

Relatório de Sustentabilidade 2018

4

Fonte: Relatório de sustentabilidade da Vale, 2018, p.4.

Figura 2 - Declaração de adoção da GRI Standards “abrangente” (2019)

Para ler este Relatório
GRI 102-46 | 102-48 | 102-49 | 102-50 | 102-51 | 102-52 | 102-53 | 102-54

O Relatório de Sustentabilidade 2019 sintetiza as ações e aprendizados da Vale em função do rompimento da Barragem 1 da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), que resultou na morte de 270 pessoas, em 25 de janeiro de 2019, como este acontecimento tem transformado a gestão dos processos da empresa, além de apresentar os desempenhos econômico, ambiental e social da organização.



O primeiro capítulo é dedicado ao rompimento e suas consequências, descrevendo o impacto desse acontecimento sobre o território e a comunidade, assim como as respostas dadas pela empresa, com apoio do Poder Público e da sociedade civil, para socorrer as pessoas impactadas, devolver o acesso a seus direitos e reparar os danos provocados, bem como compensar a sociedade por danos que não possam ser reparados.

Nos capítulos seguintes, são apresentadas as principais informações da Vale¹, as políticas, as ações da empresa e o reporte de seu desempenho nos aspectos social, ambiental e econômico, sempre em diálogo com os impactos causados pelo rompimento, com sua matriz de materialidade e com o compromisso da empresa em rever seus processos, corrigindo equívocos e estabelecendo um novo pacto com a sociedade.

Este relatório foi preparado de acordo com o GRI Standards: opção abrangente e com o Suplemento Setorial de Mineração e Metais. Participamos ativamente do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM, na sigla em inglês) e nos comprometemos com seus 10 Princípios de Desenvolvimento Sustentável. As informações apresentadas também contemplam tais orientações e compromissos. Os disclosures compreendem o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2019.

Este documento inclui declarações que apresentam expectativas da Vale sobre eventos ou resultados. Todas as estimativas e projeções envolvem riscos e incertezas. A Vale não pode garantir que tais declarações venham a ser totalmente precisas. Tais riscos e incertezas incluem, entre outros, fatores relacionados a: (a) países onde a Vale opera, especialmente Brasil e Canadá; (b) economia global; (c) mercado de capitais; (d) negócio de minérios e metais e sua dependência à produção industrial global, que é cíclica por natureza; (e) elevado grau de competição global nos mercados onde a Vale opera; e (f) operações de mineração. A Vale chama atenção para o fato de que em todas as operações e atividades da Vale, os resultados atuais podem diferenciar materialmente dos planos, objetivos, expectativas, estimativas e intenções expressadas neste documento. A Vale não assume nenhuma obrigação de atualizar publicamente ou revisar nenhuma estimativa e projeção, seja como resultado de informações novas ou eventos futuros ou por qualquer outra razão. Para obter informações adicionais sobre fatores que podem originar resultados diferentes daqueles estimados pela Vale, favor consultar os relatórios arquivados pela Vale na U.S. Securities and Exchange Commission (SEC), na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na Autorité des Marchés Financiers (AMF) e, em particular, os fatores discutidos nas seções “Estimativas e Projeções” e “Fatores de Risco” no Relatório Anual – Form 20 – F da Vale.

Estacas-prancha instaladas junto à ponte Alberto Flores para prevenir o carreamento de sólidos para o rio Parapeba. Foto: Arquivo Vale

Fonte: Relatório de sustentabilidade, Vale 2019, p.9

Figura 3 - Declaração de adoção da GRI Standards “abrangente” (2020)

Relato Integrado e demais publicações

A Vale divulga ao mercado o seu primeiro Relato Integrado, elaborado de acordo com o protocolo <RI>, do International Integrated Reporting Council (IIRC), documento público de prestação de contas da Vale para com a sociedade e seus principais *stakeholders*. **GRI 102-48 | 102-49**

Este relatório foi preparado em conformidade com as Normas GRI: opção Abrangente, e com o Suplemento Setorial de Mineração e Metais, com asseguração externa da Bureau Veritas Certification (BVC). **GRI 102-54**



A empresa participa ativamente do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM, na sigla em inglês), portanto também tem o compromisso de conduzir uma gestão aderente aos Mining Principles do ICMM que, de igual forma, orientam esta comunicação de resultados. **GRI 102-56**

Os dados desta publicação são referentes às operações conduzidas de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, cujos resultados financeiros consideram a Vale e suas controladas, identificadas no formulário 20-F, disponível em <http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/annual-reports/20f/paginas/default.aspx>, e dados ambientais, sociais e de governança de temas priorizados, conforme a matriz de materialidade da empresa (leia mais sobre o estudo de materialidade na página 47), divulgados anualmente. **GRI 102-45 | 102-46 | 102-50**

O relato traz uma abordagem de desempenho de 2020 e também um anexo – o databook ESG, com indicadores da *Global Reporting Initiative* (GRI); do segmento *Metals & Mining* do *Sustainability Accounting Standard* (SASB); do *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD); *core metrics* do Fórum Econômico Mundial (WEF) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nossa aderência aos *Mining Principles* do International Council on *Mining and Metals* (ICMM) também é divulgada neste anexo.

Conversão adotada para os valores em dólar publicados neste relatório

Os valores convertidos de real para dólar americano consideram a taxa média anual da moeda de BRL 5,16 para USD 1,00.

Nota 1: este documento inclui declarações que apresentam expectativas da Vale sobre eventos ou resultados. Todas as estimativas e projeções envolvem riscos e incertezas. A Vale não pode garantir que tais declarações venham a ser totalmente precisas. Tais riscos e incertezas incluem, entre outros, fatores relacionados a: (a) países onde a Vale opera, especialmente Brasil e Canadá; (b) economia global; (c) mercado de capitais; (d) negócio de minérios e metais e sua dependência em relação à produção industrial global, que é cíclica por natureza; (e) elevado grau de competição global nos mercados onde a Vale opera; e (f) operações de mineração. A Vale chama atenção para o fato de que em todas as suas operações e atividades, os resultados atuais podem diferenciar materialmente dos planos, objetivos, expectativas, estimativas e intenções expressadas neste documento. A Vale não assume nenhuma obrigação de atualizar publicamente ou revisar nenhuma estimativa e projeção, seja como resultado de informações novas ou eventos futuros ou por qualquer outra razão. Para obter informações adicionais sobre fatores que podem originar resultados diferentes daqueles estimados pela Vale,

Fonte: Relato Integrado, Vale, 2020, p.7

Sublinha-se que as 37 divulgações componentes das séries GRI, podem se desdobrar em diversas diretrizes. Cada uma dessas divulgações, são constituídas por requisitos, ou seja, são instruções obrigatórias e aparecem no texto com a palavra “deve”, também por recomendações, não são obrigatórias, mas são estimuladas e por orientações, compostas por exemplos e explicações que ajudam as organizações a entenderem melhor os requisitos.

Os relatórios selecionados dos anos de 2018, 2019 e 2020 possuem 104, 136 e 185 páginas respectivamente. No relatório de 2018, a Vale já aborda o ocorrido em Brumadinho, pois o fechamento do mesmo ocorreu em 31 de maio de 2019 e o incidente do rompimento em 25 de janeiro de 2019. A partir do relatório de 2019, a mineradora aborda a agenda ESG (ambiental, social e de governança sigla do inglês), ganhando mais protagonismo a partir do relatório do ano de 2020, onde a Vale faz diversas menções ao portal ESG criado no site institucional. Nota-se que a partir do ano de 2020, após o ocorrido em Brumadinho, o relatório passa a ser chamado de Relato Integrado. Com o intuito de fornecer um panorama geral, descreve-se brevemente algumas características da mineradora e um breve histórico da barragem que se rompeu.

Fundada em 1 de junho de 1942, como Companhia Vale do Rio Doce, em

Itabira (Minas Gerais), ao longo dos anos passou a se chamar apenas Vale. Foi criada durante e com o incentivo do governo de Getúlio Vargas, mas em 1997 foi privatizada. Atualmente é uma das maiores mineradoras do mundo. Segundo informações disponibilizadas, no site institucional da mineradora, no Brasil atuam também no ramo em logística – com ferrovias e portos –, na geração de energia para suprir parte da demanda operacional, em siderurgia e em diversos projetos sociais, culturais e ambientais por meio do Instituto Cultural Vale, da Fundação Vale, do Fundo Vale, do Instituto Tecnológico Vale, entre outros. Suas operações estão em cinco Estados: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Maranhão e Espírito Santo.

O propósito da mineradora, conforme descrito no próprio site é: “Acreditamos que a mineração é essencial para o desenvolvimento do mundo e só servimos à sociedade ao gerar prosperidade para todos e cuidar do planeta.” E como compromisso: “Trabalhamos todos os dias para nos tornarmos referência na construção de uma mineração mais segura e sustentável, colocando a vida em primeiro lugar.”

Porém, sabemos que a mineradora foi a responsável por um dos maiores acidentes no ramo da mineração. Construída em 1976 pela Ferteco Mineração, empresa adquirida pela Vale em 27 de abril de 2001, a Barragem I da mina Córrego do Feijão tinha como finalidade a disposição de rejeitos de minério de ferro provenientes da produção desta. No entanto, desde 2016, a barragem estava inativa, isto é, não recebia rejeitos e não existia nenhum outro tipo de atividade operacional em andamento. A altura da barragem era de 86 metros e o comprimento da crista, de 720 metros. Os rejeitos dispostos ocupavam uma área de 249,5 mil m² e o volume era de 11,7 milhões de m³. A mina Córrego do Feijão pertence ao Complexo Paraopeba do Sistema Sul e produziu, em 2018, 8,5 Mt, o equivalente a 31% da produção total do Complexo.

Às 12h28 do dia 25 de janeiro de 2019, a Barragem I de rejeitos de minério de ferro da mina Córrego do Feijão rompeu-se. Em pouco mais de três minutos, grande parte dos 11,7 milhões de metros cúbicos se espalhou por aproximadamente 295 hectares, atingindo as áreas operacional e administrativa da mina, onde trabalhavam cerca de 600 empregados, entre próprios e terceiros. Escritórios, vestiários, refeitório, usina, terminal de carregamento e oficinas de manutenção, entre outras estruturas, foram impactados pelo rejeito. Também foram atingidos os acessos rodoviários da mina ao vilarejo Córrego do Feijão e a estrada da portaria até o trevo da estrada de

Alberto Flores.

Posto isto, com a intenção de analisar como uma atividade específica da mineradora, a elaboração de relatórios de sustentabilidade, utiliza-se como lente teórica a noção de distorção comunicativa baseada no pensamento habermasiano. Desse modo, pretende-se verificar se os relatórios de sustentabilidade apresentam distorções comunicativas em relação aos quatro pressupostos pragmáticos: verdade, sinceridade, inteligibilidade e legitimidade. As informações observadas apresentaram inconformidades com todos os pressupostos. Os próximos subtópicos se destinam a discutir tais situações.

4.2 DISTORÇÕES DE VERDADE

As distorções de verdade dizem respeito ao não atendimento ao pressuposto pragmático, como condição para compreensão de uma sentença e a sua correspondência ao mundo objetivo (Habermas, 2012a, 2012b). Essa distorção pode ser apreciada, analisando as prerrogativas e os malefícios em torno de um tema, se as informações apresentadas são omitidas ou insuficientes e se as evidências em qual se apoiam são suficientes e claras (Cukier, Middleton e Bauer, 2003; Cukier et. al., 2009; Forester, 2003). As questões que norteiam a busca por essa distorção na presente pesquisa, são: Os enunciados sobre os impactos positivos e negativos gerados pela atuação sustentável da empresa são suportados pelas evidências encontradas nas notícias dos principais jornais? Há omissão de informações relevantes?

Baseado no entendimento acima, as distorções de verdade encontradas, foram qualificadas sob inspiração de Inocêncio (2022) em duas classificações: **evidências insuficientes**, quando as explicações apresentadas não fornecem suporte suficiente para a afirmação feita; e o **não detalhamento de impactos negativos**, quando a organização deixa de discorrer sobre os impactos negativos decorrentes de sua atuação.

As **distorções por evidências insuficientes** foram encontradas nos relatórios dos três anos selecionados. Elas estão associadas a afirmações para as quais os indicativos apresentados não fornecem a devida base, sendo possível em alguns casos, inclusive, encontrar no próprio relato informações que questionem e

desqualificam tais afirmações. Muitas das vezes estão associadas a impactos positivos acentuados nos relatórios.

Por exemplo, no relatório de 2018, após a mensagem do conselho de administração, para tratarmos do **ocorrido em Brumadinho**, no parágrafo introdutório, abaixo do título: “Estamos em luto”, uma primeira distorção que chama atenção, é a seguinte afirmação: “Vínhamos cumprindo todos os procedimentos relacionados à segurança das nossas operações, incluindo a realização de auditorias periódicas no local” (Vale, 2018, p.10). Afirmação essa, reforçada em pormenores na página seguinte:

A barragem passava por constante monitoramento e recebia inspeções de campo quinzenais, todas reportadas à Agência Nacional de Mineração (ANM). Também tinha sistema de videomonitoramento, sistema de alerta por meio de sirenes e registro da população a jusante. Um total de 94 piezômetros (46 deles eram automatizados) e 41 INAs (Indicador de Nível d'Água) eram utilizados no monitoramento da estrutura, com coleta periódica de informações e análises pelos geotécnicos responsáveis pela barragem. Simulados externos e internos de emergência também eram realizados periodicamente – o último simulado externo aconteceu em 16 de junho de 2018, sob coordenação da Defesa Civil. A última inspeção registrada, ocorreu no dia 22 de janeiro de 2019. A barragem possuía Declarações de Condição de Estabilidade emitidas pela TÜV SÜD do Brasil, empresa especializada em Geotecnia, datadas de 13 de junho e 26 de setembro de 2018, referentes aos processos de Revisão Periódica de Segurança de Barragens e Inspeção Regular de Segurança de Barragens, respectivamente, como determina a portaria DNPM 70.389/2017 (Vale, 2018, p.11).

Tais declarações acerca das prevenções tomadas são questionáveis em si mesmas, diante da magnitude do ocorrido em Brumadinho. Referente ao sistema de alerta por meio de sirenes, descritos pela mineradora no relatório como medida de prevenção, não funcionou no dia do rompimento. A empresária mineira Natália Farina que estava trabalhando no centro de Brumadinho no momento do incidente, disse que não houve alerta antes do rompimento por lá (Folha de São Paulo, 2019). Fato declarado pela própria empresa ao jornal Folha de São Paulo. O até então presidente, Fábio Schvartsman disse em entrevista ao jornal: "Nem nós sabemos [se o sistema de alerta funcionou]. É provável que tenham funcionado..." (Folha de São Paulo, 2019 p.3).

A incerteza na fala do presidente e a afirmação da empresária, leva a reflexões, como: Quantas vidas poderiam ser poupadas se as sirenes tivessem tocado? Na página 34 do relatório do ano de 2018, a mineradora declara seus valores, o primeiro deles: “A vida em primeiro lugar”, fazer tal associação se torna um exercício custoso.

O professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Valdir de Castro Oliveira, que vive em Brumadinho, disse à Folha de São Paulo: "É uma tragédia anunciada, porque desde Mariana (MG), tem sido constante as denúncias por ONGs e órgãos ambientais" (Folha de São Paulo, 2019, p.2). Com essa declaração, observa-se a não compatibilidade com os outros valores declarados pela mineradora: "Valorizar quem faz a nossa empresa"; "Cuidar do nosso planeta"; "Agir de forma correta"; "Crescer e evoluir juntos"; "Fazer acontecer" (Vale, 2018, p.34)

Referente à declaração da mineradora citada acima, a barragem possuía Declarações de Condição de Estabilidade emitidas pela TÜV SÜD, a última emitida em setembro de 2018, o jornal Folha de São Paulo, em 2 de fevereiro de 2019, publicou a manchete: "Empresa que atestou segurança de barragem atuou na Vale, diz jornal". A notícia faz referência ao jornal estadunidense, *The Wall Street Journal*, o qual afirma que funcionários da Tüv Süd Brasil atuaram como consultores para o descomissionamento de minas da Vale, bem como, fizeram relatórios de pesquisa com a empresa e participaram de conferências com trabalhadores da mineradora, o que configuraria conflito de interesses. O jornal ainda aponta que seguindo padrões internacionais, fiscais de segurança de barragens devem mostrar independência em relação ao cliente. A reportagem diz que, apesar disso, é comum que companhias assumam o papel duplo de consultoras e fiscais de segurança no Brasil. Porém no Canadá, que também tem uma grande atividade de mineração, as diretrizes sugerem que auditorias externas devem ser realizadas por organizações independentes e sem viés. (Folha de São Paulo, 2019).

No Canadá, país onde a Vale também atua, como mencionado na manchete acima, as auditorias devem ser realizadas por agentes externos, sem vínculos com a mineradora. Dessa maneira, sabe-se que nunca foi noticiado um incidente de tal relevância, como foi em Brumadinho, em qualquer operação no Canadá. Este fato, coloca em xeque os padrões de segurança que a mineradora adota em suas operações aqui no Brasil.

Em fevereiro de 2021, um laudo apresentado pela Polícia Federal aponta que o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho ocorreu por perfuração realizada pela própria mineradora, a fim de diagnosticar como estavam as condições dos rejeitos depositados na estrutura da barragem e para posterior instalação de equipamento para medir a pressão interna. Noticiado pelo jornal Estadão (2021), o laudo refuta as argumentações da mineradora de que uma combinação de fortes

chuvas e a deformação da barragem, devido ao seu próprio peso, teria contribuído para o colapso. O perito da Polícia Federal, Leonardo Mesquita explicou:

“a liquefação ocorreu quando a perfuração atingiu, 68 metros de profundidade, uma camada da estrutura com maior volume de rejeitos finos, que reúnem mais chances de entrarem em liquefação. A perfuração estava ocorrendo no ponto mais crítico da barragem, disse o perito. Um fluido usado para lubrificar a ponta da perfuratriz aumentou a pressão nesse ponto mais frágil da represa” (Estadão, 2021, p.3)

Em novembro de 2021, a Polícia Federal concluiu o segundo inquérito sobre o caso e indiciou a Vale e a Tüv Süd pelo crime de apresentação de declaração falsa perante a Agência Nacional de Mineração (ANM) atestando a segurança da barragem que se rompeu. Também, indiciou as empresas por crimes ambientais de poluição, contra a fauna terrestre e aquática, a flora, os recursos hídricos, unidades de conservação e sítios arqueológicos. Contratada pela Vale para monitorar a segurança da barragem, a Tüv Süd foi acusada de emitir uma declaração de estabilidade insegura, além de aplicar técnicas de verificação incompatíveis com os padrões internacionais (Estadão, 2021, p.1).

Nos relatórios dos três anos analisados, a mineradora recorrentemente afirma que suas operações de **Gestão de Barragens** seguem padrões e práticas internacionais. Em 2018, a mineradora apontou que “uma das metas foi ampliar a eficiência dos processos e manter a gestão das barragens em permanente alinhamento e atualização com as práticas internacionais, cujos padrões ultrapassam as exigências legais nacionais” (Vale, 2018, p.23). Em 2019, “(a) Gestão de Barragens, trabalhando para o aumento da segurança das barragens da Vale e o alinhamento com os padrões internacionais” (Vale, 2019, p.46). E em 2020, ela reforça como compromisso de “ampliar a eficiência dos processos e manter a gestão das barragens em permanente alinhamento e atualização com as práticas internacionais, cujos padrões vão além das exigências legais dos países onde a Vale opera” (Vale, 2020, p.48). As sentenças encontradas nos relatórios dos três anos analisados, não apresentam evidências suficientes para serem consideradas verídicas.

Considerando a sustentabilidade como protagonista nos relatórios, observa-se no informe de 2018 que a mineradora reconhece que está frente à uma situação desafiadora, após o rompimento em Brumadinho e aponta “o reforço de seus compromissos com o aperfeiçoamento de suas operações e com a busca de tornar-

se uma referência em sustentabilidade” (Vale, 2018, p.30). Logo, a citação elucida a ambição da mineradora em ser um “modelo” no quesito sustentabilidade. Porém, o que chama a atenção, é a declaração do CEO, no relatório do ano seguinte:

Por outro lado, assumimos novos compromissos e reavaliamos e ressignificamos os já existentes, ampliando nossas metas ambientais, sociais e de governança, porque entendemos que a nossa própria existência está ligada ao **fato de sermos uma empresa sustentável**, cidadã e comprometida com o respeito aos direitos humanos ao longo de toda nossa cadeia de valor. (Vale, 2019, p.7)

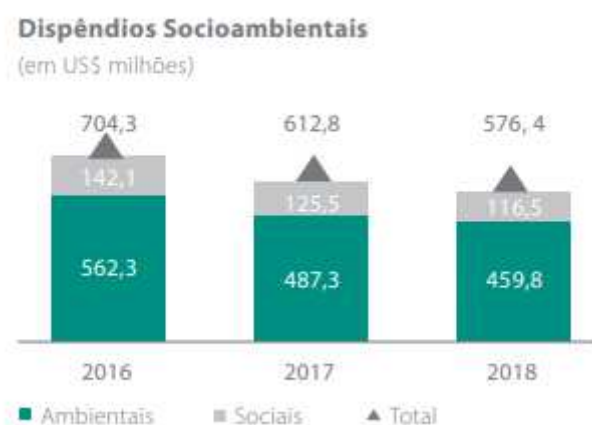
A mineradora atualizou, em 2018 e 2019, suas metas de sustentabilidade para os próximos anos, alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. No final de 2019, a Vale havia atingido sua meta anual em quatro desses aspectos (água, energia, floresta e socioeconômico). Entretanto, a meta de mudanças climáticas (emissão de gases de efeito estufa) não foi alcançada, segundo a declaração da mineradora (Vale, 2019). Então, como é possível uma empresa afirmar ser sustentável e não alcançar as metas de sustentabilidade estabelecidas? Como seria possível uma empresa que afirma ser sustentável ou referência em sustentabilidade e ser a responsável pela maior tragédia no ramo da mineração?

Há ainda informações encontradas nos próprios relatórios que desqualifica tal sentença de auto-afirmação sustentável, abaixo do tópico **Derramamentos Significativos**: “registramos três ocorrências consideradas significativas, sendo uma referente a vazamento de óleo e outras duas de efluentes.” (Vale, 2018, p.75). “Em 2020, a empresa desembolsou aproximadamente USD 30 milhões em **multas** significativas (valores acima USD 10 mil) por não cumprimento de leis e regulamentos ambientais.” (Vale, 2020, p.79). E no Relatório de 2019, a mineradora informou:

... a Vale recebeu, em 2019, 74 multas significativas por não cumprimento de leis e regulamentos ambientais, que somam o valor de US\$ 153,5 milhões, além de 9 sanções não monetárias, dos quais US\$ 125,5 milhões se referem ao rompimento da Barragem I da mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), além de 9 sanções não monetárias. As demais multas significativas aplicadas pelo não cumprimento de leis e regulamentos ambientais se referem a assuntos como alegado descumprimento de condicionantes, lançamento de efluentes em desacordo com a legislação, poluição, instalação/operação de atividade sem as devidas licenças/ autorizações, entre outros (Vale, 2019, p.82).

Outra informação apresentada nos relatórios, que corroboram com as distorções apontadas, são os **Gastos socioambientais**, apresentados nos relatórios. Em 2018, a mineradora divulgou seu desembolso nessa área, em um gráfico apresentado abaixo:

Figura 4 - Dispêndios Socioambientais da Vale em 2018



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Vale (2018, p.38)

Fazendo um comparativo, com os anos de 2016 e 2017 apresentados no gráfico, nota-se que de 2016 para 2018, houve uma diminuição de US\$102,50 milhões em recursos ambientais, acompanhados em uma queda de aproximadamente 18% em recursos sociais. Não é apresentado no relatório, explicações que justifiquem tal decréscimo. A mineradora se posicionou como referência em empresa sustentável, porém diminuiu os investimentos em ações ambientais e sociais.

Em 2019, a mineradora apresentou essas informações de Gastos socioambientais, não mais em gráfico, mas de forma escrita:

...a Vale aportou US\$738,7 milhões em dispêndios socioambientais, considerando os valores despendidos com a reparação após o rompimento da Barragem I, em Brumadinho. Desse total, 61% foram gastos em ações obrigatórias e 39% em ações voluntárias. Na esfera social, os maiores investimentos foram voltados aos povos indígenas e comunidades tradicionais, além de iniciativas ligadas à cultura, apoio à comunidades e geração de trabalho e renda, em um total de US\$190,2 milhões. No campo ambiental, o valor despendido foi de US\$ 548,5 milhões (Vale, 2019, p.53).

Em 2018 os gastos socioambientais totais foram de US\$576,4 milhões e em 2019 foram de US\$738,7 milhões, um aumento de aproximadamente 28%. Na esfera social os gastos sofreram um aumento de aproximadamente 63% de 2018 para 2019 e na questão ambiental, um aumento de 19%. A Vale passa a incluir nesses valores os gastos com a reparação de Brumadinho, por isso o aumento dos valores. O mesmo nota-se em relação a 2020, segue informações publicadas:

No último ano, a Vale aportou USD 390 milhões em investimentos sociais, incluindo projetos relacionados à reparação do rompimento da Barragem I, em Brumadinho. Desse valor, 69% foram investidos em ações voluntárias e mitigatórias (sendo 56% com recursos próprios e 13% por meio de leis de incentivo) e 31% em ações obrigatórias. [...] Além desses investimentos atrelados à Política de Investimentos Socioambientais, a Vale aportou USD 609,9 milhões em dispêndios ambientais, com 80% em ações obrigatórias e 20% em ações voluntárias, incluindo dispêndios relacionados a Brumadinho. Os principais gastos foram relacionados a recursos hídricos (21%), passivos ambientais (18%), resíduos (13%), conservação ambiental (13%) e emissões atmosféricas (11%) (Vale, 2020, p.79)

Outro tópico abordado nos relatórios, são as **Indenizações**. No relatório de 2018, a Vale já traz informações sobre os acordos e pagamentos emergenciais para as pessoas residentes em Brumadinho. No relatório de 2019, na página 16, a mineradora declara que as ações de reparação adotadas “criarão precedentes tanto na indústria de mineração quanto em outras, trazendo novas referências para a sociedade”.

No relato de 2020, no início da página 18, a mineradora diz que segue comprometida em indenizar de forma justa e rápida os atingidos e que esses processos são tratados individualmente, considerando as especificidades de cada pessoa impactada. Faltam informações na sequência que validem essa afirmação. Na página 20, encontra-se a seguinte declaração:

Há, ainda, grande discussão em torno do pagamento de indenizações, pelo fato de o programa de indenizações tratar-se de uma ação de larga escala, sendo um caso jurídico inédito no mundo pelo número significativo de pessoas a serem indenizadas, pela vasta extensão territorial dos danos e pela falta de comprovação documental dos danos, de modo que deixe clara a dimensão do prejuízo, motivo que dificulta o tratamento devido desses casos por parte da Fundação Renova (Vale, 2020 p.20).

As explicações apresentadas nos próprios relatórios não fornecem evidências suficientes para as afirmações feitas sobre celeridade e justiça nos pagamentos aos afetados. Ademais, a mineradora falta com a verdade ao dizer que será referência para a sociedade no quesito ações de reparação pós acontecimentos de larga escala, pois ela mesma reconhece o ineditismo e a relevância do ocorrido.

O jornal Valor Econômico, publicou recentemente uma matéria que expõe a insatisfação por parte dos moradores de Brumadinho em relação à demora em julgar e punir os responsáveis pelo rompimento e à demora na execução dos projetos de reparação, mesmo a tragédia estando prestes a completar cinco anos. Para os familiares das vítimas a falta de punição é uma ferida aberta. Nesta matéria os moradores relatam que durante três anos um processo penal movido contra 16 pessoas por homicídio doloso e crimes ambientais, tramitou na Justiça de Minas Gerais, mas em janeiro de 2023 o caso foi transferido para a Justiça Federal a pedido da defesa de dois réus (Valor Econômico, 2024). Uma integrante da Associação dos Familiares das Vítimas, disse: “Acreditamos que a impunidade torna o crime recorrente” (Valor Econômico, 2024, p.1).

Acerca desse assunto ainda, a mineradora mencionou sobre as formas de comunicação com as comunidades atingidas. No que diz respeito ao **Diálogo com as partes interessadas**, também foi possível encontrar diversos trechos nos relatórios que faltam embasamento para serem considerados verídicos. Observa-se abaixo um trecho extraído do relatório do ano de 2018:

Para garantir o envolvimento contínuo e inclusivo das comunidades localizadas em nossas áreas de atuação, oferecemos canais estruturados para o diálogo em 100% das operações, como Ouvidoria, Fale Conosco, Alô Ferrovia, entre outras linhas de telefone 0800, além de profissionais especializados e um sistema próprio para registro e tratamento de demandas, queixas e reclamações – o Sistema de Stakeholders, Demandas e Issues (SDI) (Vale, 2018, p.51).

No ano de 2019, a mineradora continuou afirmando que semanalmente realizava reuniões com as famílias impactadas e autoridades envolvidas, como representantes do Corpo de Bombeiros, promotores e outras entidades públicas. Mesmo com todas as opções de ferramentas de comunicação disponibilizadas, a Vale reconhece que algumas não são totalmente efetivas. Por exemplo, ela registra que houve reclamações dos atingidos sobre os esclarecimentos fornecidos pelo canal

0800. A mineradora apontou que estava direcionada a reconquistar a confiança de seus stakeholders:

As consequências do rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão reforçaram a necessidade de desenvolver e ampliar o diálogo da Vale com suas partes interessadas, de maneira clara, honesta e equilibrada, em busca da construção de soluções conjuntas para os desafios nos territórios nos quais a empresa atua (Vale, 2019, p.55).

Com respeito ao ano de 2020, a Vale notou brevemente sobre os percalços na comunicação durante a reparação em Brumadinho, corrobora-se com o trecho a seguir:

A empresa ajustou a forma de comunicar a toda a sociedade avanços, falhas e desafios do processo de reparação. A Vale entendeu que precisava ampliar os canais de contato com as pessoas e, principalmente, adequar a linguagem para aumentar a clareza e a transparência no compartilhamento das informações, incluindo a abertura de espaço para apresentar as demandas, críticas e visões dos próprios atingidos (Vale, 2020, p.11).

Os trechos acima evidenciam somente a posição de fala da empresa, enquanto responsável pelos danos. Por isso, a fim de mostrar a realidade do ponto de vista da comunidade afetada, buscou-se informações externas. O jornal Estadão, publicou em 13 de novembro de 2020, uma manchete intitulada: Brumadinho: Governo de Minas e Vale, negociam acordo sem ouvir vítimas da tragédia da barragem. O governo e a mineradora iniciaram um acordo sigiloso, que excluía da discussão os atingidos pelo rompimento da barragem, sem explicar o motivo da exclusão e sem informar o acordo do valor.

O Instituto Guaicuy, que dá assessoria técnica às comunidades atingidas, disse que não houve acesso aos documentos, já que a Justiça manteve a confidencialidade do documento, o que permitia a consulta aos materiais somente pelas partes envolvidas, excluindo as famílias do processo. O Instituto afirmou que o acordo foi “feito a portas fechadas entre o governo e a Vale”, sem conhecimento da dimensão completa dos prejuízos provocados. Na reportagem, um advogado do Instituto, especialista em Direito Popular disse que a Constituição não só enuncia que a população tem direito de participar dos acordos em desastres ambientais, como

afirmam que os atos judiciais nesses casos devem ser públicos (Estadão, 2020).

O jornal Folha divulgou uma reportagem em abril de 2023, “Corte de recursos ameaça reparação de atingidos em tragédia de Brumadinho”. A matéria aponta que os afetados pelo rompimento da barragem corriam o risco de perder parte do acompanhamento psicológico, social e econômico ao qual passaram a ter direito depois do acordo de reparação assinado pela mineradora em 2021. A ameaça vem do corte de quase 50% nos recursos previstos para o primeiro semestre de 2023. Os responsáveis pela administração dos recursos afirmavam haver necessidade de redução no ritmo das despesas. Do montante de R\$700 milhões previstos para dez anos, R\$150 milhões (21%) já foram gastos em pouco mais de dois anos.

Os noticiários do Estadão e da Folha de São Paulo, mencionados acima, questionam as declarações da mineradora de que “os processos são tratados individualmente, considerando as especificidades de cada pessoa impactada”, que são tratados de forma justa, célere e que a mineradora busca a construção de uma solução conjunta com as partes interessadas. O que foi noticiado, vai na contramão das declarações, logo, é laborioso validar como verídico a posição da mineradora.

Em relação ao tópico **Diversidade e Igualdade**, a promoção desses valores parece enigmática. A Vale afirma que oportunidades são oferecidas a todos desde o recrutamento até a promoção, e que “a cada indivíduo é assegurado o desenvolvimento do seu potencial independentemente de diferenças culturais, ideológicas, de gênero ou qualquer outra” (Vale, 2018, p.60). Em algumas frases à frente, a mineradora anuncia que em 2018 contava com 12,7% de mulheres no quadro de empregados à nível global. No relatório de 2019, a participação de mulheres no quadro funcional próprio foi de 13% (Vale, 2019, p.76). Em 2020, a empresa informou que “alcançamos 16,3% de representatividade de mulheres em 2020, em comparação a 13,5% em 2019” (Vale, 2020, p. 128). Faltam informações em dados sobre a quantidade de mulheres na força de trabalho à nível nacional, bem como um detalhamento melhor sobre pessoas com deficiência. A mineradora detalha algumas ações:

O tema diversidade e inclusão é acompanhado de perto pela área de Recursos Humanos, com objetivo de garantir sua transversalidade em todos os nossos processos e de promover uma força de trabalho inclusiva e com oportunidades iguais de crescimento dentro da empresa. Entre os principais recursos colocados à disposição das equipes para tratar desse assunto estão

compreendidos cursos presenciais e *on-line*, incluindo campanhas nas redes sociais e na intranet da empresa, bem como palestras em datas comemorativas específicas (Dia da Mulher, Dia dos Pais, Dia das Mães, entre outras). Os resultados desse esforço aparecem de maneira significativa em 2018, por meio de ações para aumentar a participação de mulheres em cargos historicamente ocupados por homens (Vale, 2018, p.60).

A própria empresa reconhece que existem cargos que são historicamente ocupados por homens. Porém, será que somente essas ações adotadas e citadas acima, são suficientes para uma mudança de cultura? Sobre oportunidades iguais de crescimento dentro da empresa, nota-se no ano de 2018, que Conselho contava com 12 membros, desse total três eram mulheres (Vale, 2018, p.36). Em 2019, essa quantidade se manteve (Vale, 2019, p.46). Porém, no ano de 2020 esse dado não foi divulgado. A quantidade de mulheres no Conselho representa um pouco mais de 20%. Como meta, a mineradora divulgou no relatório de 2020 “dobrar a força de trabalho de mulheres até 2030, de 13% para 26%, e aumentar a liderança de mulheres, de 12% para 20%” (Vale, 2020, p. 50).

É compreensível que a desigualdade entre homens e mulheres não seja tão fácil e rápida de alterar, porque é um fator estrutural histórico. Todavia, soa demasiado impreciso falar em transversalidade, diversidade e inclusão em um cenário em que as mulheres representam um percentual tão baixo em relação ao todo. Parece ainda mais audacioso, quando a empresa afirma que as oportunidades iguais desde o momento da contratação, “tem se mostrado um caminho para a inovação, competitividade e um compromisso ético” (Vale, 2018, p.60). Os dados fornecidos não validam suficientemente as afirmações.

Além destas distorções de verdade por evidências insuficientes, percebe-se que os relatórios se empenham páginas adentro em apresentar os impactos positivos de suas ações, o que, todavia, nem sempre acontece com os resultados negativos. Levou-se em consideração como pertencente a essa categoria de distorção os impactos negativos que são apenas mencionados, os quais a mineradora não forneceu maiores informações, dificultando um melhor entendimento sobre o problema mencionado. Diante de inúmeras páginas frisando os impactos positivos, os efeitos negativos acabam se tornando difíceis de serem percebidos, necessitando uma leitura cuidadosa para percebê-los.

Um exemplo bem evidente disso, ocorre quando a mineradora relata sobre o ocorrido em Brumadinho, em 2019. No relatório de 2018, ela já descreve as ações

emergenciais de reparação, mas não divulga em detalhes os impactos negativos do rompimento. Nas primeiras páginas do relatório de 2018, tratando sobre esse assunto, a mineradora informou que o “**Resgate e atendimento aos animais**”, foi realizado por diversos profissionais, ao longo da área atingida no córrego Ferro-Carvão e nas duas margens do Rio Paraopeba, abrangendo tanto as espécies domésticas como as silvestres, e que as estruturas montadas atenderam mais de 630 animais (Vale, 2018, p.15). Páginas a frente, encontra-se a seguinte declaração:

a Vale foi notificada de uma multa diária de R\$ 100 mil aplicada pelo Ibama por suposta irregularidade no plano de salvamento de fauna. Além disso, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Brumadinho também impôs multas administrativas que, juntas, totalizam cerca de R\$108 milhões. Estamos nos defendendo administrativamente contra essas sanções, que também poderão ser convertidas em projetos ambientais (Vale, 2018, p.19).

O que encontramos sobre esse impacto é uma exacerbação das ações para reparar os danos e a falta de uma descrição em dados da fauna atingida pelo rompimento. Não há detalhes sobre essa irregularidade apontada pelo Ibama e pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Tal distorção, por não detalhamento dos impactos negativos, ocorre também sobre a água do **rio Paraopeba**. A Vale informou em 2018:

De acordo com a orientação dos órgãos competentes do estado de Minas Gerais, a água bruta captada diretamente no rio Paraopeba **não deve mais ser usada para nenhuma finalidade** até a liberação por parte desses mesmos órgãos. Portanto, as populações que faziam uso dessa água foram identificadas e passaram a receber água potável fornecida pela Vale, que distribuiu mais de 145 milhões de litros na região, volume acumulado até o fechamento deste relatório (Vale, 2018, p.16).

Se a orientação era não usar a água do rio para nenhuma finalidade era porque ela estava contaminada, mas a Vale não discorre em nenhum momento sobre os impactos negativos causados no rio por essa contaminação pelo rompimento, e quais os transtornos gerados nas comunidades que dependiam dessa água. No relatório de 2019, a Vale informou que a água tem sido proveniente das fontes Companhia de Saneamento de Minas Gerais e de novos poços artesianos, para as propriedades que dependiam da captação da água do rio Paraopeba, e o monitoramento da qualidade

dessa água tem sido realizado pela concessionária e os resultados são disponibilizados em seu site (Vale, 2019, p.19). Logo, quantas espécies de peixes daquele rio foram atingidas? A qualidade dessa água é confiável? Quais os transtornos para a população?

Tratando ainda sobre a reparação, nas áreas de intervenção a Vale relatou que monitorou em dezenove pontos, no ano de 2019 a qualidade do ar, ruído e vibrações, porém ela não divulgou os resultados deste monitoramento (Vale, 2019, p.29). Houve melhora ou piora da qualidade do ar? E os ruídos e vibrações afetaram a qualidade de vida das comunidades ou da biosfera?

Outro impacto negativo não detalhado se refere a “**Biodiversidade e Serviços Sistêmicos**”. No relatório de 2018 está dito:

Atuamos em diversas regiões, incluindo áreas de alto valor cultural e alta relevância para a biodiversidade, e nossas atividades envolvem, em **muitos casos, a supressão ou alteração de habitats naturais**. Todavia, procuramos limitá-las às situações estritamente necessárias, com a menor intensidade possível e com a realização de medidas de prevenção, mitigação, controle, recuperação e compensação que não se restringem tão somente às obrigações legais, com o objetivo de incorporar a proteção dos componentes da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos às nossas atividades (Vale, 2018, p.65).

No relatório de 2019, a mineradora também aborda o assunto, descrevendo que suas operações ocupam cerca de 1.400 km² em, incluindo áreas de alto valor cultural e alta relevância para a biodiversidade. Parte das operações está localizada dentro de unidades de conservação, “mas sempre respeitando as determinações legais frente a cada categoria definida e decretos de criação das mesmas” (Vale, 2019, p.87). A mineradora ainda aponta que sabe sobre a relevância do seu papel na região, por isso ajuda a proteger as unidades de conservação ao mesmo tempo em que realiza as atividades de mineração. Isso é realmente possível? Não há detalhamentos maiores no relatório acerca do assunto sobre a supressão ou alteração de habitats naturais.

O que se encontra no relatório são dezenas de páginas tratando sobre as medidas mitigatórias e a “maquiagem” dos efeitos negativos. Quando a empresa trata sobre os impactos geralmente o faz de forma sucinta, como pode ser percebido na seguinte declaração:

Novos bloqueios de recursos foram pedidos pelo Ministério Público em ações judiciais, em decorrência dos **eventuais impactos ao meio ambiente e às comunidades**, devido à elevação dos níveis de risco em outras barragens da Vale, como a barragem Sul Superior da mina de Gongo Soco, em Barão de Cocais, as barragens de Vargem Grande e B3/B4, em Nova Lima. O valor total de pedidos de bloqueios judiciais foi de cerca de R\$17,6 bilhões (Vale, 2018, p.19).

Ao longo dos relatórios a empresa descreve páginas adentro suas iniciativas de proteção ao meio ambiente, os projetos sociais e ambientais que promove, as pesquisas científicas que apoia, porém, não esmiúça sobre os impactos negativos. Como a Vale mencionou, a atividade de mineração gera impactos ao ecossistema em que está inserida. Quais os impactos à biodiversidade? Quais os impactos às comunidades em volta das operações? Há desmatamento? Qual a proporção? Há impactos nos recursos hídricos? Se há, não estão relatados.

Outro exemplo, é a falta de detalhamentos em relação às barragens de rejeito. Os rejeitos e o estéril, ou seja, os substratos provenientes da mineração, são uma consequência da atividade mineral. A mineradora descreve que “sua gestão é feita por meio da disposição em pilhas, barragens e cavas, que contam com um sistema de gestão de segurança” (Vale, 2019, p.95). Perante o ocorrido com a barragem em Brumadinho, os relatórios abordaram sobre a descaracterização das barragens para a construção de outros tipos de contenção dos rejeitos. Ao que tange sobre o processo de descaracterização, encontra-se a seguinte informação:

“A Vale está conduzindo a descaracterização de suas estruturas alteadas a montante. Todas essas estruturas serão **reintegradas no contexto ambiental**, buscando garantir desempenho ambiental compatível com o território em que estão localizadas. Outra ação adotada pela empresa é a construção de **estruturas de contenção a jusante** das barragens que estão em nível 3 de emergência, com o objetivo de **reduzir os riscos de impactos às pessoas e ao meio ambiente**. A estrutura montada funciona como uma barreira para conter os rejeitos em caso de rompimento das barragens. Essas estruturas são feitas de concreto ou pedras. A escolha do material leva em consideração as características geológicas da região e o caráter emergencial das obras...” (Vale, 2019, p.94).

Quais são os riscos e efeitos negativos para o ecossistema com essa descaracterização das barragens? Quais os impactos dessa reintegração, tanto para o meio ambiente quanto para as comunidades em volta? Quais as implicações com a construção dessas estruturas de contenção? Não há detalhamentos sobre.

No relatório de 2020, a mineradora continua abordando as ações de reparação em Brumadinho. Uma delas é a requalificação urbanística, como melhorias no abastecimento de água, tratamento de esgoto, pavimentação e paisagismo, porém, mais uma vez a mineradora é sintética em dizer que tem executado medidas mitigadoras para reduzir o desconforto dos moradores durante os trabalhos (Vale, 2020).

Perante as análises realizadas, observou-se que os relatórios dos três anos apresentam distorções comunicativas quanto ao pressuposto pragmático de verdade. Existem alegações feitas nos informes cujas evidências não dão suporte suficiente, além de serem questionáveis por informações contidas nos próprios documentos, também foram duvidosas quando confrontadas com algumas notícias (no total foram nove) de jornais de circulação e relevância nacional. Outrossim, constatou-se uma omissão de informação notadamente em relação aos impactos negativos, o que coopera para a criação de uma imagem desajustada dos efeitos gerados pelas atividades da mineradora.

4.3 DISTORÇÕES DE SINCERIDADE

As distorções de sinceridade estão associadas ao não atendimento, ao pressuposto pragmático que coloca como condição indispensável ao entendimento, que o falante realmente objetive aquilo que enuncia (Habermas, 2012a, 2012b). Ou seja, aquilo que é pronunciado não pode ser ambíguo e ofuscado por recursos que impeçam a real compreensão do que é dito. Dessa forma, distorções de sinceridade podem ser investigadas pela presença de metáforas ou palavras com significados que obscurecem o entendimento de uma sentença (Cukier, Middleton, Bauer, 2003; Cukier *et al.*, 2009; Cukier *et al.*, 2016). As questões que orientam essa busca, são: Há enunciados que empregam metáforas ou palavras conotativas para se referir à atuação sustentável da empresa? As metáforas e palavras conotativas promovem ou suprimem a compreensão?

A sinceridade deve ser constatada, porque não pode ser vista diretamente, e suas violações podem ser entendidas pelas discrepâncias entre o que é dito, a forma como é dito e o que é realizado (Cukier *et al.*, 2009). Ressalta-se que as metáforas

utilizadas em relatórios de sustentabilidade também propiciam a compreensão do significado deste conceito para as organizações (Milne; Kearins; Walton, 2006). Salienta-se que, para análise das metáforas, contou-se com o auxílio das ferramentas do software *ATLAS.ti*

A título de exemplo, abaixo é possível observar uma nuvem de palavras com as metáforas identificadas nos três relatórios:

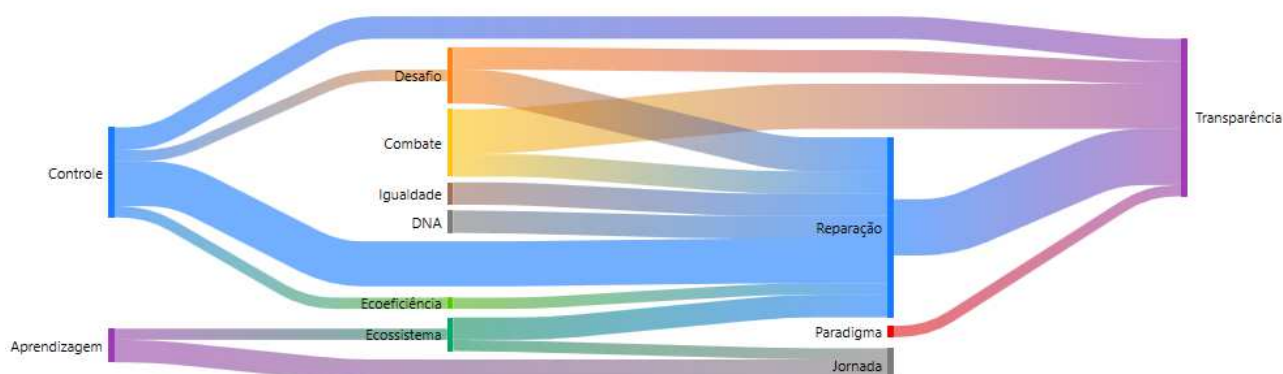
Figura 5 - Nuvem de palavras das metáforas encontradas



Fonte: elaborado pela autora com o auxílio do software *ATLAS.ti*

Na figura abaixo, é possível observar doze metáforas que apresentam coexistem em um mesmo segmento, ou seja, em uma mesma frase. A espessura das linhas mostra a frequência das coocorrências das metáforas nas frases.

Figura 6 - Diagrama de Sankey de coocorrência de metáforas



Fonte: elaborado pela autora com o auxílio do software *ATLAS.ti*

Nota-se de acordo com a figura acima, que três linhas (ou coocorrências) se destacam, são elas: reparação e transparência (5 vezes), controle e reparação (4 vezes) e combate e transparência (4 vezes). Ou seja, durante o levantamento dos dados, em uma mesma frase encontrou-se a presença dessas metáforas em conjunto. Na tabela abaixo mostra-se alguns exemplos:

Tabela 1 - Exemplos de segmentos com concorrências de metáforas

Concorrências	Segmentos
Reparação e Transparência	Entre os passos que estamos dando nessa direção, destaco: • A implantação da Diretoria Especial de Reparação e Desenvolvimento que, ligada diretamente a mim, vai coordenar todos os nossos esforços de reparação dos impactos socioambientais e econômicos causados em Brumadinho e região; vai acelerar os processos de pagamento das indenizações, a fim de restituir a dignidade aos familiares das vítimas e demais atingidos; e vai fomentar a retomada das atividades econômicas nas diversas cadeias produtivas da comunidade, além de apoiar e dar transparência à investigação sobre as causas da tragédia (Vale, 2018, p. 5).
Controle e Reparação	A Vale entende que os impactos socioeconômicos associados às suas atividades devem ser objeto de ações de gestão visando controle , mitigação e compensação (impactos negativos) ou potencialização (impactos positivos). Esse entendimento se traduz em normas e diretrizes internas, com destaque para a Política de Sustentabilidade e o Guia de

Atuação Social (Vale, 2019, p.69).

Combate e Transparência

As consultas foram realizadas por meio de pesquisas on-line, entrevistas presenciais e via telefone, revelando outros seis temas para o ciclo 2018:

- Ética e **transparência, combate** à corrupção e práticas ilícitas;
 - Prevenção de acidentes e respostas a emergências;
 - Biodiversidade e serviços ecossistêmicos;
 - Emissões atmosféricas;
 - Estratégia e desempenho econômico da organização;
 - Respeito aos direitos humanos e abordagem nos negócios (Vale, 2018, p.46).
-

Fonte: elaborado pela autora.

Com o objetivo de facilitar a visualização da ocorrência das metáforas nos relatórios de cada ano, e evidenciar as que se fizeram presentes na maioria deles, a seguir apresenta-se uma tabela com o número de vezes em que cada metáfora apareceu e a quantidade total de metáforas encontradas em cada relatório. A tabela está organizada, primeiramente, com as metáforas que foram mais vezes encontradas até as metáforas que foram menos vezes encontradas.

Tabela 2 - Metáforas presentes nos relatórios

Código	Segmentos codificados	2018	2019	2020	TOTAL
Reparação	271	59	123	89	271
Controle	109	30	33	46	109
Transparência	71	16	26	29	71
Combate	39	9	11	19	39
Desafio	19	4	9	6	19
Jornada	11	0	6	5	11
Ecosistema	10	3	4	3	10
Aprendizagem	9	0	5	4	9
Igualdade	8	3	2	3	8
Ecoeficiência	6	0	0	6	6
Maturidade	5	1	2	2	5
Descarbonização	5	0	1	4	5

DNA	5	0	4	1	5
Paradigma	1	0	0	1	1
Economia Circular	1	0	0	1	1
TOTAL	570	125	226	219	570

Fonte: elaborado pela autora com o auxílio do software *ATLAS.ti*

De acordo com a figura e com a tabela, nota-se que as metáforas que mais apareceram, constaram nos relatórios dos três anos analisados. A metáfora que mais apareceu foi a da “reparação” (271 vezes). Esta metáfora inclui, além da palavra “reparação” e suas variações (forma flexionada da palavra), também os seus sinônimos: “recuperação”, “reparo”, “restabelecimento”, “restauração”, “compensação”, “indenização”, “ressarcimento”. Em segundo lugar foi a metáfora do “controle” (109 vezes), e suas variações, seguido pela metáfora da “transparência” (71 vezes) suas variações, e o sinônimo “clareza”. Em quarto lugar, a metáfora do “combate” (39 vezes), e sua forma flexionada.

Diante do exposto na tabela, constata-se que a metáfora “reparação” foi a dominante em número de aparições nos três relatórios. Com o auxílio do *software ATLAS.ti* foi possível explorar os segmentos (frases) nas quais elas se apresentam, foi possível observar que o uso desta metáfora está associado às seguintes palavras:

Figura 7 - Palavras mais presentes nas frases sobre reparação



Fonte: elaborada pela autora com auxílio do *software ATLAS.ti*

No infográfico acima, identifica-se os termos: “ações”, “recuperação”, “Brumadinho”, “Vale”, “área”, “GRI”, “rompimento” e “comunidade”. Tais termos estão associados nos relatórios dos três anos analisados, quando tratam das ações de reparação que a mineradora adotou após o rompimento da barragem em Brumadinho. Vale a pena recordar, que o rompimento da barragem ocorreu em 2019, entretanto essa pauta já consta no relatório do ano de 2018, devido a data do fechamento deste relatório ter ocorrido após a data do incidente. Sendo assim, a mineradora nos relatórios dos anos analisados, está focada principalmente nas “ações de reparação” nas esferas ambiental, social, econômica e cultural, adotadas após o ocorrido, tanto que os anos em que o termo mais apareceu foram nos anos de 2019 e 2020.

A metáfora “reparação”, também contemplou seus sinônimos como mencionado anteriormente, logo observou-se que na nuvem de palavras o sinônimo “recuperação” apareceu frequentemente, por isso abaixo apresentam-se alguns exemplos dos segmentos codificados com as metáforas “reparação” e “recuperação”.

Tabela 3 - Exemplos de segmentos com as metáforas “reparação” e “recuperação” e a temática que estão associadas

Metáforas	Segmentos
Reparação	<p>Diante disso, desde o primeiro momento, estamos focados no atendimento à população e na reparação dos danos, mas ainda há muito a ser feito (Vale, 2018, p.5)</p> <p>A Vale assumiu o compromisso com seus stakeholders e a sociedade em geral de implementar a Reparação Integral desde as primeiras minutas do seu plano de reparação para Brumadinho e áreas atingidas (Vale, 2019, p.16)</p> <p>No último ano, a Vale aportou USD 390 milhões em investimentos sociais, incluindo projetos relacionados à reparação do rompimento da Barragem I, em Brumadinho (Vale, 2020, p.79)</p>
Recuperação	<p>Imediatamente após o rompimento da barragem, iniciamos nossa assistência, que envolveu ações como acolhimento, assistência psicológica, atendimento médico, recuperação de infraestrutura, deslocamento de pessoas em situação de risco para abrigos e hotéis, disponibilização de estruturas de hospital para receber os animais resgatados, monitoramento do córrego Ferro-Carvão e dos rios Paraopeba e São Francisco, auxílio financeiro e aportes às instituições que participaram desses esforços (Vale, 2018, p.10-11).</p> <p>Recuperação econômica: Um dos objetivos das medidas adotadas pela Vale para reparação dos territórios afetados é impulsionar a diversificação econômica e a ampliação da capacidade produtiva para a geração de emprego e renda, considerando as dinâmicas territoriais (Vale, 2019, p.27)</p> <p>É responsável pelo acompanhamento do Plano de Sustentabilidade, definindo, monitorando e avaliando indicadores, ratings de performances, estratégias de investimento socioambiental, mudanças climáticas e precificação de carbono, recuperação e proteção de áreas degradadas, propondo ações de melhorias e avaliando a implementação de fechamento de minas e preceitos de uso futuro, de acordo com as melhores práticas (Vale, 2020, p.62)</p>

Fonte: elaborado pela autora.

Analisando a segunda maior metáfora utilizada, a do controle, nota-se que seu

Tabela 4 - Exemplos de segmentos com a metáfora “controle”

Metáfora	Segmentos
Controle	<p>A despeito de termos diretrizes para a identificação e avaliação dos riscos dos nossos processos e tarefas, no âmbito do Sistema de Gestão Integrada (SGI), iniciamos uma revisão de todos os procedimentos associados às atividades críticas, isto é, aqueles capazes de gerar fatalidades e vidas mudadas, incluindo a definição de controles preventivos e mitigatórios, mínimos e compulsórios, bem como a sua avaliação, periódica e sistemática, por meio de protocolos específicos da sua efetividade, confiabilidade e robustez (Vale, 2018, p.47)</p>
	<p>A Diretoria Executiva de Segurança e Excelência Operacional, atuando como 2ª linha de defesa, adotou novas medidas em 2019 para melhoria da gestão de riscos operacionais, das quais destaca-se a condução de um novo processo, abrangente e estruturado, de identificação de perigos e avaliação de riscos - Hazard Identification and Risk Analysis (HIRA), cujos principais resultados incluem: uma lista atualizada dos principais perigos operacionais, independentemente da sua probabilidade de ocorrência; uma análise de risco completa para cada perigo principal; uma lista revisada de ativos críticos e controles críticos associados aos perigos principais; uma lista de ações a serem implementadas para reduzir ainda mais os riscos operacionais (Vale, 2019, p.58).</p>
	<p>Para gestão do monitoramento ambiental, há equipes dedicadas e centros de controle ambiental com operação 24 horas por dia (Vale, 2020, p.97)</p>

Fonte: elaborado pela autora.

A forma como ocorrem nos relatórios analisados, o uso da metáfora “controle”, serve para criar uma imagem de que a mineradora está no comando dos riscos da atividade de mineração e no controle dos riscos devido ao rompimento da barragem. Esse esforço em informar frequentemente a gestão dos riscos vai na direção da terceira metáfora mais presente: a transparência.

A metáfora da “transparência” foi encontrada nos relatórios dos três anos, também como as outras duas já analisadas, com maior incidência a partir do relatório de 2019, ano do ocorrido em Brumadinho. Tal fato, das três metáforas da “reparação”,

contextos dessa metáfora. A seguir é possível observar alguns contextos extraídos dos relatórios com a metáfora transparência:

Tabela 5 - Exemplos de segmentos com a metáfora “transparência”

Metáfora	Segmentos
Transparência	<p>Agora, diante das circunstâncias que enfrentamos, estamos determinados a acelerar e aprofundar ainda mais essa busca constante por aperfeiçoamento, honrando o compromisso que a Vale sempre manteve com a transparência em sua gestão e nas suas operações: participamos ativamente de iniciativas e associações que primam pela sustentabilidade nos negócios, pelo compliance nos procedimentos e pela clareza nas ações e relacionamentos (Vale, 2018, p.6).</p>
	<p>O diálogo aberto, transparente e com clareza foi e continua sendo balizador da atuação dentro de um ciclo de aprendizado contínuo (Vale, 2019, p.17). A Vale lançou um portal ESG para atender às necessidades de maior transparência sobre informações não financeiras. O portal responde à crescente demanda por uma fonte estruturada de informações sobre a Vale, abordando temas de interesse de investidores, que consideram em seus investimentos companhias com transparência corporativa (Vale, 2019, p.53).</p>
	<p>As instituições que participaram da construção do Acordo Global asseguraram soluções céleres, justas e eficazes, em um processo conduzido com transparência, legitimidade e segurança jurídica (Vale, 2020, p.19).</p>

Fonte: elaborado pela autora.

Entende-se que a noção de sustentabilidade para a mineradora envolve uma questão de transparência corporativa, sobretudo nos relacionamentos com seus *stakeholders*. Entretanto, essa característica é questionada no tópico anterior, nas Distorções de Verdade. À título de exemplo, a transparência com a comunidade atingida pelo rompimento, a empresa por diversas vezes abordou em seus relatórios que mantinha um diálogo aberto e participativo com os atingidos, mas, uma matéria já abordada na seção anterior mostrou que o governo e a mineradora iniciaram um acordo sigiloso excluindo os atingidos. A imagem de uma empresa que é transparente

em suas relações e diálogo com as partes interessadas, que a Vale S.A. quer transmitir perde um pouco de sua nitidez.

O próprio relatório de sustentabilidade da Vale S.A. pode ser considerado como uma forma de relacionamento com os *stakeholders* referente à comunicação dos impactos da atividade mineradora (Silva; Reis; Amâncio, 2014, GRI, 2016d). Dessa maneira, verifica-se que a transparência, frequentemente difundida nos relatos analisados com os seus públicos, deixa a desejar. Na seção anterior, vimos que os relatórios de sustentabilidade da mineradora apresentam inexatidões que dificultam um entendimento real do desempenho organizacional em questão de sustentabilidade. Ou seja, os stakeholders da mineradora não são tão transparentemente informados sobre os impactos, principalmente os negativos, com respeito ao contexto da sustentabilidade.

A divulgação de relatórios de sustentabilidade que ressaltam a transparência é comum ao longo do tempo, entre as organizações, contribuindo assim para que elas recriem suas imagens segundo seus interesses, deixando transparente somente aquilo que elas desejam e amenizando suas falhas (Livesey; Kearins, 2002). Mesmo com a padronização das informações sobre sustentabilidade até mesmo com a adesão de normas de divulgação como o GRI, as investigações da presente pesquisa, sinalizam que notadamente em relação às falhas, há sinais de uma tentativa de suavizá-las maquiando os efeitos desagradáveis ao mesmo tempo ressaltando os resultados positivos da imagem sustentável da empresa.

Em resumo, as metáforas tratadas aqui indicam possíveis distorções referente ao pressuposto pragmático da sinceridade. Visto que a forma como são usadas corroboram o juízo de valor positivo da mineradora, gerando uma imagem otimista demais, distanciando da realidade observada por esta pesquisa. As metáforas “reparação”, “controle” e “transparência” representam mais de 70% das metáforas encontradas nos relatórios dos três anos, por isso foram exploradas em detalhes. Apresentado as principais metáforas que compõem as distorções de sinceridade, no próximo subtópico serão discutidas as distorções de inteligibilidade encontradas.

4.4 DISTORÇÕES DE INTELIGIBILIDADE

Pode ocorrer também uma outra distorção na comunicação, quando não é

possível o entendimento do conteúdo de um enunciado, o que fere o pressuposto pragmático de inteligibilidade (HABERMAS, 2012a, 2012b). As distorções em relação à inteligibilidade podem ser apreciadas a partir da presença de jargões, termos não explicados, bem como pelo rompimento com regras semânticas e gramaticais que dificultam o compartilhamento de uma mesma linguagem entre os atores (Forester, 2003; Cukier, Middleton, Bauer, 2003; Cukier *et al.*, 2009). A exploração dos relatórios levou a identificação de mais de 50 jargões, que não foram explicados na primeira vez que apareceram nos relatórios ou ao longo deles. Os jargões selecionados são termos técnicos em sua maioria em inglês. Por isso, à vista da quantidade de jargões encontrados, abaixo destacam-se aqueles presentes em pelo menos dois documentos.

Tabela 6 - Principais jargões identificados nos relatórios da mineradora

Jargão	Relatório de 2018	de	Relatório de 2019	de	Relatório de 2020	TOTAL
<i>Disclosures</i>	3		15		4	22
<i>Stakeholders</i>	23		32		49	104
<i>Compliance</i>	3		19		33	55
Melhores Práticas	12		15		12	39
<i>Joint ventures</i>	4		2		5	11
<i>Flight to quality</i>	1		2		1	4
<i>Benchmarking</i>	0		2		4	6
<i>Premium</i>	1		1		1	3
KPI de sustentabilidade	5		6		0	11
<i>Webcast</i>	1		0		2	3
<i>Workshop</i>	3		5		3	11
<i>Grievance</i>	1		1		0	2
<i>Due diligence</i>	3		5		8	16
<i>Trainee</i>	1		1		2	4
<i>Pellet feed</i>	1		0		2	3

<i>EBITDA</i>	2	2	5	9
<i>Feedback</i>	1	1	3	5
<i>Wilderness areas</i>	3	2	3	8
<i>Hotspots</i>	3	4	3	10
<i>Habitats</i>	7	11	11	29
Política de Sustentabilidade	4	4	3	11
<i>Ramp ups</i>	2	4	1	7
<i>Upstream</i>	1	1	1	3
<i>Downstream</i>	2	2	1	5
<i>On-line</i>	4	11	10	25
<i>Corporation</i>	0	1	1	2
<i>ESG</i>	0	24	46	70
<i>Sounding Panel</i>	0	1	1	2
<i>Tailings Review Board</i>	0	1	2	3
<i>Shadow price</i>	0	3	2	5
<i>Dry stacking</i>	1	1	0	2
<i>Webinars</i>	0	4	6	10
<i>GAPs</i>	0	2	12	14
<i>Performance</i>	4	5	11	20
<i>Framework</i>	0	1	1	2
<i>Grid</i>	7	8	2	17
<i>Roadmap</i>	0	1	2	3
TOTAL	103	200	253	556

Fonte: elaborado pela autora.

O jargão mais usado, por exemplo, é “*stakeholders*”, a primeira vez que ele aparece no texto dos relatórios dos três anos, foi sem uma definição direta do seu significado, traduzido para o português como “partes interessadas”. Conforme

citações abaixo:

No entanto, o rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, no estado de Minas Gerais, no dia 25 de janeiro de 2019, tornou urgente a necessidade de prestarmos contas e refletirmos com nossos **stakeholders** sobre este evento (Vale, 2018, p.4).

Em conjunto com essas mudanças e avanços, a Vale e seus empregados seguem comprometidos com a criação de valor e a entrega de resultados que produzem e compartilham riquezas com nossos **stakeholders**, assim como com o desenvolvimento sustentável dos territórios onde atuamos (Vale, 2019, p.7).

A Vale divulga ao mercado o seu primeiro Relato Integrado, elaborado de acordo com o protocolo, do International Integrated Reporting Council (IIRC), documento público de prestação de contas da Vale para com a sociedade e seus principais **stakeholders** (Vale, 2020, p.7).

Referente ao segundo jargão mais utilizado, “*ESG*” (*Environmental, Social, Governance*) a mineradora passou a utilizá-lo somente a partir do relatório do ano de 2019, aparecendo 24 vezes e em 2020, 46 vezes. A empresa passou a acompanhar o cenário internacional em relação à tratativa de temas sobre sustentabilidade, percebendo que o termo estava “na moda” no mercado. Conforme ela mesma divulgou:

A Vale lançou um portal ESG para atender às necessidades de maior transparência sobre informações não financeiras. O portal responde à **crecente demanda** por uma fonte estruturada de informações sobre a Vale, abordando temas de interesse de investidores, que consideram em seus investimentos companhias com transparência corporativa. Saiba mais sobre nosso portal ESG em: vale.com/esg (Vale, 2019, p.53).

Um outro jargão, que utilizado pela primeira vez nos relatórios, não teve seu significado exposto, foi “*compliance*”, em português geralmente traduzido como conformidade às regras, leis e normas. O termo geralmente está associado às questões ética, programas específicos conduzidos pela mineradora e setores da empresa como gerência, comitês e diretoria. No relatório de 2018, as poucas vezes que o termo apareceu, é referente a criação de uma Linha de Defesa para a gestão dos riscos, após o rompimento da barragem em Brumadinho (Vale, 2018, p.28). Em

2019, a mineradora propôs aos seus acionistas a criação de uma Diretoria de *Compliance*, que seria responsável pelo departamento de integridade, pela diretoria de auditoria interna e pelo Canal de Denúncias, sendo diretamente subordinada ao Conselho de Administração (Vale, 2019, p.46). No relatório de 2020, a Vale reforça as ações da Diretoria de *Compliance*. Logo, o leitor passa pelo termo diversas vezes, porém se ele não tiver um conhecimento prévio acerca do jargão no contexto administrativo, provavelmente não compreenderá muito bem do que se trata.

Compensa lembrar que “compliance” é uma palavra de origem inglesa, o que oferece uma dificuldade a mais em relação ao jargão, para o leitor que não faz parte do meio empresarial, ou mesmo que faça, mas talvez não domine o idioma estrangeiro. Na realidade, essa é a dificuldade que acompanha todos os demais termos em inglês expostos na tabela apresentada anteriormente – e que representam a maior parte dos jargões. A utilização dessas palavras sem uma tradução adequada ao contexto em que ela está inserida, logo na primeira vez em que ela é empregada, restringe a compreensão de diversos trechos dos relatórios. A mineradora não deveria pressupor que todos os seus stakeholders são conhecedores de língua estrangeira.

Cabe salientar, que de acordo com diretrizes GRI, norteadoras na formulação desses documentos, eles devem servir para que os diferentes públicos de interesse da organização, avaliem os impactos quer positivos quer negativos em relação à sustentabilidade. Portanto, seria irreal pressupor que todos os indivíduos que constituem os stakeholders, no cenário brasileiro, são entendedores da língua inglesa. Espera-se que esses relatos sejam compreensíveis para o maior número possível de stakeholders brasileiros, o que fica comprometido devido ao número elevado de jargões brasileiros. A mineradora mesmo divulga ter como stakeholders comunidades indígenas e povos nativos, as quais, supostamente o acesso a uma língua estrangeira é mais custoso. Por exemplo, observa-se abaixo a presença de dois jargões em uma mesma frase, que apareceram apenas no relatório de 2020, por isso não estão considerados na tabela acima, que dificultam a compreensão:

Comitê de Sustentabilidade: Avalia as estratégias de sustentabilidade e de inovação, garantindo que sejam consideradas na definição da estratégia global da empresa. É responsável pelo acompanhamento do Plano de Sustentabilidade, definindo, monitorando e avaliando indicadores, **ratings de performances**, estratégias de investimento socioambiental, mudanças climáticas e precificação de carbono, recuperação e proteção de áreas degradadas, propondo ações de melhorias e avaliando a implementação de

fechamento de minas e preceitos de uso futuro, de acordo com as melhores práticas (Vale, 2020, p.62).

Processo de avaliação individual de desempenho mais completo (360° para Presidente e 180° para Vice-presidentes Executivos) e com ações individuais de impacto na remuneração, prezando por meritocracia e **pay-for-performance** (Vale, 2020, p. 65).

Além das distorções de inteligibilidade pelo uso de jargões corporativos em língua estrangeira, existem também aqueles que ocorrem por jargões em português, que fazem uso de termos imprecisos ou tanto vagos. Formas de expressão desse tipo foram encontradas no uso de “melhores práticas” e “política de sustentabilidade”.

O jargão “melhores práticas” é utilizado em diferentes contextos. A mineradora valeu-se dela para classificar as suas ações de governança, operações e outros temas relacionados à sustentabilidade. Percebe-se que na maioria das vezes, o parâmetro para definir “melhores práticas” é indefinido ou abstrato como o “mercado brasileiro”, “do setor de mineração”, “nacional”, “internacional”. A tabela abaixo apresenta alguns exemplos dessas frases, que são encontradas em todos os relatórios.

Tabela 7 - Exemplo de segmentos com o jargão “melhores práticas”

Referencial para melhores práticas	Segmentos
Indefinido	<p>Após o rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão, implementamos uma estrutura global de Integridade de Ativos e Riscos Geotécnicos (barragens, diques e pilhas de estéril) e Riscos Operacionais, responsáveis por garantir as melhores práticas de gestão e conhecimentos técnicos especializados nas disciplinas mais críticas, definindo padrões e normas técnicas a serem implantados pelas operações (Vale, 2018, p.28)</p> <p>A empresa não possui atualmente uma política de indicação formal aprovada por seu Conselho de Administração, porém esclarece que a indicação de membros do Conselho segue critérios de qualificação e experiência técnica, além de aspectos legais e reputacionais à luz das melhores práticas de governança corporativa, para permitir que a empresa se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com qualidade e segurança (Vale, 2019, p.46)</p> <p>Transformação de Metais Básicos. Acompanhar a transformação da unidade de negócios de Metais Básicos, aplicando as melhores práticas</p>

	em todas as suas operações (Vale, 2020, p.36).
Âmbito Nacional e Internacional	<p>Alinhada às melhores práticas do mercado, nossa empresa aderiu ao programa do governo brasileiro Empresa Cidadã, que prorroga em 60 dias a licença maternidade (de 120 para 180 dias) e em 15 dias a licença-paternidade (de 5 para 20 dias) (Vale, 2018, p.60)</p> <p>Essa e as demais políticas se fundamentam em princípios básicos como transparência, simetria de informação, equidade de tratamento e respeito aos direitos de investidores, aderência às melhores práticas globais de relações com investidores, com observância à legislação específica dos países onde a Vale possui valores imobiliários emitidos (Vale, 2019, p.114)</p> <p>A Vale vem investindo na evolução de sua governança, buscando referências nas melhores práticas nacionais e internacionais, e aprofundando o entendimento da perspectiva dos investidores sobre esses temas, bem como adequando-se às novas exigências do regulamento do Novo Mercado e para tornar-se uma empresa de capital disperso (Vale, 2020, p.59)</p>

Fonte: elaborado pela autora.

Em relação ao jargão “política de sustentabilidade”, a segunda vez (porque na primeira vez ela apenas cita a expressão), que a mineradora utilizou o termo no relatório do ano de 2019, o fez de forma sucinta em apenas um parágrafo:

Em nossa **Política de Sustentabilidade**, documento revisado em 2016 com o objetivo de estabelecer diretrizes e princípios para o tema, a atuação da Vale é dividida em três dimensões: Operador Sustentável, relacionada à atuação responsável em todo o ciclo de vida dos nossos empreendimentos; Catalisador do Desenvolvimento Local, voltado para a colaboração com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios onde temos atividades, com o estabelecimento de parcerias intersetoriais com objetivo de deixar um legado positivo; e Agente Global de Sustentabilidade, que prevê a nossa contribuição para o diálogo e a busca de soluções para os desafios do desenvolvimento sustentável que são compartilhados por várias regiões e países em que estamos presentes (Vale, 2018, p.38)

A mineradora apenas cita esse documento, mas não oferece mais detalhes sobre. No relatório de 2019, a organização informou que esse documento estava em fase de revisão e iria para consulta pública em 2020, mas também não divulgou maiores detalhes. Porém, no relatório de 2020, a mineradora não informou se a

consulta pública ocorreu, se o documento foi aprovado, quais modificações foram feitas ou quais as novas diretrizes acerca do tema.

Por fim, os relatórios da mineradora são repletos de gráficos, tabelas, imagens e *links* que direcionam para outros documentos e que não permitem uma leitura fluída, isso acaba gerando uma situação em que se nota também uma distorção de inteligibilidade. À título de exemplo, no relatório de 2019 na página 69 a mineradora tratando acerca dos riscos e impactos nas comunidades, disse que “na tabela de severidade são avaliados riscos com impactos nas comunidades e propostos ações e controles específicos”, mas onde está essa tabela? Não aparece uma indicação da página onde ela está ou ao menos o título correto desta, dificultando assim o entendimento do leitor.

Nos três relatórios, foi possível localizar *links* que direcionam para outros documentos e formulários na internet, porém não é possível o acesso. No documento de 2018, 11 vezes são mencionados documentos ou *links* com informações complementares, entretanto, 3 deles não abrem ou não localizam. Essa disparidade é crescente, nota-se no relato de 2019, 27 vezes a menção a informações externas, porém, 11 deles também não é possível acessar. A diferença é ainda maior, no relatório de 2020, onde 67 vezes são mencionados documentos da própria organização ou de fontes secundárias, mas apenas 24 deles é possível obter acesso, os outros 37 *links* e documentos, não são localizáveis. Essa situação obstrui uma leitura contínua e até mesmo colocam em pauta a veracidade da informação divulgada, esbarrando assim nas distorções de verdade.

Sucintamente as distorções de inteligibilidade que impossibilitam o pleno entendimento do conteúdo, acontecem por meio do uso de jargões administrativos em língua estrangeira, na maioria das vezes a língua inglesa, bem como jargões em português, além de inadequações nas apresentações de tabelas e impossibilidade de acessar informações externas aos relatórios.

4.5 DISTORÇÕES DE LEGITIMIDADE

Por último, a presente pesquisa objetivou verificar se os relatórios apresentavam distorções de legitimidade. Isso ocorre quando uma afirmativa não está de acordo com o contexto normativo em que está inserida (Habermas, 2012a, 2012b).

As questões que guiaram essa averiguação, foram: Os relatórios atendem às normas e valores que reivindicam? Especificamente, correspondem aos princípios de relato de conteúdo e qualidade estabelecidos pelo GRI?

Os relatórios pesquisados foram analisados em relação ao contexto normativo utilizado como referência para sua elaboração, as diretrizes do GRI. Optou-se por verificar a conformidade dos relatórios com os dez “Princípios de relato” do GRI (2016) para delimitar a pesquisa, visto que são preceitos fundamentais para elaboração de relatórios de sustentabilidade de alta qualidade. Os princípios de relato orientam as empresas garantindo a qualidade e a apresentação adequada das informações. Tais normas se dividem em princípios de definição de conteúdo, ou seja, auxiliam as organizações a decidirem qual conteúdo deverão incluir no relatório, e a definição de qualidade da informação sobre sustentabilidade, para garantir que os usuários tomem decisões embasadas sobre os impactos e contribuições da organização no desenvolvimento sustentável (GRI, 2016).

Os princípios de conteúdo são: inclusão dos grupos de interesse, contexto de sustentabilidade, materialidade e integridade. E os princípios de definição de qualidade são: precisão, equilíbrio, clareza, comparabilidade, fiabilidade e pontualidade. Na tabela abaixo estão apresentados todos os princípios mencionados e seus requisitos:

Tabela 8 - Princípios essenciais do GRI

Princípios de definição de:	Princípio	Requisitos
Conteúdo	Inclusão dos grupos de interesse	A organização relatora deve identificar suas partes interessadas e explicar como respondeu às suas expectativas e interesses razoáveis (GRI, 2016, p. 8).
	Contexto de sustentabilidade	O relatório deve apresentar o desempenho da organização relatora no contexto amplo de sustentabilidade (GRI, 2016, p. 9).
	Integridade	O relatório deve incluir a cobertura de tópicos materiais e seus limites, o suficiente para refletir os impactos econômicos, ambientais e sociais

		significativos e para permitir que as partes interessadas avaliem o desempenho da organização relatora no período coberto pelo relatório (GRI, 2016, p. 12).
	Materialidade	O relatório deve cobrir tópicos que: 1.3.1 reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização relatora; ou 1.3.2 influenciam substancialmente as avaliações e decisões das partes interessadas (GRI, 2016, p. 10).
Qualidade	Pontualidade	A organização relatora deve apresentar relatórios em um cronograma regular para que as informações estejam disponíveis a tempo para que as partes interessadas tomem decisões fundamentadas (GRI, 2016, p. 16).
	Fiabilidade	A organização relatora deve reunir, registrar, compilar, analisar e relatar as informações e processos usados na preparação do relatório de forma que possam ser examinados e que estabeleçam a qualidade e a materialidade das informações (GRI, 2016, p. 15).
	Comparabilidade	A organização relatora deve selecionar, compilar e relatar informações de forma consistente. As informações relatadas devem ser apresentadas de uma maneira que permita às partes interessadas analisar as mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e que possam apoiar a análise em relação a outras organizações (GRI, 2016, p. 14).
	Clareza	A organização relatora deve disponibilizar informações de maneira que seja compreensível e acessível às partes interessadas que usam essas informações (GRI, 2016, p. 14).

Equilíbrio	As informações relatadas devem refletir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização relatora para permitir uma avaliação fundamentada do desempenho geral (GRI, 2016, p. 13).
Precisão	As informações relatadas devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que as partes interessadas avaliem o desempenho da organização relatora (GRI, 2016, p. 13).

Fonte: elaborado pela autora com base em GRI (2016) e Inocêncio (2022).

Com relação aos princípios de definição de conteúdo, a análise feita nesta pesquisa, observou que a mineradora cumpriu de modo geral com a “inclusão dos grupos de interesse”, “contexto de sustentabilidade” e “materialidade”. De acordo com esse princípio a empresa deve determinar os tópicos mais relevantes a serem relatados a partir dos impactos sociais, ambientais e econômicos (contexto da sustentabilidade), mais significativos a organização ou importantes para tomada de decisão pelas partes interessadas. Logo, a Vale S.A afirma ter definido seus temas materiais a partir do impacto de suas atividades, considerando os interesses dos *stakeholders*.

Esta análise detectou, porém, alguns indícios de não atendimento ao princípio da integridade. De acordo com o GRI 101 (2016), uma das formas de verificar se a organização cumpriu com tal critério é certificar se o relatório não omite informações importantes que possam interferir nas avaliações e decisões das partes interessadas, ou que, representam impactos ambientais, econômicos e sociais expressivos. Sendo assim, as distorções de verdade por evidências insuficientes e por não detalhamento dos impactos negativos, encontradas nos relatórios dos três anos, sugerem a insuficiência ou a omissão de informações relevantes, o que influencia a avaliação dos *stakeholders* sobre a sustentabilidade da mineradora.

Dessa forma, levando em conta que os princípios são interrelacionados ou interdependentes e complementares, pode-se deduzir que em certo grau os outros princípios de definição de conteúdo também podem ter sido comprometidos (Boiral, 2013). Como o contexto da sustentabilidade poderia estar completo, visto que, faltam informações que sustentem os resultados positivos da mineradora e faltam

informações sobre os impactos negativos da sua atuação. Perante às distorções de verdade já discutidas na seção 4.2, indaga-se até que ponto os relatórios relatam cabalmente os impactos positivos e negativos da mineradora a fim de permitir aos seus grupos de interesse pesquisas claras sobre a sua sustentabilidade.

O descumprimento do princípio da integridade, afeta também de forma direta, dois princípios de definição de qualidade: equilíbrio e precisão. O princípio da integridade tem conexão direta com a coleta das informações e se a apresentação dessas está apropriada e razoável. O princípio da precisão está associado ao detalhamento e exatidão das informações e o equilíbrio deve relatar os impactos positivos e negativos, de forma imparcial. Conclui-se que as distorções de verdade encontradas impossibilitam a aplicação total do princípio de integridade, bem como prejudicam o cumprimento dos princípios de equilíbrio e precisão.

No que se refere ao princípio da clareza, que demanda a apresentação das informações de modo compreensível e acessível às partes (GRI, 2016), constatou-se que alguns fatores não permitiram sua aplicação completa. Esse princípio é confrontado principalmente pelas distorções de inteligibilidade. Como abordado, prejudicam a compreensão do conteúdo por todos os *stakeholders* por meio do uso de jargões, muitos em língua estrangeira, uso demasiado de gráficos, tabelas, imagens que poluem a leitura e a impossibilidade de acessar informações externas citadas nos relatórios. Outrossim, as distorções de sinceridade, também afetam a aplicação dessa norma, porque o uso de metáforas omite em certo grau o verdadeiro desempenho da mineradora em relação à sustentabilidade.

O princípio da comparabilidade parece não ser completamente acolhido. De acordo com a seção 4.2 existem afirmações feitas pela mineradora que carecem de um detalhamento temporal, como por exemplo os impactos na fauna e na flora após o rompimento da barragem em Brumadinho, os dados são apresentados de forma genérica, não possibilitando a visualização das espécies impactadas com o ocorrido. Nos relatórios dos anos de 2019 e 2020 faltam melhores especificações, separando principalmente os efeitos da tragédia do impacto decorrente das operações.

No tocante ao princípio da fiabilidade, o GRI menciona que as partes interessadas possam verificar a veracidade de seu conteúdo e até que ponto os Princípios de Relato foram aplicados. E que pessoas externas à preparação do relatório sejam capazes de fazer essa revisão das informações (GRI, 2016). Pois, esta seção discute justamente a aplicação dos Princípios de Relato, expondo indícios

de que não foram cem por cento atendidos, o que prejudica o atendimento pleno do princípio de fiabilidade. Ademais, a falta de evidências suficientes para os impactos positivos e a omissão de informações sobre os impactos negativos não contribuem para que pessoas externas à elaboração dos relatórios, consigam avaliar o suporte a informações presentes nos relatórios. Por fim, quanto ao princípio de pontualidade, não se nota um descumprimento.

Contudo, é possível ainda visualizar os relatos de forma geral, por meio dos índices GRI, que são obrigatórios em todos os documentos. Tal exercício propicia mais alguns exemplos de atendimento ou não aos padrões normativos em que estão inseridos, ou seja, as diretrizes GRI. O índice de conteúdo GRI é utilizado como uma ferramenta de navegação, na qual as partes interessadas têm uma visão panorâmica do relatório e das divulgações GRI atendidas pelas empresas e onde estão localizadas. Neste índice, as empresas precisam apontar de modo preciso, onde encontrar as informações por cada divulgação, seja dentro do relatório ou em fontes de documentos externos.

No caso de fontes externas, as diretrizes GRI solicitam que a referência deve incluir o nome da seção, número da página ou outra indicação de como encontrar a informação, como por exemplo a URLs ou número das páginas do relatório, se estiver em PDF, e “se uma divulgação se espalhar por várias páginas ou URLs, o índice de conteúdo referência todas as páginas e URLs onde as informações podem ser encontradas” (GRI, 2016, p.38). Garantindo o direcionamento correto dos *stakeholders* as divulgações feitas. A Vale atendeu parcialmente tal requisito.

Justifica-se o critério atendido parcialmente, porque no relatório do ano de 2018, as diretrizes GRI, que dependeram de documentos externos não citaram o número da página e se referiram ao site genérico (www.vale.com) e formulários como: Formulário 20F e o Formulário de Referência (verificar Vale, 2018 p.85-103) sem maiores especificações de direcionamento. Já a partir do relatório de 2019, a mineradora foi específica em colocar o número das páginas e URLs quando utilizou documentos externos (verificar Vale, 2019, p.121-134). Entretanto, no relatório de 2020, a Vale voltou a adotar o padrão de 2018, sem citar o número das páginas dos relatórios externos que referenciam (verificar Vale, 2020, p.168-184). Conforme pode ser observado, um exemplo de cada ano, nas imagens abaixo:

Figura 10 - Exemplo Índice de Conteúdo GRI 2018

GRI Standard / Item de divulgação	Página/resposta	ODS	Omissão	Princípios ICMM
102-10 Mudanças significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores	Mais informações no Formulário 20F - 2018 na seção Mudanças Significativas em Nossos Negócios.			
102-11 Abordagem do princípio da precaução	26, 45			2, 4
102-12 Iniciativas externas	66 e mais informações disponíveis on-line em www.vale.com			10
102-13 Participação em associações	105			
GRI 102: Divulgações gerais 2016 - Estratégia				
102-14 Declaração do decisor mais graduado	5			2
102-15 Principais impactos, riscos e oportunidades	26, 51, 55			2, 4
GRI 102: Divulgações gerais 2016 - Ética e integridade				

Fonte: Relatório de Sustentabilidade, Vale 2018, p.86.

Figura 11 - Exemplo Índice de Conteúdo GRI 2019

GRI Standard / Item de divulgação	Página/resposta	Omissão	Indicadores SASB	ODS	Princípios ICMM
GRI 101: Fundamentos 2016					
GRI 102: Divulgações gerais 2016 - Perfil organizacional					
102-1 Nome da organização	42				
102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços	42		EM-MM-000.A		
102-3 Localização da sede da organização	42				
102-4 Localização das operações	42				
102-5 Natureza da propriedade e forma jurídica	42				
102-6 Mercados atendidos	42 e mais informações no Formulário 20F - 2019 na seção Segmentos de Negócios (pág. 46)				
102-7 Porte da organização	42 e mais informações no Formulário 20F - 2019 na seção Segmentos de Negócios (pág. 102)			8	
102-8 Informações sobre empregados e outros trabalhadores	76		EM-MM-000.B		
102-9 Cadeia de fornecedores	10 e mais informações disponíveis on-line em www.vale.com/brasil/PT/suppliers				

Fonte: Relatório de Sustentabilidade, Vale, 2019, p.121.

Figura 12 - Exemplo Sumário de Conteúdo GRI 2020

TÓPICOS MATERIAIS							
GRI Standard	Disclosure	Número(s) da(s) página(s) e/ou URL e/ou respostas diretas	Material / Não Material	Omissão	ODS	Princípios do ICMM	SASB
GRI 200 SÉRIE STEARDS ECONÔMICOS							
DESEMPENHO ECONÔMICO							
GRI 103: Forma De Gestão 2016	103-1 Explicação do tópico material e seu limite	Página 47	-				
	103-2 Forma de gestão e seus componentes	Páginas 47 a 50	-				
	103-3 Avaliação da forma de gestão	Páginas 52 a 54	-				
GRI 201: Desempenho Econômico 2016	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	Página 42	Material		2, 8	9	
	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	Páginas 113 a 114, mais informações podem ser encontradas no Formulário 20F - 2020 Seção: RISCOS OPERACIONAIS	Material		13	4, 6	Emissões de Gases de Efeito Estufa, EM-MM-110a.2
	201-3 Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria	Página 125	Material		3	3	
	201-4 Assistência financeira recebida do governo	Nenhuma assistência governamental foi recebida	Material				

Fonte: Relato Integrado, Vale, 2020.

Além disso, pelo índice GRI pode-se observar quais foram as divulgações GRI relatadas pela empresa. A mineradora Vale S.A optou pela opção abrangente, logo, deve relatar todos os requisitos de todas as divulgações GRI, sendo permitido somente a omissão de algumas informações de forma justificada (GRI, 2016). Juntamente, verificou-se de forma geral, se houve informações omitidas que prejudicam a própria opção escolhida pela empresa para relato.

Nos relatórios dos três anos, a mineradora omitiu as diretrizes 102-38 e 102-39, como razão para omissão restrição à confidencialidade específica, a Vale não divulga os valores dos salários pagos. Essa razão consta na listagem do GRI como permissão para omissão. Além dessa, a mineradora omitiu no ano de 2018, na diretriz 306-5 (Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados), declararam: detalhes dos corpos d'água: informação não disponível. Há um plano de ação para a obtenção dessas informações em 2020. Porém, o padrão GRI solicita que neste caso de omissão por informação indisponível, deverá ser descrito as etapas específicas que estão sendo tomadas para obtenção do dado, no caso, a mineradora foi sucinta em apenas citar, sem pormenorizar um plano de ação. Ocorreu também com a diretriz 403-2 (Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho), a Vale declarou: as informações de gênero estão indisponíveis. Existe um plano de ação para levantá-las, visando ao ano de 2019. Qual é o plano de ação? Não há detalhamentos.

Perante o exposto, notou-se a não observância aos Princípios do Relato, que são constituintes elementares na preparação dos relatórios de sustentabilidade, igualmente, foi possível visualizar algumas dissidências nos requisitos exigidos pelas GRI específicas, na opção “abrangente” escolhida pela mineradora. As divergências apresentadas nesta seção mostram distorções de legitimidade, haja vista que os relatórios não cumpriram integralmente com as diretrizes vigentes à época para suas elaborações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi motivada pelas seguintes questões: quais são e como ocorrem as distorções comunicativas habermasianas, nos relatórios de sustentabilidade da mineradora Vale S.A. dos anos de 2018, 2019 e 2020? Com a intenção de responder às interrogações, o estudo desenvolveu-se com um objetivo geral de apreciar, sob uma perspectiva habermasiana, como ocorrem as distorções comunicativas pautadas no pensamento habermasiano, nos relatórios de sustentabilidade da mineradora Vale S.A. dos anos de 2018, 2019 e 2020. A fim de alcançar este objetivo geral, colocam-se objetivos específicos, transcritos abaixo:

- Identificar as distorções comunicativas nos relatórios de sustentabilidade da Vale S.A., a partir dos pressupostos pragmáticos de verdade, legitimidade, sinceridade e inteligibilidade;
- Descrever as distorções comunicativas presentes nesses relatórios;
- Evidenciar a partir dessas distorções encontradas, implicações para o significado de sustentabilidade para a Vale S.A.;
- Pesquisar elementos nos principais jornais do país, que auxiliem a apreciação dos pressupostos pragmáticos encontrados nos relatórios de sustentabilidade.

Mediante a aplicação dos procedimentos metodológicos, foi possível cumprir o primeiro objetivo, de identificar em um conjunto de dados, descritos como unidades de análise, a existência de distorções comunicativas. Na seção 3.4 são elencadas as questões que serviram de guia para a leitura e identificação das distorções nos três relatórios de sustentabilidade da mineradora. Referente às distorções de sinceridade e de inteligibilidade, a verificação contou com o suporte do software *ATLAS.ti*, permitindo a criação de tabelas e ferramentas visuais como auxílio nas análises. Foram detectadas distorções em todos os pressupostos pragmáticos: inteligibilidade, verdade, sinceridade e legitimidade.

Alcançou-se o segundo objetivo específico, descrevendo da seção 4.2 a 4.5, cada uma das distorções encontradas e como elas ocorreram nos relatórios de cada ano analisado. As distorções de verdade aconteceram principalmente por afirmações que carecem de evidência apresentadas ao longo dos relatos. Com a análise desta distorção, foi possível cumprir com o quarto objetivo, as manchetes dos principais jornais do país, auxiliaram na apreciação, revelando o contrário ao que a mineradora

afirma ou expondo detalhes não citados no relato. As distorções de verdade, ainda apresentaram uma assimetria no relato entre os impactos positivos e negativos, observou-se uma exacerbação dos impactos positivos e os impactos negativos, muitas vezes apenas mencionados, sem maiores detalhes, principalmente os resultados após o rompimento da Barragem de Brumadinho, o que dificulta o leitor qualificar adequadamente seu impacto.

No que diz respeito às distorções de sinceridade, elas se apresentaram por meio de metáforas que tornam turvo e confuso a compreensão real do desempenho da mineradora no que tange a sustentabilidade, contribuindo para uma imagem positiva e parcial da empresa. Já as distorções de inteligibilidade, se manifestaram através do uso de jargões muitos em língua estrangeira, uso demasiado de gráficos, tabelas, imagens que poluem a leitura e a impossibilidade de acessar informações externas citadas nos relatórios. Por último, as distorções de legitimidade foram constatadas pela inobservância das normas que orientam a elaboração destes relatórios. Identificou-se o não atendimento aos “Princípios de Relato GRI” por meio de irregularidades nas apresentações de informações exigidas.

O terceiro objetivo específico foi respondido pelas seções 4.2 Distorções de Verdade e 4.3 Distorções de Sinceridade, que permitiram verificar as imagens associadas à sustentabilidade nos relatórios e apontaram para a composição de uma sustentabilidade parcial, que privilegia excessivamente seus resultados positivos e dá pouca atenção aos impactos negativos. As distorções de verdade encontradas nos relatórios contraditas pelas matérias dos jornais e a carência na descrição dos impactos negativos de sua atuação; e as distorções de sinceridade, no uso de expressões metafóricas como “reparação”, “controle” e “transparência” reforçam a imagem organizacional de que a mineradora está empenhada em reparar os danos causados, que ela está no controle no gerenciamento desses impactos, fazendo tudo isso de forma mais transparente possível, todavia imagem essa questionável em si mesma mediante as informações contidas nos próprios relatórios.

A pesquisa dos relatórios sob o prisma da distorção comunicativa, ao constatar falhas no cumprimento dos pressupostos pragmáticos de sinceridade, inteligibilidade, verdade e legitimidade, aponta para uma prática organizacional guiada por uma razão instrumental, preocupada em cumprir seu *status quo*, ou seja, interessada em construir uma imagem de sucesso da mineradora do que empenhada na construção de uma compreensão entre a empresa e seus *stakeholders* sobre seu desempenho

sustentável.

Perante o exposto, entende-se que a pesquisa cumpriu os objetivos propostos e apresenta as contribuições descritas na seção justificativa. Intencionava-se com o presente estudo, entrar em uma lacuna teórica encontrada entre a noção habermasiana de distorção comunicativa e sua aplicação na seara da sustentabilidade. Buscou-se contribuir para a administração, principalmente no campos dos estudos organizacionais de linha crítica, por compreender um fenômeno organizacional através da teoria crítica de Jürgen Habermas, também ao experienciar e reafirmar o potencial teórico e empírico das teorias desse campo para a pesquisa organizacional e enriquecer os estudos de sustentabilidade, ao analisar os relatórios de uma mineradora relevante no cenários nacional e responsável pelo maior incidente do ramo da mineração. Tal exercício revelou mecanismos que fazem desses relatórios uma prática estratégica e ofuscada, mas como já mencionado eles devem ser evitados para um comprimento real do objetivo deles.

Mesmo com o estudo desses relatórios sob a perspectiva da distorção comunicativa mostrando-se valiosas nas suas conclusões do desempenho sustentável da mineradora, reconhece-se que a pesquisa apresenta limitações. A principal encontra-se na linha temporal dos documentos selecionados, como já mencionado anteriormente, no relatório de 2018 a mineradora já traz em pauta as ações sobre o rompimento da barragem, logo, sugere-se que pesquisas futuras aumentassem a linha temporal selecionada para estudo, para analisar dessa forma aspectos longitudinais, bem como, estender a pesquisa para outros documentos da mineradora, como seu *site* oficial, portal ESG, página no *Instagram*, *Facebook*, entre outros documentos que contribuirão para aclarar como a mineradora comunica sua sustentabilidade para as diferentes partes interessadas. Isso poderia revelar uma ocorrência maior ou menor de distorções comunicativas ao longo dos anos, revelando uma tendência de uma prática de comunicação distorcida ou não com o passar do tempo. Além disso, a presente pesquisa investiga apenas informes da mineradora Vale S.A., por isso estudos que comparem os relatórios de empresas do setor de mineração no âmbito nacional e internacional, poderiam apontar divergências ou convergências valiosas em relação às distorções comunicativas nos relatórios de sustentabilidade de mineradoras ao redor do mundo.

Neste contexto, propõe-se que futuras pesquisas explorem essas lacunas apresentadas ou se arrisquem em análises novas, relacionando teorias

habermasianas e a sustentabilidade, na esfera organizacional. Cabe lembrar que o projeto habermasiano tem um caráter transformador pertencente a postura crítica, perante o campo da administração e da sustentabilidade sinalizados pelo discurso funcionalista, incentiva-se que pesquisas futuras com vertente crítica, como a habermasiana, estejam mais presentes nos estudos sobre a sustentabilidade e sua relação com as organizações. Considera-se que a academia tem potencial de oferecer aportes reflexivos contemporâneos para as questões organizacionais. Portanto, pesquisas críticas empenhadas em questionar o *status quo* da sustentabilidade e preocupadas em aprimorar o conceito, no lugar de reproduzir o modo como ela está sendo divulgada, permitem sugestões de alterações significativas nas teorias e práticas organizacionais legitimadas, as quais aparentam não ser satisfatórias para alcançar a sustentabilidade desejada.

REFERÊNCIAS

- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Critical Theory and Postmodernism Approaches to Organizational Studies. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.) **Handbook of organization studies**. London: Sage Publications, 1996, p. 31-57.
- ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J., R. O locus da gestão social no contexto das interações e tensões entre mundo-da-vida (lebenswelt) e sistema (system). **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 82, p. 412-431, 2017.
- AUGUSTO, L. Rompimento de barragem foi causado por perfuração da Vale, diz PF. **Estadão** [online], São Paulo, 26 fev. 2021. Brasil. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Desktop/Materiais%20Disser/Reportagens/07%20Rompimento%20de%20barragem%20em%20Brumadinho%20foi%20causado%20por%20perfura%C3%A7%C3%A3o%20da%20Vale,%20diz%20PF.pdf > Acesso em: 17 nov. 2023.
- BALBINOT, Z.; BORIM-DE-SOUZA, R. Sustainable development and sustainability as quasi-objects of study in management: a search for styles of reasoning. Management research: **The journal of the Iberoamerican Academy of management**, v. 10, n. 3, p. 153-186, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOIRAL, O. Sustainability reports as simulacra? A counter-account of A and A + GRI reports, **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 26, n.7, p. 1036 – 1071, 2013.
- BORIM-DE-SOUZA, R.; BALBINOT, Z.; TRAVIS, E. F.; MUNCK, L.; TAKAHASHI, A. R. W. “Sustainable development and sustainability as study objects for comparative management theory”, **Cross Cultural Management**, v. 22 n. 2 p. 201 – 235, 2015.
- BOUÇAS, C. Brumadinho tem reparação parcial após 5 anos. **Valor Econômico**, Brumadinho. 15 jan. 2024. Disponível em> <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/01/15/brumadinho-tem-reparacao-parcial-apos-5-anos.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- BOYACIGILLER, N.; ADLER, N. J. The parochial dinosaur: organizational science in a global context. **Academy of Management Review**, v. 16, n. 2, p. 262-290, 1991.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life**. Hants: Ashgate, 1979.
- CAMPOREZ, P. BRUMADINHO: governo de Minas e Vale negociam acordo sem ouvir vítimas da tragédia da barragem. **Estadão**, São Paulo, 13 nov. 2011. Sustentabilidade. Disponível em> <file:///C:/Users/Admin/Desktop/Materiais%20Disser/Reportagens/13%20Brumadinho%20governo%20de%20Minas%20e%20Vale%20negociam%20acordo%20sem%20ouvir%20v%C3%ADtimas%20de%20trag%C3%A9dia%20da%20barragem.pdf>> Acesso em: 17 nov. 2023.

CASTRO, J. C. Sustainable Development: Mainstream and critical perspectives. **Sage**, v.17, n. 2, p.195-225, jun.2004.

_____. **Conhecimento e Interesse**. São Paulo: Editora Unesp, 2014a.

COPENHAGEN ACCORD. **Report of the Conference of the Parties on its fifteenth session, held in Copenhagen from 7 to 19 December 2009**. United Nations, 2009. Disponível em:<
<https://unfccc.int/resource/docs/2009/cop15/eng/11a01.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

CORTE de recursos ameaça reparação de atingidos em Brumadinho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2023. Cotidiano. Disponível em>
<file:///C:/Users/Admin/Desktop/Materiais%20Disser/Reportagens/15%20Verba%20para%20repara%C3%A7%C3%A3o%20de%20atingidos%20em%20Brumadinho%20tem%20corte%20-%20Folha.pdf>> Acesso em: 24 nov. 2023.

COOPER, R.; BURRELL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis: An introduction. **Organization studies**, v.9, n.1, p. 91-112, 1988.

COLBARI, A. A Análise de Conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa. In: SOUZA, Eloisio Moulin de. (Org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, 2014.

CUKIER, W.; MIDDLETON, C.; BAUER, R. The discourse of learning technology in Canada: Understanding communication distortions and the implications or decision making. In E.H. Wynn, E. Whitley, M. Myers, & J. DeGross (Eds.) **Global and organizational discourse about information technology**. Dordrecht: Kluwer Academic, 2003, p. 197-221.

CUKIER, W.; NGWENYAMA, O.; BAUER, R.; MIDDLETON, C. A critical analysis of media discourse on information technology: Preliminary results of a proposed method for critical discourse analyses. **Information Systems Journal**, v.19, p.175–196, 2009.

CUKIER, W.; GAGNON, S.; ROACH, E.; ELMI, M.; YAP, M.; RODRIGUES, S. Trade-offs and disappearing acts: shifting societal discourses of diversity in Canada over three decades. **The International Journal of Human Resource Management**, v.28, n.7, p. 1031-1064, 2016.

EMPRESA que atestou segurança de barragem atuou na Vale, diz jornal. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 2 fev. 2019. Cotidiano. Disponível em: <
file:///C:/Users/Admin/Desktop/Materiais%20Disser/Reportagens/Empresa%20que%20atestou%20seguran%C3%A7a%20de%20barragem%20atuou%20na%20Vale,%20diz%20jornal%20-%202002_02_2019%20-%20Cotidiano%20-%20Folha.pdf> Acesso em: 24 nov. 2023.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa qualitativa em educação**: fundamentos e tradições. Porto Alegre: Artmed, 2010.

EISENHARDT, K. M.; GRAEBNER, M. E. Theory building from cases: Opportunities and challenges. **Academy of Management Journal**, v. 50, n.1, p. 25–32, 2007.

FARIA, M. J. S. Tipos de divulgação da informação financeira e não financeira de responsabilidade social empresarial. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.15, art.9, p.534-558, 2017.

FEIL, A. Alexandre, SCHEREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos Ebape**, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.667-681, Jul.\Set. 2017.

FREDDO, A., C. Poder e violência como ação estratégica. **Revista de Administração Pública**, v. 29, n.3, 111-121, 1995.

FREEMAN, R.Edward. **Strategic Management: a Stakeholder Approach**. Reino Unido: Cambridge University Press, 2010.

FORESTER, J. On Fieldwork in a Habermasian Way: Critical Ethnography and The Extra-ordinary Character of Ordinary Professional Work. In.: ALVESSON, M.; WILMOOT, H. (Ed.). **Studying Management Critically**. London: Sage Publications, 2003, p. 46-65.

FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FREITAG, B. **Teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GRI- GLOBAL REPORTING INITIATIVE. How to use the GRI. Disponível em> <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/> > Acesso em: 30 junho de 2023.

_____. Download the Standards. Disponível em> <https://www.globalreporting.org/standards/download-the-standards/> > Acesso em: 13 de julho de 2023.

GLADWIN, T., KENNELLY, J.; KRAUSE, T. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 878-907, 1995.

GÓMEZ, N.A; LABURU, E.O. Divulgación de información sobre empleados y medio ambiente en España y Alemania: una nota de investigación. **Revista de Contabilidad**, v.11, n.2, p.123-142, 2008.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HÁ CERCA DE 200 desaparecidos em Brumadinho, diz Corpo de Bombeiros de MG.

Folha de São Paulo [online], São Paulo, 25 jan. 2019. Cotidiano. Disponível em: file:///C:/Users/Admin/Desktop/Materiais%20Disser/Reportagens/H%C3%A1%20cerc a%20de%20200%20desaparecidos%20em%20Brumadinho.pdf. Acesso em: 24 nov. de 2023.

HOPWOOD, B., MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: Mapping different approaches. **Sustainable Development**, 13, pp 38-52, 2005.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. II.

HABERMAS, J. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2023.

Habermas e sua importância para diversos campos do conhecimento. **UNESP**, 2017. Disponível em: <https://editoraunesp.com.br/blog/habermas-e-sua-importancia-para-diversos-campos-do-conhecimento>. Acesso em: 29, mai. 2023.

INOCÊNCIO, E.R.; FAVORETO, R. L. Contribuições sociológicas do pensamento Habermasiano para os Estudos Organizacionais: um estudo da produção internacional em administração. **RAD - Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v.23, n.2, p. 9-28, 2021.

INOCÊNCIO, Ewerton Roberto. **Distorções Comunicativas nos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas listadas na Carteira ISE 2020: Uma análise pautada no pensamento habermasiano**. 2020. 183 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

INOCÊNCIO, E.; FAVORETO, R. L. Contribuições Sociológicas de Jürgen Habermas para os Estudos Organizacionais. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. v.14, n.1, p. 124-145, 2020.

KYOTO PROTOCOL. **Reference Manual**: on accounting of emissions and assigned amount. United Nations Framework Convention on Climate Change, 2008.

LAGE, M. C.; GODOY, A. S. O uso do computador na análise de dados qualitativos: questões emergentes. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v.9, n.4, p.75-98, 2008.

LARA, L. G. A.; VIZEU, F. O potencial de frankfurtianidade de Habermas em estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.1-11, 2019.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÉLÉ, M. Sharachchandra. Sustainable Development: A critical Review. **World Development**, Grã-Bretanha, v.19, n.6, p.607-621, 1991.

MADDISON, A. **The World Economy**: a millennial perspective. OECD, 2001.

MAIA, G. A, PIRES, S. Paulo. Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v.12, n.3, p.177-206, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZIONI, S.; DOMENICO, D.D.; ZANIN, A. A evidenciação da prática corporativa de ações de responsabilidade social com o uso do balanço social. **Revista Catarinense de Ciência Contábil**, v.9, n.27, p.43-59, 2010.

MAZZIONI, S.; TINOCO, J. E. P.; OLIVEIRA, A. B. S. Proposta de um modelo de balanço social para fundações universitárias. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 4, n. 3, p. 274-286, 2007.

MCCARTHY, T. **La teoría crítica de Jürgen Habermas**. 1.ed. Madrid: Tecnos, 1987.

MEADOWS, D. H., MEADOWS, D. L., & RANDERS, J. Beyond the limits: confronting global collapse, envisioning a sustainable future. Chelsea: **Chelsea Green Publishing**, 1992.

MERRIAN, S. B. **Qualitative research: a guide to design and implementation**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MEDEIROS, Arilene Maria Soares; MARQUES, Maria Auxiliadora de Resende Braga. Habermas e a Teoria do Conhecimento. **Contexto e Educação**, Rio Grande do Sul, n.70, p.147-170, 2003.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environment Impact Assessment Review**, v. 18, p. 493-520, 1998.

MUNCK, L.; BORIM-DE-SOUZA, R. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade organizacional: a hierarquização de caminhos estratégicos para o desenvolvimento sustentável. **REBRAE**, Curitiba, v.2, n.2, p.185-202, 2009.

MUNCK, L.; BORIM-DE-SOUZA, R. O ecletismo do paradigma da sustentabilidade: construção e análise a partir dos estudos organizacionais. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 29, p. 202-242, 2011.

MUNCK, L. Gestão da sustentabilidade em contexto organizacional: Integrando Sensemaking, narrativas e processo decisório estratégico. **Revista OES**, v.22, n.75, p.521- 538, 2015.

MONTIEL, I.; DELGADO-CEBALLOS, J. Defining and measuring corporate sustainability: Are we there yet?. **Organization & Environment**, v. 27, n. 2, p. 113-139, 2014.

MILANI FILHO, M. A. F. Responsabilidade social e investimento social privado: entre

o discurso e a evidência. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 47, p. 89-101, 2008.

MILNE, M. J.; KEARINS, K.; WALTON, S. Creating adventures in wonderland: The journey metaphor and environmental sustainability. **Organization**, v. 13, n. 6, p. 801-839, 2006.

NOBRE, Marcos. **A teoria crítica**. 2ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

NOGUEIRA, A.J.F.M; BANWWART JÚNIOR, C.; FAVORETO, R.L. Problematizando o conceito de responsabilidade social empresarial: implicações de uma leitura multidisciplinar. **Scientia Iuris**. Londrina, v.24, n.1, p. 55-77, 2020.

PIERRI, Naína; FOLADORI, Guilherme. El proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo sustentable. In_____. **¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. 1 ed. Montevideo: Baltgráfica, 2001, p.27-75.

SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In:DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. (p.193-217).

SILVA, S. S.; REIS, R. P.; AMÂNCIO, R. Conceitos atribuídos à sustentabilidade em organizações de diferentes setores. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 40, p. 90-103, 2014.

SOUZA, T. S., M. Rumo à prática empresarial sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.33, n.4, ago.1993.

SHRIVASTAVA, P. The Role of Corporations in Achieving Ecological Sustainability. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 936-960, 1995a.

_____. Planning in the Face of Power. **Journal of the American Planning Association**. v. 48, n. 1, p. 67-80, 1982.

RODRIGUES, S. Retrospectiva: Rompimento da barragem de Brumadinho foi a primeira grande tragédia ambiental do ano. **OECO**, 16 dez. 2019. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/rompimento-da-barragem-de-brumadinho-e-a-primeira-grande-tragedia-ambiental-do-ano/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RELATÓRIO RIO+20. **O Modelo Brasileiro**: relatório de sustentabilidade da organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável / Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Brasília, FUNAG, 2012.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In_____. **Handybook of organizational studies**, São Paulo: Atlas, 1997, p.61-91.

REPA, L. Compreensões de reconstrução: sobre a noção de crítica reconstrutiva em habermas e celikates. **Trans/Form/Ação**, v. 40, n. 3, p. 9-28, 2017.

RÉGIO, B.A.; ALENCAR, R.V.; OLIVEIRA, M.C. A divulgação de práticas corporativas voltadas para a inclusão da população LGBTI. **Revista Direito GV**, v.18, n.2, p.1-31, 2022.

SEGATTO, A. I. Habermas e a tensão facticidade e validade imanente à linguagem. **Dois pontos**, Curitiba, São Carlos, v.18, n. 2, p. 42-57, dez. de 2021.

SEGATTO, A. I. A tensão entre facticidade e validade. In.: NOBRE, M.; TERRA, R. (orgs.). **Direito e Democracia**: Um guia de leitura de Habermas. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 37-53

_____. **Problemas de legitimación en el capitalismo tardío**. Madrid: Cátedra, 1999.

PAES DE PAULA, A.P. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.24-46, 2016.

PAGLIARUSSI, M.S; RIBEIRO, J.F; SILVA, A.R.L; JÚNIOR, A.S. Escolha linguísticas, custos políticos e gerenciamento da imagem corporativa: o caso da Aracruz Celulose S.A. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p.1136-1157, 2011.

PEREIRA, L. J. H. Retomar a crítica interna do capitalismo? Revisitando a análise das crises em Problemas de legitimação no capitalismo tardio de Habermas. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, n. 21, p. 61-84, 2013.

PRESIDENTE DA VALE compara rompimento ao de Mariana: 'tragédia humana deve ser maior'. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 25 de jan. 2019. Cotidiano. Disponível em: file:///C:/Users/Admin/Desktop/Materiais%20Disser/Reportagens/Presidente%20da%20Vale%20compara%20rompimento%20ao%20de%20Mariana_%20'trag%C3%A9dia%20humana%20deve%20ser%20maior'%20-%2025_01_2019%20-%20Cotidiano%20-%20Folha.pdf. Acesso em: 24 nov. 2023.

QUAIS OS PADRÕES EXIGIDOS PELA GRI? **Approach**, 2023. Disponível em: <https://www.approach.com.br/blog/quais-os-padroes-exigidos-pela-gri-global-reporting-initiative/> . Acesso em: 28 ago. 2023.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In_____. **Handybook of organizational studies**, São Paulo: Atlas, 1997, p.61-91.

RESKALLA, A. PF indicia 19 pessoas pelo rompimento de barragem em Brumadinho. **Estadão** [online], São Paulo, 26 nov. 2021, Brasil. Disponível em: <

file:///C:/Users/Admin/Desktop/Materiais%20Disser/Reportagens/09%20PF%20indica%2019%20pessoas%20pelo%20rompimento%20de%20barragem%20em%20Brumadinho.pdf >. Acesso em: 17 nov. 2023.

SENA, A.M.C.; MATOS, F.R.N.; MESQUITA, R.F.; MACHADO, D.Q. Abordagem grassroots e resistência: atualizando a concepção de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, Rio de Janeiro, 2017.

SCHWANDT, Thomas A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. (p.193-217).

SOBRINHO, G.M; FAVORETO, R.L. O tema da sustentabilidade no campo da Administração: Descritivos de publicações A1. **RAD**, 2023 (submetido).

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible?" **Papeles de Población**, año 6, n. 24, p. 9-35, 2000.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, Héctor (org.) **Ecología política. Naturaleza, sociedade y utopia**. Buenos Aires: CLASCO, 2002, p.27- 52.

OLIVEIRA, Vânia Aparecida Rezende. Mudança estrutural de esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.8, n.4, p.782-788, 2010.

OLIVEIRA, Bernardo. SANTOS, Luís Miguel. **Diálogos com a mãe Terra: sustentabilidade integradora**. 1 ed. Rio de Janeiro: Pachamama, 2021.

O Crime da Vale em Brumadinho. **GREENPEACE**, 2019. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/o-crime-da-vale-em-brumadinho/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

OSORIO, L. A. R.; LOBATO, M. O.; CASTILLO, X. A. Debates on Sustainable Development: Towards a Holistic View of Reality. **Environment, Development and Sustainability**, v. 7, p. 501-518, 2005.

TREGIDGA, H.; MILNE, M. J.; KEARINS, K. Ramping Up Resistance: Corporate Sustainable Development and Academic Research. **Business & Society**, v. 57, n. 2, p. 1- 43, 2015.

_____. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: Martins Fontes, 2012a. v. I

_____. **Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista**. São Paulo: Martins Fontes, 2012b. v. II

_____. **Técnica e ciência como Ideologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2014c.

VALE. **Relatório de sustentabilidade 2018**. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Admin/Desktop/Materiais%20Disser/VALE%20RELAT%C3%93RIOS/Relat%C3%B3rio%20de%20Sustentabilidade%202018.pdf. Acesso em 28 de setembro de 2023.

VALE. **Relatório de sustentabilidade de 2019**. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em:file:///C:/Users/Admin/Desktop/Materiais%20Disser/VALE%20RELAT%C3%93RIOS/Relat%C3%B3rio%20de%20Sustentabilidade%202019.pdf. Acesso em 28 de setembro de 2023.

VALE. **Relato Integrado 2020**. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/Admin/Desktop/Materiais%20Disser/VALE%20RELAT%C3%93RIOS/Relato%20Integrado%202020.pdf. Acesso em 28 de setembro de 2023.

VIZEU, F. Ação comunicativa e estudos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v.45, n. 4, p. 10-21, 2005.

VIZEU, F; MENEGHETTI, F.K; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p.569-583, 2012.

VIZEU, F.; MATITZ, Q. R. S. Organizational sacralization and discursive use of corporate mission statements. **Brazilian Administration Review**, v. 10, n. 2, p. 176-194, 2013.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 13-28.

WESTWOOD, R.; CLEGG, S. The discourse of organization studies: dissensus, politics, and paradigms. In.: _____. (Eds.). **Debating organization: point-counterpoint in organization studies**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

WESTWOOD, R. I. Appropriating the other in the discourse of comparative management. In: WESTWOOD, R.I.; LISTEAD, S. (orgs). **The language of organization**. London: Sage Publications, 2001. p. 241-262.

WESTWOOD, Robert I. Towards a postcolonial research paradigm in international business and comparative management. In: MARSCHAN-PIEKKARI, R.; WELCH, C. (orgs). **Handbook of qualitative research methods for international business**. Cheltenham:Edward Elgar, 2004. p. 56-83.